

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

ROBERTO CLEMENTE DOS SANTOS

A CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO NOS DISCURSOS DE GETÚLIO
VARGAS NUMA PERSPECTIVA RETÓRICA

São Paulo
2014

ROBERTO CLEMENTE DOS SANTOS

A CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO NOS DISCURSOS DE GETÚLIO VARGAS NUMA
PERSPECTIVA RETÓRICA

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos

São Paulo
2014

S237c Santos, Roberto Clemente dos.
A constituição do sentido nos discursos de Getúlio Vargas
numa perspectiva retórica / Roberto Clemente dos Santos. – 2014.
157 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Presbiteriana
Mackenzie, São Paulo, 2014.

Referências bibliográficas: f. 130-132.

1. Discurso. 2. Dêixis. 3. Retórica. 4. Persuasão. I.
Título.

CDD 808.5

ROBERTO CLEMENTE DOS SANTOS

A CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO NOS DISCURSOS DE GETÚLIO VARGAS NUMA
PERSPECTIVA RETÓRICA

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Letras.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos (orientadora)
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Elisa Guimarães Pinto
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa NASTRI de Carvalho
Faculdades Taboão da Serra

Prof^a. Dr^a Regina Helena Pires de Brito
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^o Dr^a Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Para os meus pais, meus melhores amigos e maiores incentivadores e para a Juliana, minha esposa querida, companheira e amiga em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Dirijo meus agradecimentos primeiramente a Deus por sua presença constante em minha vida, me guardando e direcionando meus passos.

Aos meus pais, Abias e Erenita, que estão sempre ao meu lado, acreditando e me orientando, a presença de vocês significa alegria e segurança em saber que não estive sozinho nessa caminhada.

A minha esposa, que esteve ao meu lado em todos os momentos sendo uma companheira, um alicerce que me ajudou a persistir em meus objetivos apesar das dificuldades que surgiram no decorrer da caminhada.

A minha orientadora, Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, a orientadora, que desde o mestrado se mostrou como a pessoa mais amável e compreensiva, o meu muito obrigado.

A cada um dos meus oitos irmãos, principalmente ao César, que me vale pelo exemplo de carinho, conduta e auxílio nos mais diversos momentos.

As professoras Dr^a Elisa Guimarães Pinto e a Dr^a Maria Teresa Natri de Carvalho pelas relevantes contribuições no exame de qualificação que me auxiliaram para as reformulações necessárias, o meu muito obrigado.

Aos professores do *Stricto Sensu* da Universidade Presbiteriana Mackenzie que desde o mestrado me mostraram o amor ao ensino e contribuíram para a minha formação acadêmica, o meu muito obrigado.

Aos meus sobrinhos que colorem o meu dia a dia.

A Universidade Presbiteriana Mackenzie pela atribuição da bolsa integral que permitiu a execução da presente tese.

E a todos os amigos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

A forma não é separável do fundo, a linguagem não é um véu que basta afastar ou tornar transparente para perceber o real tal como é: ela é associada a um ponto de vista, a uma tomada de posição. (Chaim Perelman)

RESUMO

A presente tese filia-se à linha de pesquisa “Procedimentos de constituição dos sentidos do discurso e do texto” do programa de pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Surge como fruto dos questionamentos referentes à possibilidade da existência de uma inter-relação entre a retórica e as estratégias discursivas que se preocupam com a adesão do auditório e com o discurso como responsável pela construção do sentido por meio da manifestação linguística.

A partir de um procedimento teórico analítico, observando-se a capacidade da retórica e do discurso de agirem simultaneamente no campo interdiscursivo, analisam-se os textos por meio da relação entre a produção de sentido e a persuasão que se concretizam na interação entre os sujeitos.

Tem-se como Objetivo Geral analisar não somente a união entre a retórica e o discurso que se preocupam com a produção de sentido, evidenciando a constituição e a posição dos sujeitos nessa construção, mas também o como ela ocorre, o que coloca em cena os Objetivos Específicos, quais sejam: 1) analisar os recursos argumentativos que fundamentam a estrutura do real (exemplo, modelo e antimodelo) por acreditar-se que como elementos retóricos, podem ser utilizados para desconstrução e reconstrução da opinião pública diante de uma produção de sentido instável e 2) analisar os procedimentos linguísticos na construção e na confirmação de uma imagem retórica como possíveis estratégias discursivas que organizam a linha de raciocínio do orador como a dêixis eu-tu-aqui-agora.

Para tanto, selecionaram-se como *corpora*, os discursos do presidente Getúlio Dornelles Vargas, os quais foram selecionados de acordo com o contexto histórico no que tange aos posicionamentos decisivos de sua carreira política: o primeiro discurso expõe a plataforma da Aliança Liberal na campanha para as eleições de 1º de março de 1930; o segundo que apresenta o sujeito enunciador, explica as razões do golpe de Estado e da Nova Constituição; o terceiro, que define o sujeito enunciador como o candidato do povo, e não dos partidos; e o último que revela os possíveis motivos da morte do estadista. Nesses discursos, serão aplicadas as categorias mencionadas a seguir: no campo retórico, analisam-se os argumentos que fundamentam a estrutura do real e no aspecto discursivo as dêixis de pessoa, espaço e lugar.

Nossos resultados apontam para a maneira como o exemplo, o modelo e o antimodelo, na perspectiva retórica, e os dêiticos de pessoa, espaço e lugar na perspectiva discursiva, estão imbricados de modo a construir o cenário interpretativo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da persuasão nos textos do sujeito enunciador (Getúlio Vargas).

Palavras-chave: análise do discurso, dêixis, retórica, persuasão, discursos de Getúlio Vargas.

ABSTRACT

This thesis joins the guideline of the search "Proceedings senses of speech and text constitution" of the Literature post-graduation program from Mackenzie University and arises as a result of concern with the possibility of an interrelationship between rhetoric and discursive strategies that are concerned with the accession of the auditorium and discourse as responsible for the construction of meaning through linguistic expressions.

From an analytical theoretical procedure, observing the ability of rhetoric and speech in acting simultaneously in the interdiscursive field, the texts are analyzed through the relationship between the production of meaning and persuasion that materialize in the interaction between subjects.

It has as General Purpose to analyze not only the union between rhetoric and discourse concerned with the production of meaning, evidencing the formation and apposition of the subjects in this construction, but also how it occurs, which risks the Specific Objectives , which are: 1) analyze the argumentative resources that underlie the structure of reality (eg, model and anti-model) because it is believed that as rhetorical elements, can be used for deconstruction and reconstruction of public opinion in view of a production of unstable meaning and 2) analyze the linguistic procedures in the construction and confirmation of a rhetorical image as possible discursive strategies that organize the line of reasoning of the speaker as deixis I-you-here-now.

To this end, we selected as the *corpus* to be analyzed, the discourses of President Getúlio Vargas Dornelles, which were selected according to the historical context in relation to decisive positions in his political career: first discourse exposes the platform of the Liberal Alliance in the campaign for the elections of March 1, 1930, the second showing the enunciator subject, explains the reasons for the Coup and the New Constitution, the third discourse that defines the enunciator subject as the candidate of the people, not the parties and the last one which reveals the reasons for the death of a statesman. In these discourses, the categories mentioned below will be applied: the rhetorical field analyzes the arguments supporting the structure of the reality and in the discursive aspect the deixis of person, space and place.

Our results show the manner how the example, the model and anti-model, in the rhetoric perspective and the deictic of person, space and place are intertwined in order to build the interpretive scenario and consequently the development of persuasion in the texts of enunciating subject (Getulio Vargas).

Keyword: analyze discourse, deixis, rhetoric, persuasion, discourses Getulio Vargas.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Princípios retóricos.....	22
1.1 A progressão retórica do discurso.....	27
1.2 O auditório e o <i>ethos</i> , a base retórica.....	30
1.3 Condições da produção retórica.....	38
1.4 A estrutura argumentativa construindo a persuasão.....	39
1.4.1 Argumentos baseados na estrutura do real.....	41
1.4.2 Argumentos que fundamentam a estrutura do real.....	43
2. A formação do discurso, uma questão de sobreposições.....	47
2.1 A formação do sujeito.....	50
2.2 Condições de produção do discurso.....	52
2.3 As relações interdiscursivas no discurso.....	55
2.4 Discurso: a intencionalidade em construção.....	59
2.5 A dêixis discursiva.....	62
2.5.1 A demonstração de pessoa, espaço e tempo.....	63
3. Getúlio Vargas, o chefe provisório.....	67
3.1 O governo provisório.....	69
3.2 A constituição de 1934.....	72
3.2.1 A legislação sindical e o estado corporativista.....	74
3.2.2 Comunistas versus integralistas.....	75
3.3 A construção do Estado Autoritário.....	77
3.3.1 O Estado Novo, a ditadura varguista (1937-1945).....	78
3.3.2 O fim do Estado Novo.....	80

3.4	O governo Vargas (1951-1954).....	81
3.4.1	O nacionalismo de Vargas.....	82
3.4.2	A crise do governo Vargas.....	83
4.	Considerações a respeito da análise.....	86
4.1	Aliança Liberal, 1930.....	88
4.2	O golpe de estado e a Nova Constituição, 1937.....	97
4.3	Discurso de posse do Segundo Governo, 1951.....	104
4.4	Carta Testamento.....	113
	Conclusão.....	123
	Bibliografia.....	130
	ANEXOS.....	133

Introdução

A presente tese que apresenta como título *A Constituição do Sentido nos Discursos de Getúlio Vargas Numa Perspectiva Retórica*¹ filia-se à linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Letras, “Procedimentos de constituição dos sentidos do discurso e do texto” da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e teve como base a “Análise do Discurso”, doravante AD, e algumas questões retóricas na busca da compreensão do objeto em questão.

A partir do mestrado em que se pesquisou a respeito do *Ethos* em discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o interesse se voltou para a AD. No presente momento, amplia-se o foco à observação da possibilidade da construção da imagem política e carismática de Getúlio Vargas, por meio de sua possível competência retórica.

É preciso que se façam algumas observações sobre o presidente Vargas, que chegou ao governo do país em 1930 e permaneceu até 1945 e depois de 1951 a 1954.

- De 1930 a 1934, Chefe do Governo Provisório, após a revolução de 1930;
- de 1934 a 1937, Presidente da República do Governo Constitucional, após ter sido eleito pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934;
- de 1937 a 1945, enquanto durou o Estado Novo, implantado Golpe de Estado;
- de 1951 a 1954, como Presidente eleito pela nação por meio do voto.

Desses períodos constam os discursos que serão analisados, dos quais se apontam os aspectos históricos relevantes para a contextualização dos mesmos. Em primeiro lugar, menciona-se que Getúlio Vargas foi acusado de golpista, fez articulações com militares e pessoas que podiam auxiliá-lo na manutenção de sua posição de chefe de governo e, no

¹ Embora se saiba que o termo retórica, retoma, por direito, Aristóteles, por este ter repensado a sua função, o presente trabalho se alicerça nos préstimos de *Charles Perelman e L. Olbrechts-Tyteca* em a Nova retórica surgida no século XX e que revisita Aristóteles.

período do Estado Novo, ratificou a sua imagem de ditador, e em 1945 foi deposto por um golpe militar e se exilou em sua cidade natal.

Embora parecesse que Vargas não voltaria mais à Presidência, em 1951 ele retornou pelo voto e, nessa segunda fase, foi o período em que passou por muitas dificuldades para manter-se no poder, pois ele se viu obrigado a ajustar seus discursos e ações para aquele seu novo momento no governo, que chegaria ao fim em 1954, ano em que cometeu suicídio.

Após tais considerações históricas, passa-se à menção de alguns aspectos teóricos para a construção da opinião pública, tendo em vista o *logos*, o *pathos* e o *ethos*, responsáveis pelas relações sociais oriundas do mundo argumentável e interacional.

Faz-se necessário esclarecer que a presente tese estará delimitada em duas perspectivas: a primeira apoia-se na Análise do Discurso que coloca em cena a preocupação com o efeito de sentido entre sujeitos que se constituem pela ideologia, observando o enunciador em sua relação com seu co-enunciador; a segunda está alicerçada na retórica, nas estratégias discursivas como elemento persuasivo que se preocupa com a adesão do auditório.

Essas duas perspectivas se cruzam no momento em que se considera o discurso como produção de sentido em que se relacionam os sujeitos, sendo que o locutor procura a adesão do interlocutor, evidenciando que a produção de sentido, se constrói num aspecto persuasivo observado em seu contexto de produção.

Ao colocar o discurso como produção de sentido, é preciso reiterar que ele se alicerça por meio dos sujeitos que se posicionam de acordo com suas visões de mundo. Segundo Mosca (2004), a retórica surge como uma técnica de argumentar necessária para transpor os possíveis obstáculos que surgem na articulação entre a ideologia do orador (discurso) e a opinião pública, de modo a ter a adesão desse auditório.

Foucault (2007, p.58) indica que:

As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito em relação ao perceptivo médio ou imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo [...].

Em outros termos, pode-se dizer que o discurso é o resultado da ação de um eu, que se coloca como sujeito da enunciação em relação ao outro, um tu, quem ouve e apresenta como objetivo mudar a realidade, mas sem se desconsiderar o conhecimento prévio deste que o ouve e que é levado para dentro do processo de constituição de sentido.

O discurso está inserido na formação do sujeito na interação em situações sociais; é um processo de significação como efeito de sentido entre os locutores, por causa da historicidade própria do sujeito. Orlandi (2007, p. 21) afirma que:

Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso. Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na idéia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores.

Sendo assim, ao se considerar o discurso como efeito de sentido entre locutores, volta-se a atenção para o discurso político que é um gênero em que se manifesta mais evidentes a

atividade argumentativa e a intenção do orador sobre o auditório, uma vez que ele pode ter a intenção de convencer e persuadir o público a aderir ao seu posicionamento.

Com base na constituição do sujeito, que age intencionalmente na construção do sentido do outro, observa-se que, ao se examinar a história política de Getúlio Vargas e sua imagem construída diante da nação, o tema se mostrou relevante pelos questionamentos que motivam a investigar a realidade de um ditador bem visto pela nação.

- Como se constrói o entrelaçamento entre os elementos discursivos e os retóricos?
- Quais são os recursos argumentativos que auxiliaram na construção da imagem de um líder necessário para a nação?
- A credibilidade estaria alicerçada na sobreposição de discursos que se integram, formando um todo coeso para o auditório, de modo a mostrar a imagem dessa credibilidade por meio de uma adequação do orador diante do auditório?

O *corpus* selecionado para análise, como mencionado, constitui-se dos discursos e da Carta- Testamento de Vargas durante os quatro momentos em que esteve à frente do governo, mais especificamente o discurso da campanha de 1930, em que concorria à Presidência do Brasil em uma época que vigorava a república do café-com-leite; o discurso proferido em 10 de novembro de 1937, que compreende a fase de 1937 a 1945, após o golpe de Estado e a promulgação da Nova Constituição e mais dois discursos do período compreendido entre 1951 e 1954, em que esteve à frente da nação pelo voto.

Salienta-se que a seleção dos discursos mencionados acima relaciona-se com pontos determinantes das fases que mais marcaram o governo de Vargas e que necessitaram de uma adesão do auditório para ratificar o posicionamento do governante.

Características gerais dos discursos e dos momentos históricos em que estão inseridos.

- I. Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, expondo a plataforma da Aliança Liberal pronunciado no dia 2 de janeiro de 1930 para a campanha das eleições presidenciais de 1º de março de 1930.

O discurso está situado no período das campanhas eleitorais. A história política estava passando por mudanças. A República do Café-com-Leite estava estremecida por conflitos relacionados à indicação do sucessor e Vargas surgia com a possibilidade de assumir o governo brasileiro.

- II. Manifesto de Getúlio à nação, proferido no dia 10 de novembro de 1937, explicando as razões do Golpe de Estado e da nova Constituição.

Vargas chegou ao governo da nação após o golpe de 30 e fez articulações para se manter no poder, chegando até a promulgar uma nova constituição para permanecer à frente da nação. O II discurso é a tentativa de justificar um golpe a favor da nação.

- III. Discurso pronunciado no Palácio Tiradentes, logo após tomar posse como Presidente eleito da República, a 31 de janeiro de 1951.

Após ter sido destituído em 1945, tudo apontava para Vargas fora do cenário político. No entanto, nas eleições de 1950, cinco anos após ter se exilado em sua cidade natal, concorreu à presidência pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), derrotou os adversários com a campanha “O Petróleo é Nosso”, esse entre outros fatores o reconduziram à Presidência do País. Por este motivo, a escolha do III discurso como objeto de análise.

IV. Carta Testamento², a 24 de agosto de 1954.

Getúlio Dornelles Vargas em sua Carta Testamento retoma os últimos momentos de sua vida, após ter recebido o ultimato dos militares que seria melhor que renunciasse ou seria retirado, sua afirmação é que sairia somente morto, o que aconteceu no dia 24 de agosto daquele ano. A Carta Testamento pode servir também como uma última cartada política³.

A partir da menção ao *corpus*, torna-se factível delimitar-se o que se tem como objetivo geral e específico.

Como objetivo geral:

analisar a constituição e a posição dos sujeitos na produção de sentido por parte do enunciatário nos discursos selecionados.

E como objetivos específicos os itens que seguem:

1. analisar os recursos argumentativos que fundamentam a estrutura do real (exemplo, modelo e antimodelo) por acreditar-se que, como elementos retóricos, podem ser utilizados para desconstrução e reconstrução da opinião pública, diante de uma produção de sentido instável;

² Existe uma certa polêmica acerca da Carta Testamento, pois existem dela duas versões: uma manuscrita, bastante concisa, e outra mais longa, datilografada, que foi distribuída para a imprensa como a mensagem oficial do político ao povo brasileiro que é a escolhida para a análise. Em ambas, porém, Getúlio informa que o suicídio viria de pressões de grupos internacionais e nacionais contrários ao trabalhismo – ou seja, criou sua versão das “forças ocultas” que algumas vezes leva a rupturas no poder.

³ O suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte heroica: para escapar aos embates políticos que lançavam pesadas acusações sobre seu governo e pôr fim à crise que assolava o país, Getúlio dá um tiro no peito e produz o texto que consagra sua própria epopeia, inscrita definitivamente, a partir de então, no imaginário político brasileiro. A produção de um legado político associado a um personagem depende, sem dúvida, da relevância da trajetória desse personagem, mas também das estratégias e recursos mobilizados na construção de uma imagem pública que, investida de forte carga simbólica, é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social ou ideológico. (HEYMANN, 2013).

2. analisar os procedimentos linguísticos na construção e na confirmação de uma imagem retórica como possíveis estratégias discursivas que organizam a linha de raciocínio do orador como a dêixis eu-tu-aqui-agora.

Ao considerar-se o objetivo geral e os específicos, retoma-se que o sujeito é constituído pela sua historicidade, maneira como interage com a sociedade, reproduzindo em seu discurso o discurso do outro, utilizando-se da língua para mostrar a sua visão de mundo, mas sem se desprender da maneira da linguagem ou de dizer.

Cumpra ainda mencionar que, por meio de estratégias argumentativas, o enunciador cria sentido de realidade para dialogar com o interlocutor. Courtine (2006, p. 89) afirma que “o discurso extrai sua legitimidade do fato de falar em nome de”, ou seja, o enunciador representa o seu pensamento, mas representa também o do outro. Essa legitimação concretiza-se na relação entre o eu, o aqui e o agora. A imagem do sujeito está ligada ao ato da enunciação, em que se considera que o público se posiciona, de acordo com o tipo e o foco do discurso.

Com base no exposto, pontua-se como relevante definir-se o conceito de discurso⁴ adotado para se desenvolver a análise do *corpus*.

O discurso político é, por essência, o espaço em que se expressam as máscaras sociais e em que o enunciador revela-se, de acordo com o contexto e as necessidades manifestadas pela sua análise. Segundo Courtine (2006), o discurso político como um lugar de memória e por esse motivo o enunciador interage com a memória de seu enunciatário, em seu discurso.

⁴ O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...]. Esses elementos estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2003, p. 261, 262)

Ao referir-se à Retórica, afiguram-se duas vertentes que caminham em direções opostas, como pontua Reboul (2004) em sua Introdução à Retórica, esclarecendo que, nos anos 60, Charles Perelman e L. Olbrechts-Tyteca defendiam a retórica como a arte de argumentar e observavam o discurso político como essencialmente argumentativo. De outro lado, Morier, G. Genette, J. Cohen consideravam a retórica como estudo do estilo e das figuras de linguagem, ou seja, caminhos diferentes, mas que, ao se articularem, retomam a visão da retórica clássica de Aristóteles, que foi estudada até o século XIX.

A produção de sentido é construída com base no entrelaçamento entre as duas perspectivas, pois é necessário argumentar, persuadir, mas também é preciso observar a construção, a relação entre as premissas de modo que se construa o cenário desejado.

Dessa forma, para que haja persuasão, é necessário reconhecer a importância dos interlocutores envolvidos na constituição do sentido. A retórica é constituída pelo desejo de se apoderar do direito de dominar, ou seja, de manipular uma manifestação discursiva que contemple o querer do enunciador na construção de sentido do outro.

Maingueneau (2006, p. 47) apresenta, do ponto de vista persuasivo, o sujeito político, considerando a relevância de se reconhecer o contexto em que se está inserido.

Há uma estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante seleciona determinados procedimentos argumentativos. A situação da enunciação não é, com efeito, um simples quadro empírico, ela se constrói como cenografia por meio da enunciação. Aqui – grafia é um processo de inscrição legitimante que traça um círculo: o discurso implica um enunciador e um coenunciador, em lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência.

O discurso como efeito de sentido está materializado no enunciado⁵, ou seja, como a pressuposição da enunciação, momento em que se observa uma interação que não se resume à face a face, pode-se dizer que o discurso é contextualizado, interativo (dialógico), intencional e polifônico e que pode ser visto como um mosaico em que as peças, conhecimento prévio dos envolvidos no processo de construção de sentido, interação e se integram sobrepondo e entrelaçando as cores que somam para uma construção retórica, uma vez que o discurso está materializado no enunciado.

Examina-se a retórica como atividade discursiva envolvente entre o enunciador e enunciatário que visa a estabelecer uma relação de verdade, não uma verdade em si, mas uma construída, uma possível, que leve o auditório a observar o posicionamento do orador como expressão e representação dos anseios do público. Segundo Mosca (2004, p. 17):

Partindo-se do princípio de que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, tem-se também como básico o fato de que argumentar significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas. Equivale, portanto, a conferir-lhe status e a qualificá-lo para o exercício da discussão e do entendimento, através do diálogo. Na verdade, o envolvimento não é unilateral, tendo-se uma verdadeira arena em que os interesses se entrecrocaram, quando o clima é de negociação, e em que prevalece o anseio de influência e de poder.

Ao considerar-se o discurso como um campo retórico em que transparece uma intencionalidade alicerçada na interação entre os sujeitos envolvidos em uma cena enunciativa, abre-se espaço para se detalhar a configuração metodológica responsável pelo direcionamento da tese:

- a construção retórica;
- a construção dos discursos;

⁵ Segundo Guimarães (2008, p. 8), acredita-se que o manejo de conceitos fundamentais da área dos estudos do texto e do discurso permite considerar o textual como uma instância de organização de pensamento – um processo organizacional; o discurso, como instância de produção de sentido – um processo interacional.

- o sujeito enunciador e sua história;
- as marcas linguísticas como estratégias discursivo-persuasivas.

Para o desenvolvimento da presente tese, recorre-se aos pressupostos teóricos de Amossy (2005), Bakhtin (2006), Charaudeau (2006; 2008) e Maingueneau (1997) para o que se refere ao discurso, e para o que se refere à retórica vale-se dos pressupostos de Courtine (2006), Fiorin (2010), Foucault (2007), Mosca (2004), Osakabe (1999), Pêcheux (1988), Perelman (1997), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Reboul (2004), entre outros.

A presente tese estará dividida da seguinte maneira:

Introdução – Em que se configura a justificativa, os objetivos e a hipótese qual;

Capítulo I – Princípios Retóricos – no qual se delinearão o que é a retórica e quais os elementos necessários para a construção desse termo que não se resume a ter uma boa oratória;

Capítulo II – A formação do discurso, uma questão de sobreposições – em que se objetiva mostrar a importância de se reconhecer os sujeitos, o tempo e o espaço em que estão situados na constituição do discurso;

Capítulo III – Getúlio Vargas, o chefe provisório;

Capítulo IV – Análise – na qual se objetiva colocar em diálogo os capítulos anteriores de modo a construir uma visão do todo; seguidos da conclusão, bibliografia e anexos.

1. Princípios retóricos

A retórica, de acordo com Reboul (2004), surgida na Sicília grega por volta de 465 a. C. motivada por objetivos judiciais, deve ser compreendida em sua essência, ou seja, na constituição das relações sociais que procura persuadir por meio dos discursos.

A persuasão pode ser considerada como um jogo de negociação entre o enunciador e o auditório diante de uma questão polêmica e a intenção desse orador é a de vencer uma divergência que venha a manifestar-se nesse jogo. O foco discursivo não se enquadra em delinear a verdade, visto que ela se baseia nas perspectivas do que os sujeitos heterogêneos apresentam como tal, mas em um procedimento que leve o público a crer na construção enunciativa do orador.

O discurso retórico considera a alteridade e a língua como responsáveis pelo confronto das subjetividades e a produção de sentido como relação entre o auditório e o orador que mostra no discurso a intenção de persuadir.

Nas relações interdiscursivas, em que se constituem os sentidos, há um jogo de representações, de formação dos sujeitos e nessa construção as crenças e os valores interagem e formam as posições assumidas pelas pessoas do discurso.

De acordo com Ferreira (2010, p.14):

Em função dessa representação, as opiniões se tecem e se configuram em crenças, em valores que condicionam as relações sociais, políticas e econômicas. Nesse espaço do dizer, em que a habilidade no manejo do discurso se impõe potentemente para que o orador consiga mover seu auditório a favor de suas causas, habita a retórica.

Existem duas linhas distintas da retórica que devem ser compreendidas. Uma que se alicerça em uma visão da persuasão como a ornamentação da palavra, que seria a arte de bem falar e escrever, que tinha como maiores representantes os sofistas que se preocupavam em

mostrar como vencer um debate com a análise de ornamentações linguísticas, independentemente de qualquer coisa, a palavra é utilizada para vencer não se preocupando com o lado moral. Segundo Reboul (2004, p.10), “a finalidade dessa retórica não é encontrar o verdadeiro, mas dominar por meio da palavra; ela não está devotada ao saber, mas sim ao poder.”

Aristóteles (384-322) redefiniu a função da retórica ao colocar em cena a importância de se reconhecer o auditório e sua crença e apresentou o desenvolvimento da segunda linha que se adota como ponto para a presente análise que é a Retórica como um instrumento de persuasão.

Aristóteles procurou fundamentar a estrutura e o funcionamento do discurso estabelecendo uma distinção entre o que pertence ao raciocínio e o que pertence à persuasão, medida pela capacidade em conquistar o outro pelo sentimento afetivo. A argumentação não é sinônimo de persuasão, mas sim um elemento responsável pela estruturação e organização dos enunciados de maneira que seja adequada ao auditório⁶.

A argumentação, para poder ser convincente, tem que fazer apelo à razão, ao julgamento de quem participa ou assiste ao confronto de ideias.

Perelman e Tyteca (2005, p. 16) postulam que a argumentação como sinônimo de influência é dependente de experiências, pois pressupõe a existência de um contato intelectual. Os autores assinalam que há “uma condição prévia para a argumentação: a pessoa deve, notadamente, conceber-se como dividida em pelo menos dois interlocutores que participam da deliberação.”

⁶ Aristóteles (1998, p.47) esclarece que a função da retórica não é persuadir, “mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso” e pontua que “é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser verdade.”

A persuasão, por sua vez, está ligada à sedução. Por meio da persuasão, o orador reforça os seus argumentos de modo a criar uma adesão às suas teses. Na atividade argumentativa, o sujeito argumentador busca, ao mesmo tempo, a racionalidade e a influência sobre o outro, assim a razão demonstrativa deve se unir a uma razão persuasiva.

Mosca (2004, p.20) cita que:

O ponto fundamental da doutrina aristotélica, no que toca à Retórica, reside em considerá-la do domínio dos conhecimentos prováveis e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos. Por essa razão, o seu campo é o da controvérsia, da crença, do mundo da opinião, que se há de formar dialeticamente, pelo embate das idéias e pela habilidade no manejo do discurso.

Os préstimos de Aristóteles à análise retórica, como mencionado, são retomados na Nova Retórica⁷ de Perelman e Olbrechts-Tyteca que observam nas crenças individuais a existência de uma lógica verossímil, uma lógica da escolha que faz com que a retórica do enunciador aja nesse processo, visando ao assentimento do auditório. Perelman e Tyteca (2005, p. 7) pontuam que “o que conservamos da retórica tradicional é a ideia mesma de auditório, que é imediatamente evocada assim que se pensa num discurso.”

Segundo Osakabe (1999, p.184, 185):

Perelman organiza a discussão da estrutura dos argumentos, remetendo-se diretamente aos exemplos e aos entimemas de Aristóteles. Sobre esse ponto parece que Perelman apenas organizou a herança da antiga retórica. Essencialmente o autor redefiniu a retórica sob dois pontos fundamentais: dilatou a extensão de seu campo, que passa a compreender toda manifestação discursiva que visa à adesão do ouvinte, e reduziu a tipos

⁷ De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 1) a publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos.

O propósito inicial de Descartes foi encontrar um método tão seguro que conduzisse à verdade inquestionável e para tanto estabeleceu quatro regras: de evidencia (acolher apenas o que aparece ao espírito como ideia clara e distinta) da análise (dividir cada dificuldade em parcelas menores para resolvê-las por partes) da ordem (conduzir por ordem os pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para só depois lançar-se aos mais compostos) da enumeração (fazer revisões gerais para ter certeza de que nada foi omitido.)

básicos os ‘lugares’. Além disso, salientou a natureza temporal da argumentação e, conseqüentemente, seu caráter não restritivo. Perelman funda, assim, sua teoria sobre o domínio da fluidez.

A visão retórica, ao considerar o poder de persuadir, engloba os meios de persuasão que se podem definir como a regulação entre o *ethos*, o *pathos* e *logos*⁸ que estão presentes nos mais diversos tipos de discurso.

A persuasão como descrição do ato discursivo toma o jogo da linguagem como um ato interpretativo que visa à adesão de um auditório e, para isso, observa-se o processo interpretativo de quem fala e a quem se fala.

Faz-se necessário esclarecer que, muitas vezes, toma-se o termo convencer como sinônimo de retórica, mas a eficácia retórica vai além do convencimento, pois como pontua Abreu (2009), convencer relaciona-se ao intelecto, enquanto a persuasão está para o efeito da comunicação, ou seja, insere-se no âmbito factual.

Segundo Perelman (1997, p. 59), “para quem se preocupa sobretudo com o resultado, persuadir é mais do que convencer: a persuasão acrescentaria à convicção a força necessária que é a única que conduzirá à ação.”

Ao tomar-se o discurso político como o *corpus* para a análise, revela-se a necessidade de destacar que a persuasão se constitui nas relações intersubjetivas que afloram nas estratégias discursivas ao moldar o enunciador como digno de credibilidade. Charaudeau (2006) assinala o orador como representante e fiador do bem estar social de modo a levar o auditório a agir de acordo com os seus objetivos.

Segundo o autor:

⁸ Esses termos retomam a imagem do orador que se constrói constantemente no momento em que ele profere o discurso e visa à sedução do auditório nomeado de *pathos* e que se consolida por meio do discurso. Essas três categorias são observadas como a base retórica por conter em si o objetivo retórico.

O político, em sua singularidade fala para todos como portador de valores transcendentais: ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um *Terceiro*, enunciador de um ideal social. Ele estabelece uma espécie de pacto de aliança entre estes três tipos de voz – a voz do *Terceiro*, a voz do Tu – todos – que terminam por se fundir em um corpo social abstrato, frequentemente expresso por um Nós que desempenha o papel de guia (‘Nós não podemos aceitar que sejam ultrajados os direitos legítimos do indivíduo’). (CHARAUDEAU, 2006, p.80)

Nesse espaço de mediação entre interlocutores, a retórica coloca em relação o orador, o auditório e o discurso que faz com que se desenvolva uma função interpretativa dos sujeitos envolvidos no processo de constituição do sentido, pois o enunciador considera previamente o auditório que está produzindo o sentido, de acordo com sua visão de mundo.

Num mundo sem evidência, sem demonstração, sem previsão certa, em nosso mundo humano, o papel da retórica, ao defender esta ou aquela causa, é esclarecer aquele que deve dar a palavra final. Contribui – onde não há decisão previamente escrita – para inventar uma solução. E faz isso instaurando um debate contraditório, só possível graças a seus ‘procedimentos’, sem os quais logo descambaria para o tumulto e a violência.

Para que um discurso venha a ter sucesso retórico, é necessário colocar em sintonia o discurso e as necessidades do auditório que, ao observar o orador, atribui uma imagem a ele, e a intenção do orador é a de fazer com que essa imagem, ou *ethos*, responda ao que o auditório tem como correto, como possível de creditar sua confiança.

Em relação a isso, Bakhtin (2003, p. 26) avalia que:

Se nos voltarmos para a imaginação criadora, para o sonho centrado em nós mesmos, facilmente nos convenceremos de que ela não opera com minha expressividade externa, não evoca sua imagem externa acabada. O mundo de meu sonho centrado em mim situa-se à minha frente, como o horizonte da minha visão real, e eu entro nesse mundo como personagem central que nele atua, vence corações, conquista fama inusitada, etc., mas aí não faço a mínima idéia da minha imagem externa, ao passo que as imagens das outras personagens que povoam meu sonho, inclusive as mais secundárias, se apresentam com uma nitidez às vezes impressionante e uma plenitude que chega a suscitar em seus rostos expressões de espanto, admiração, êxtase,

susto, amor e pavor; no entanto eu não vejo, absolutamente, aquele a quem estão ligados esse êxtase e esse amor, ou seja, eu não vejo a mim mesmo; eu me vivencio de dentro; mesmo quando sonho com os sucessos da minha imagem externa, não preciso imaginá-la, imagino apenas o resultado da impressão produzida por ela sobre os outros.

A retórica seria, em suma, colocar os elementos constituintes do sentido a favor do orador, de maneira que o auditório pense serem as palavras desse enunciador as suas próprias, ou seja, o orador constrói sua intenção, colocando a capacidade de comover, convencer e agradar coerentemente na construção do discurso.

Perelman e Tyteca (2005) recuperam o conceito da retórica como a arte da argumentação no campo do verossímil, do plausível, do provável, visando à adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao assentimento e revitalizam a noção aristotélica de auditório, ao esclarecer que a verossimilhança adquire aparência de verdade somente na instância interlocutória.

A retórica é observada numa perspectiva dialética, ao considerar o fenômeno textual e discursivo como processo de subjetividades em construção e não como elementos inertes que simplesmente se combinam.

1.1 A progressão retórica do discurso

Ao tomar-se a Retórica como apoio teórico, é necessário pontuar que ela funciona como um tecido que se compõe pelo entrelaçamento entre a atenção do auditório, apresentação de provas e fatos, demonstração e conclusão que interagem e forjam uma imagem coesa que pode se mostrar satisfatória aos objetivos do sujeito enunciador, dialogando com as perspectivas do público.

Segundo Mosca (2004, p. 27,28):

Inicialmente, é preciso achar o que dizer; em seguida, ordenar o que se encontrou e proceder a um investimento no plano da expressão, de modo a ter adequação nas escolhas. Na realidade, o que se dá é que o pensamento, as ideias se forjam num trabalho conjunto com a linguagem, resultando que aprender a exprimir-se é também aprender a pensar.

Ao considerar os meios de persuasão, é preciso observar como ela se constrói no discurso e para isso se toma como objeto de análise a disposição do discurso que se alicerçam em cinco partes.

As cinco partes que compõem esse sistema persuasivo são a *inventio*, a *dispositio*, a *elocutio* e o *actio* e a *memória*.

Na *inventio*, é o momento em que o orador demonstra seu conhecimento sobre determinado tema ao conseguir reunir argumentos que interfiram na produção de sentido do outro.

A invenção é a parte que se traduz na disposição, na elocução e na ação, pois os argumentos se apresentam na disposição das partes. Ferreira (2010, p. 63) pontua que:

É no momento da invenção que o orador demonstra conhecer bem o assunto e, por isso, consegue reunir todos os argumentos plausíveis para a interpretação do discurso. É também nesse momento que se interroga sobre o auditório, identifica-se com ele para que possa estabelecer acordos, encurtar distâncias por meio do assunto que irá desenvolver.

Na *dispositio* ou a maneira como a invenção é organizada, a etapa textual é a parte responsável pela macroestrutura do discurso. Mosca (2004, p.28) apresenta a disposição como:

[...] a maneira de dispor as diferentes partes do discurso, o qual deve ter os seguintes componentes: exórdio, proposição, partição, narração/descrição, argumentação (confirmação/refutação) e peroração. Trata-se da organização interna do discurso, de seu plano.

A elocução, terceira parte do sistema retórico, refere-se à construção linguística que revela ao auditório a *inventio*, elaboração textual, a *dispositio*, que constrói a macroestrutura discursiva e a *elocutio* é a responsável pela manifestação discursiva, ou seja, a redação do discurso. Na acepção de Ferreira (2010, p. 116):

A maneira mais explícita de fazermos ecoar o poder das palavras está no modo como a empregamos no discurso, na maneira como trabalhamos a *elocutio* (elocução). Em sentido técnico, a elocução é a redação do discurso retórico. Mais do que uma questão estilística envolve o tratamento da língua em sentido amplo, abrange o plano da expressão e a relação forma e conteúdo: a correção, a clareza, a adequação, a concisão, a elegância [...].

A elocução é o estilo que se apresenta na expressão do discurso, adequando forma e conteúdo, de maneira a agir na construção de sentido do auditório.

Na *actio*, desenvolvem-se a *inventio*, a *dispositio* e a *elocutio*, com o objetivo de obter a adesão do auditório; é a produção do discurso, diante do auditório. A ação visa à atenção e persuasão do auditório, constituindo, assim, o alvo da Retórica e compõe-se pelos componentes sintáticos, semânticos e interacionais. De acordo com o autor:

[...] a *actio* é uma forma particular de interação: orador e auditório estão plenamente envolvidos no processo de transmissão e recepção do discurso num contexto enunciativo-pragmático-interacional. Ao adotar um critério pragmático de análise, a retórica é vista como ação que persuade. Nesse sentido, enfatiza-se a relação entre ato retórico e objetivos para verificar a eficácia do discurso, sempre em função da adequação à situação que o provocou. Um critério estético se impõe naturalmente quando se trata de verificar a eficácia de um discurso, sempre em função da adequação à situação que o provocou. O orador pode tocar profundamente ou não impressionar um auditório na dependência direta de sua capacidade de lidar com os argumentos, reforçar valores e hierarquias de forma harmônica e eloquente. (FERREIRA, 2010, p.138,139)

A memória foi acrescentada ao esquema aristotélico pelos oradores romanos. Depois de descobrir os argumentos (*inventio*), organizá-los de uma forma orgânica (*dispositio*) e

redigir o discurso (elocutio), o orador deve memorizá-lo, a fim de pronunciá-lo com naturalidade. Reboul (2004, p. 68) assinala que:

[...] a memória não só é um dom como também uma técnica que se aprende (cf.XI,2, *passim*); e indica processos mnemotécnicos, como decompor o discurso em partes, que serão memorizadas uma após outra, associando a cada uma um sinal mental para lembrar de proferi-la no momento certo [...] é ‘dominando’ o discurso que temos mais condições de ajustar-nos às objeções e de improvisar. Portanto, em vez de se opor à criatividade, a memória é fator essencial para ela.

O sistema retórico age sobre o imaginário do auditório de modo a fazer com que ele se situe diante do discurso, de maneira a favorecer a imagem do orador, no entanto, é necessário que a construção argumentativa auxilie a estabelecer as conexões entre o objetivo do orador e a visão do auditório sobre determinado tema.

Com base no exposto, mostra-se relevante que os argumentos que fundamentam a estrutura do real, no que tange à retórica, constroem o objetivo do orador, na perspectiva do público.

É importante colocar em cena que o auditório é o alicerce retórico, pois o enunciador se posiciona, de acordo com as perspectivas desse. O enunciador, sabendo que projeta uma imagem, procura a adesão de seu co-enunciador e por isso participa de um jogo discursivo que lhe mostre como necessário às perspectivas da nação.

1.2 O auditório e o *ethos*, a base retórica

Colocar a palavra em ação implica a construção de uma visão sobre a estrutura da enunciação que pode ser de convergência ou não e diante de um pensamento persuasivo, o orador deve considerar a quem ele se dirige, ou seja, ao auditório, que deve ser analisado em sua possibilidade de adesão.

Com base nessa consideração, procuram-se observar as técnicas argumentativas que visam à adesão da opinião pública. Sendo assim, o auditório é compreendido como o conjunto dos sujeitos a quem o discurso se dirige, ou seja, aqueles de quem se visa a adquirir a adesão.

De acordo com Perelmam (1997, p.70):

Para que a argumentação retórica possa desenvolver-se, é preciso que o orador dê valor à adesão alheia e que aquele que fala tenha a atenção daqueles a quem se dirige: é preciso que aquele que desenvolve sua tese e aquele a quem quer conquistar já formem uma comunidade, e isso pelo próprio fato do compromisso das mentes em interessar-se pelo mesmo problema.

Pode-se elencar como uma das necessidades do orador observar que há uma coexistência entre a enunciação e a encenação, pois tanto o enunciador quanto o auditório estão inseridos em um espaço que representa o contexto real, mas que também projeta perspectivas de ambas as partes em relação aos referentes da enunciação.

Os sujeitos estão constantemente fazendo avaliações e o orador, sabendo que não possui autoridade sobre a produção de sentido do outro, deve considerar os elementos que podem auxiliá-lo na concretização de seus objetivos como o *ethos* e o *pathos*⁹.

O *ethos*, o *pathos* e o *logos* são elementos que auxiliam na construção de argumentos coerentes que se centram nas necessidades do orador ao revelar ora o orador, por meio do *ethos*, e ora o público por meio do *pathos* na constituição discursiva, que se coloca como o lado racional na organização do discurso.

O *ethos* corresponde à impressão que o orador dá de si próprio por meio de seu discurso e que se divide e se coaduna, ou seja, há uma imagem projetada que se funda no imaginário da sociedade e uma efetiva que se alicerça na ação do orador no ato discursivo.

⁹ Pode-se dizer isso ao considerar que, como elementos que se evidenciam como sustentação para a persuasão, inserem no âmbito racional uma interação entre as posições ideológicas dos sujeitos envolvidos no processo discursivo.

Pontua-se que a construção de uma imagem de si é configurada pelos processos inferenciais que surgem na enunciação e pelo contexto. Segundo Amossy (2005, p. 09):

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa.

Observa-se que a imagem do sujeito enunciador não é algo definido, demarcado. Ela se (re)define de acordo com a dinâmica presente no processo de enunciação como a visão de mundo, a visão de correto e necessário.

Charaudeau (2006, p. 137) afirma que:

Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do *ethos* são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência.

Ao considerar-se a presente citação, é necessário atentar para a existência de uma interdependência entre o *ethos* e o *pathos*¹⁰, pois o enunciador tenta agir na razão de quem o ouve e, conseqüentemente, o auditório atribui à enunciação do orador sua adesão ou não, pois, como assinalam Perelman e Tyteca (2005, p. 27), “é de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores.”

De acordo com Reboul (2004, p. 48), “o *patos (sic)* é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso. Portanto ele precisa

¹⁰ Embora o *ethos* não possa ser observado de maneira isolada do *pathos* e do *logos*, pontua-se que o caráter do orador é a parte mais importante a ser analisada na persuasão, pois para o auditório ter sua paixão despertada é preciso que em um primeiro momento ele sinta atraído pela imagem discursiva do locutor.

de psicologia, [...]. Aqui, o *etos* (sic) já não é o caráter (moral) que o orador deve assumir, mas o caráter (psicológico) dos diferentes públicos, aos quais o orador deve adaptar-se.”

Para que haja o diálogo entre essas categorias que podem resultar na concretização satisfatória dos objetivos do orador, é mister observar a relação entre os sujeitos interagentes da produção de sentido na manifestação linguística, ou seja, no discurso.

O *ethos*, não sendo uma categoria preestabelecida, é formado na atividade discursiva, sendo assim, de acordo com Maingueneau (2008, p.19), a imagem efetiva é consequência da união do *ethos* pré-discursivo que está relacionado à imagem que o coenunciador constrói do enunciador e do *ethos* discursivo que relaciona a referência direta do enunciador e a imagem mostrada que é construída pelas pistas que o enunciador fornece.

O discurso é construído em função do outro e por esse motivo o ato enunciativo deve ser observado como um espaço de interdependência em que tanto o orador quanto o auditório são corresponsáveis pela argumentação.

O orador age consoante a posição do auditório, considerando que para obter a adesão desse, ele deve construir uma imagem que corresponda às três funções do auditório que são de juiz, de assembleia e de espectador.

Ferreira (2010, p. 22) apresenta as três funções do auditório da seguinte maneira:

Atuar como juízes: aqueles que analisam uma causa passada ponderam sobre o justo, o legal e sobre o injusto, o ilegal, consideram ética envolvida e, a partir da reflexão, condenam ou absolvem;
Atuar como assembleia: aqueles que, diante de uma causa que aponta para o futuro, refletem sobre o útil, o conveniente e sobre o prejudicial, o nocivo. A partir dessa ponderação, aconselham ou não a tomada de uma decisão;
Atuar como espectadores: aqueles que analisam a capacidade do orador no ato de louvar ou censurar ao ou alguém, no ato de versar sobre um tema do presente, atual, que causa interesse hoje e agora. Depois do discurso, os espectadores declaram se gostam ou não, se concordam ou discordam, se acham belo ou feio o que foi dito, da forma como foi dito, sem que, necessariamente, precisem tomar uma posição definitiva sobre o que foi exposto, ainda que o discurso possa ter causado profunda influência no auditório, possa ter posto em crise os valores videntes. Discursos dessa natureza ligam-se ao agradar.

Para a noção de argumentação, retoma-se Abreu (2009, p. 10), cuja posição é que “argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro. E também obter aquilo que queremos, mas de modo cooperativo e construtivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro.”

Argumentar não é impor, mas levar a crer ao vencer possíveis obstáculos do consenso e observar as relações intersubjetivas como um todo, considerando as necessidades do sujeito enunciatário, motivando-o a fazer o que quer o orador, mas de modo que ele pense ser sua ação fruto de sua própria escolha. De acordo com Abreu (2009, p. 25), “persuadir é ter certeza de que o outro também ganha com aquilo que ganhamos. É saber falar menos de si e do que se quer, e mais do outro e do que é importante para ele.”

Antes de integrar-se ao universo do outro, é preciso pensar quem seria este para o orador, uma vez que devem ser analisados o momento e os objetivos do enunciador.

Segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 21), é preciso pontuar que:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a que se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.

O desenvolvimento da argumentação é fruto de uma visão prévia do enunciador sobre as possibilidades de dialogismo que podem se desenvolver e que o fazem adaptar-se de acordo com a sua expectativa, considerando que ele dialogará com um em detrimento de outro. Assim, há a existência de um auditório particular, situado temporal e espacialmente cujas opiniões podem divergir entre si, o que faz com que o orador escolha uma das vozes desses grupos para dialogar, apontando uma visão ideológica homogênea com a desse auditório escolhido.

Os sujeitos da enunciação particular podem desenvolver um contrato fiduciário pela construção de um ponto de vista que responda às possíveis objeções, criando, assim, um possível efeito de sentido que não se alicerçaria na opinião, mas na possível visão do que se tem como verdade.

Perelman e Tyteca (2005, p. 74) sinalizam que:

A concepção que as pessoas têm do real pode, em largos limites, variar conforme as opiniões filosóficas professadas. Entretanto na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que versa sobre o preferível, o que nos determina as escolhas e não é conforme a uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só pode identificar com o de um auditório particular, por mais amplo que seja.

Há também um auditório universal, construído pelo orador, que integra os auditórios particulares no qual o eu da enunciação tentará transcender os possíveis pontos de divergência de tal modo que ele consiga a adesão da maior parte possível de pessoas.

Segundo Perelman (1997, p. 73):

O auditório universal tem a característica de nunca ser real, atualmente existente, de não estar, portanto, submetido às condições sociais ou psicológicas do meio próximo, de ser, antes, ideal, um produto da imaginação do autor e, para obter a adesão de semelhante auditório, só se pode valer-se de premissas aceitas por todos ou, pelo menos, por essa assembleia hiper-crítica, independente das contingências de tempo e de lugar, à qual se supõe dirigir-se o orador. O próprio autor deve, aliás, ser incluído nesse auditório que só será convencido por uma argumentação que se pretende objetiva, que se baseia em 'fatos', no que é considerado verdadeiro, em valores universalmente aceitos.

O auditório universal pode ser visto como a instância cidadã que Charaudeau (2006) define como responsável para interpelar a instância política.

O que há na relação entre orador e auditório é a procura de um gerenciamento eficaz por parte do orador de seu posicionamento em diálogo com a visão do outro, de maneira que haja uma resposta satisfatória a sua intenção. Segundo Ferreira (2010, p. 23):

O orador competente, em princípio, exprime-se em consonância com as ideias do interlocutor, quer para concordar, quer para opor-se às teses do outro. Precisa levar em conta o presente, o passado e o futuro da causa que defende, pois o auditório assume um papel preponderante nas decisões e envolve, no decidir, múltiplos fatores de qualquer natureza, tais como a moral, os valores em vigor, o bom senso, os interesses pessoais e de grupo, a intensidade das paixões, a capacidade de discernimento daquilo que, na situação proposta, é conveniente, justo, legal, útil, nocivo, vergonhoso ou honrável.

Quando o enunciador se posiciona diante do auditório universal, ele considera, mesmo que incondicionalmente, o ato enunciativo, como uma construção de hierarquias perceptuais. De acordo com Charaudeau (2006, p.90):

[...] o sujeito que fala deve saber escolher universos de crenças específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele. O discurso político dirige-se a um auditório que é tomado tanto como ser universal quanto como ser particular, ou ainda como os dois, simultaneamente.

Há uma preocupação do orador em formar uma união coesa entre o conteúdo, a forma e a recepção.

A construção persuasiva requer um entrosamento entre auditório e conteúdo e um dos elementos responsáveis por esse acordo é a maneira como se constrói a tessitura do referente, ou seja, uma interação entre a cena enunciativa e os interagentes nesse processo.

Para esse acordo, essencial para a obtenção de seus objetivos, o orador deve, em um primeiro momento, ter uma tese que se direcione para os envolvidos na enunciação, identificando e satisfazendo as necessidades que podem se apresentar, em um segundo momento, saber se adaptar e ter um contato positivo com o auditório.

Perelman (1997, p. 184-185) afirma que:

Uma filosofia retórica constata não só a existência de diversas concepções do auditório universal, mas também o fato de cada homem razoável ser não só membro do auditório universal, mas também de uma pluralidade de auditórios particulares a cujas teses adere com uma intensidade variável.

Quando se refere à tese como uma premissa que procura a adesão do outro, é necessário atentar-se para os elementos que envolvem o processo discursivo como lugares de argumentação, técnicas argumentativas, demonstração, argumento, imagem e razão como processo persuasivo.

Para Charaudeau (2008, p. 24):

A finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas, no jogo que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem.

O ponto de partida da retórica é, em primeiro lugar, pensar o jogo dialético que coloca em relação os valores presentes de maneira coerentemente aos objetivos do orador e em segundo a forma como se desenvolve a materialização desse discurso.

Em suma, a análise do discurso persuasivo parte de uma cena enunciativa que expressa, naquele determinado momento, o discurso como representação do pensamento do sujeito enunciador e o da sociedade, dialogando para a construção da imagem desse sujeito enunciador legitimado, revelando-se digno de credibilidade diante do povo que o elegera. No discurso político, o enunciador utiliza-se da autoridade que o cargo lhe atribui, visto que ele é o representante do povo.

1.3 Condições da produção retórica

As condições de produção da retórica consideram os protagonistas envolvidos na enunciação e à situação em que se enquadram na estrutura social, estabelecendo uma relação entre as intersubjetividades.

A retórica faz com que as visões de mundo dos sujeitos históricos se relacionem de modo que haja a interação interdiscursiva em que um exerce influência sobre o outro. As funções dos sujeitos envolvidos são legitimadas pela sua formação discursiva e pela ideologia de quem os ouve.

Pontua-se que a interdiscursividade não depende somente da posição social que os sujeitos ocupam, mas depende também da ideologia que pode ser de convergência ou não.

Charaudeau (2008, p.29,30):

Evidentemente, essa separação entre consciência de um saber individual e consciência de um saber coletivo não é nem delimitada por um fechamento estanque, nem fixada de forma definitiva. O critério de determinação do saber individual é o critério de diferença. Mas essa diferença é, pela sua própria natureza, móvel. Podemos ter consciência de uma diferença diante de tal sujeito, de tal saber, mas essa diferença pode tornar-se semelhança em relação ao saber de um outro sujeito e será partilhada com ele. Assim, saber individual e saber coletivo deslocam-se constantemente em função do deslocamento das relações interindividuais e intercoletivas.

A condição de produção da retórica alicerça-se em um primeiro momento na coerência do que é dito, observando se naquele momento determinado uma ou outra expressão é a mais adequada, e, em um segundo, no conhecimento dos envolvidos sobre o tema abordado. O espaço da condição de produção do discurso é, segundo Brandão, social e por isso é o espaço privilegiado para a interação.

De acordo com Orlandi (2007, p.31):

O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. No caso em que analisamos, tudo o que já se disse sobre voto, sobre eleições, sobre eleitores e também todos os dizeres políticos que significaram, em diferentes candidatos, os sentidos da política estão, de certo modo, significando ali. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que aquela faixa diz.

O orador deve considerar que o assentimento do público depende de sua capacidade argumentativa, pois os recursos utilizados só serão considerados retóricos, na medida em que se mostrem capazes de conseguir a adesão do outro.

1.4 A estrutura argumentativa construindo a persuasão

A nova retórica de Perelman e Tyteca (2005) apresenta, em um primeiro momento, a relação necessária entre orador e auditório, pois os meios de que se serve o orador só serão considerados como retóricos na medida em que se mostrem capazes de conseguir a adesão. Para que esse objetivo seja concretizado é necessário observar a constituição argumentativa do discurso que se propõe persuasivo.

Relacionar e promover o “contato dos espíritos” consolida-se na nova retórica, no momento em que se apresenta como ponto de partida a importância das premissas no processo persuasivo, ou seja, de uma ideia que sirva de ponto de partida para a formação de um raciocínio.

Perelman e Tyteca (2005, p. 20) assinalam que:

A nova retórica é, então, o ‘discurso do método’ de uma racionalidade que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade a priori da tese válida, mas sim de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. A abertura para o múltiplo e o não-coercitivo torna-se, então, a palavra-mestra da racionalidade.

Ao considerar-se a retórica como o discurso do método que faz com que o processo argumentativo se desenvolva, é preciso que o sujeito que argumenta assuma uma posição em relação à proposta existente; posicione-se em relação à legitimidade ou não de uma proposta sobre o mundo e que se dirija ao interlocutor com o objetivo de persuadi-lo. Charaudeau (2008, p. 205) pontua que a argumentação define-se em uma “relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo.” Sendo assim, é necessário que haja uma base de análise capaz de identificar os argumentos, classificá-los por seus conteúdos e tornar compreensível a sua eficácia persuasiva pelo discurso, motivo por que são classificados pelo tipo de ligação.

Segundo Perelman e Tyteca (2005), é necessário analisar a estrutura dos argumentos isolados, mas sem desconsiderar que estes são partes integrantes de um mesmo discurso e constituem uma argumentação de conjunto.

Os argumentos visam ao assentimento do auditório com o propósito de persuadir como um sistema que identifique e classifique os tipos de argumentos por meio dos tipos de ligação.¹¹

Os esquemas argumentativos, isolados para uma melhor análise metodológica, devem ser compreendidos para uma análise retórica adequada. Perelman e Tyteca (2005), no que se refere aos tipos de ligação na estrutura do real, categorizam as técnicas argumentativas em processos de ligação e de dissociação¹²

¹¹ Elencam-se como tipos de ligação os argumentos que analisam as passagens das premissas para a adesão e resulta em uma conclusão.

¹² Perelman e Tyteca (2005, p.298) assinalam que: “o que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, serem tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções”. Os argumentos baseados na estrutura do real são divididos em ligações de sucessão e ligações de coexistência. As ligações de sucessão relacionam fenômenos de nível idêntico, dizem respeito à relação de causa e efeito, ligam um acontecimento às suas consequências, meio e fim. As ligações de coexistência envolvem duas realidades de nível desigual, de ordens diferentes, em que uma é a essência e a outra é sua manifestação.

Os processos de ligação objetivam estabelecer laços de solidariedade, ou seja, são processos que procuram estabelecer uma ligação entre as proposições do orador e a adesão do auditório.

Perelman e Tyteca (2005) esclarecem que a divisão dos tipos de ligações ocorre por objetivos didáticos, pois consideram que um mesmo enunciado pode “traduzir simultaneamente vários esquemas que traduziriam o espírito de diversas pessoas.”

A construção argumentativa é dependente de uma estrutura que sirva de alicerce para tomada de posição tanto do orador quanto do público e elenca-se como essa base os argumentos baseados na estrutura do real que são construídos, como se verá a seguir, a partir daquilo que o auditório valida como real, ou seja, o que ele entende por fatos, verdades ou presunções, cujo fundamento reside na ligação existente entre os diversos elementos da realidade.

1.4.1 Argumentos baseados na estrutura do real

Os argumentos baseados na estrutura do real são desenvolvidos a partir do que o auditório acredita como sendo real. Entretanto, apesar de estarem ligados a vários elementos da realidade, não estão diretamente ligados à descrição objetiva de fatos, mas sim às opiniões ou pontos tido como tais.

O *primeiro tipo de ligação* é o de sucessão e está baseada na ideia de que existe um vínculo de causa e efeito nos mais diversos acontecimentos, assim, ao observar esse aspecto apresentado, é necessário analisar quais são os tipos de argumentos que alicerçam a relação entre enunciador e enunciatário.

Nos argumentos de ligação, apresentam-se os que se constroem por sucessão que são denominamos de pragmáticos, de desperdício e os de superação.

Em A Nova Retórica, Perelman e Tyteca (2005, p. 303) denominam o primeiro argumento como pragmático “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis”. Nesse argumento, o valor de uma tese é atribuído aos seus resultados em uma relação de causa e efeito.

O segundo argumento, que é denominado de desperdício, está vinculado à execução de algo em função do seu aproveitamento, um voto útil para terminar o que já começou. Perelman e Tyteca (2005, p.317) explicam que esse argumento “(...) consiste em dizer que, uma vez que já começou uma obra, que já aceitaram sacrifícios que se perderiam em caso de renúncia à empreitada, cumpre prosseguir na mesma direção”.

O terceiro argumento que compõe a ligação de sucessão é o de superação que, segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 327), “(...) insistem na possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, sem que se entreveja um limite nessa direção e isso com um crescimento contínuo de valor.”

O *segundo tipo de ligação* de sucessão apresenta uma estrutura mais voltada para o sujeito enunciador que, ao enunciar, constrói uma imagem. Os argumentos das ligações de coexistência relacionam as pessoas aos seus atos e à posição de quem enuncia, mostrando assim, um argumento de autoridade.

Perelman e Tyteca (2005, p. 334) colocam que “a construção da pessoa humana, que se vincula aos atos, é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser de quem se fala e o que se considera transitório, manifestação exterior do sujeito”.

Tudo o que se relaciona ao sujeito contribui para a construção da reputação do orador, sendo assim, pontua-se que o argumento é influenciado pelo prestígio da pessoa citada, Segundo os autores (p. 347), “a palavra de honra, dada por alguém como única prova de asserção, dependerá da opinião que se tem dessa pessoa como homem de honra (...)”.

Pontua-se que os tipos de ligação apresentados são fluídos, ou seja, não são percebidos sempre da mesma maneira pelos envolvidos no processo enunciativo.

1.4.2 Argumentos que fundamentam a estrutura do real

De acordo com o tratado da argumentação, esse esquema argumentativo fundamenta o discurso persuasivo por meio de um caso particular (o exemplo, o modelo e o antimodelo).

O exemplo tem a função de mostrar a generalização em que se estabelece uma regra a partir de um caso concreto, permitindo a passagem do caso particular para o geral; esse fundamento estrutural direciona a atenção do auditório por surgir com características de fato.

Para Perelman e Tyteca (2005, p. 402), independentemente do argumento que se desenvolva, “o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir de estatuto de fato, pelo menos provisoriamente; a grande vantagem de sua utilização é dirigir a atenção a esse estatuto”.

O exemplo é um termo que capacita o argumento, por meio de uma regra. Segundo os autores (2005), o modelo torna o raciocínio compreensível e contribui para que a atenção do auditório seja mantida sobre as evidências que surgem a partir dele.

Amossy (2005) assinala que a argumentação que se pretenda eficaz em sua intenção persuasiva deve se valer das noções de verdade aceitas pelo auditório, ou seja, enquadrada na demonstração da realidade e em diálogo com o que ela pretende convencer, alicerçada na argumentação.

O exemplo tem por objetivo, ao partir de um caso particular para o geral, reforçar a adesão do auditório, pois no momento em que se toma a ação de pegar um fato já existente para explicar alguma situação ele acaba reforçando o argumento apresentado.

A força argumentativa é embasada na capacidade de articular sobre os valores, crenças e possibilidades. O tratado da argumentação articula as condições que viabilizam o desenvolvimento da argumentação, na qual se busca a adesão por meio de inúmeros mecanismos ou estratégias argumentativas e por esse motivo a argumentação é retórica, pois sempre visa ao assentimento do outro.

Para se analisar a força de um argumento, é necessário observar a eficácia (mais adequada à argumentação) e a validade (mais adequada à demonstração). Assim, o sucesso do orador está relacionado aos *ethos*, ao *pathos* e ao *logos*, além dos recursos que aumentam ou preservam a predisposição do auditório à confiança como, segundo Abreu (2009), ter uma tese clara, interação com o público gerenciando a relação com esse auditório e mostrando-se digno de credibilidade.

A amplitude da argumentação está relacionada ao número e à extensão dos argumentos necessários para que o auditório se enquadre nas teses que lhe são propostas e variará de acordo com o objetivo do enunciador.

O orador deve assegurar-se de que as premissas são admitidas pelo auditório. Perelman (1999, p. 305) assinala que:

A argumentação depende, no tocante às suas premissas, como aliás a todo o seu desenvolvimento, do que é aceito, do que é reconhecido como verdadeiro, como normal e verossímil, como válido; com isso se arraiga no social, cuja caracterização dependerá da natureza do auditório.

Para se alicerçar o argumento como capaz de adquirir a adesão do público, é necessário que o orador reforce a sua presença no espírito do auditório, dando sentido e alcance à sua argumentação, destacando os argumentos favoráveis à tese que defende.

Reboul (2004, p.185) explica que “raciocinar por analogia é construir uma estrutura do real que permita encontrar e provar uma verdade graças a uma semelhança de relações”

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real estão alicerçados na indução, ou seja, alicerçam-se na probabilidade, pois ao considerar que o conteúdo da conclusão ultrapassa o das premissas, manifesta-se posicionamentos a partir de evidências parciais.

O efeito argumentativo do modelo é propor a imitação do sujeito enunciador. De acordo com Perelman e Tyteca (2005), o argumento pelo modelo está de acordo com o argumento de autoridade, pois em ambos o prestígio da pessoa que se pretende imitar surge como alicerce da própria ação.

O argumento pelo modelo consiste na imitação de um caso particular, geralmente uma pessoa que tenha um *ethos* inquestionável. Sendo assim, observa-se que há afinidade com o argumento de autoridade, baseado na estrutura do real, pois a imagem do orador surge como um elemento persuasivo.

Enquanto o argumento pelo modelo leva à imitação de uma conduta, o argumento pelo antimodelo, por sua vez, consiste no oposto, é aquilo que deve ser evitado.

Com base no exposto, pode-se considerar que a construção do sentido e a eficiência dos argumentos necessitam do entrelaçamento de um ato linguístico e de posições ideológicas, que são responsáveis pela produção de sentido que se regulam por meio de uma estrutura argumentativa capaz de mostrar a posição tanto do sujeito enunciador quanto do sujeito enunciatário e elencam-se os argumentos que fundamentam a estrutura do real por entendê-la como um campo em que se configura mais latentemente a interação entre a intenção do sujeito enunciador e as perspectivas do auditório.

O ato argumentativo funda-se no uso da razão como ponto de partida para a obtenção de provas ou justificativas que resultam na persuasão.

Com base em seus objetivos o sujeito enunciador mobiliza os argumentos que promovem a adesão do auditório.

No espaço da representação há um espaço representante, ou seja, uma projeção na que auxilia na constituição do sentido.

Ao considerar que as estratégias retóricas alicerçam-se no objetivo de fazer com que o auditório pondere e reaja de forma satisfatória às propostas do enunciador, determina-se como categorias de análise, a progressão discursiva e os argumentos baseados na estrutura do real por entender-se que são os instrumentos para a construção de uma retórica eficaz em sua essência persuasiva.

O presente capítulo delineou os pressupostos teóricos a respeito da retórica como meios flexíveis para a persuasão. A seguir, apresenta-se a configuração discursiva, produtora de sentido entre sujeitos, como meio para a manifestação retórica, uma vez que a persuasão é construída entre sujeitos interagindo discursivamente.

2. A formação do discurso, uma questão de sobreposições

Ao tomar-se como objeto de análise o discurso, é necessário, em um primeiro momento, esclarecer como o mesmo se caracteriza.

O discurso não é liberto das considerações linguísticas, visto que ele se materializa na relação social por meio da língua e nem está livre das considerações históricas, pois considera o sujeito como um ser situado em um local determinado, com um conhecimento prévio que é próprio de sua formação, no decorrer da vida. De acordo com Brandão (2004), a articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é o discurso.

Nesse ponto de articulação, vão se constituindo os efeitos de sentido e o próprio sujeito que vai se formando como um ser que (re)define os significados, de acordo com o contexto que se lhe apresenta. A linguagem é intenção que se concretiza entre a articulação do simbólico com o político. Guimarães (2013, p.87) assinala o discurso “como um lugar de intermediação entre a língua e a fala.”

A linguagem tem um lado individual e outro social, pois o sujeito posiciona-se, observando e se moldando tanto ao contexto que se apresenta quanto à imagem construída do outro, o que constitui a essência do discurso. A autora (2013, p. 89, 90) define o discurso como:

[...] uma entidade histórica (ideológica) que se elabora socialmente, através de sua materialidade específica, que é a língua manifestada no texto. É próprio do discurso privilegiar a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da língua [...].

Frise-se a concepção de discurso como uma forma de interação, ou seja, como um evento comunicativo, que é, por sua vez, encaixado em estruturas sociais, políticas ou culturais mais abrangentes. (GUIMARÃES, 2013, p. 89 e 90)

Considera-se relevante observar a análise discursiva de um ponto de vista ideológico para definirem-se as categorias que se elencam como objeto de análise.

Bakhtin (2006) compartilha de uma visão da palavra como fenômeno ideológico e por isso não deve ser pensada fora da sociedade, ela é responsável pela relação entre os sujeitos como protagonistas envolvidos na enunciação, de modo a estabelecer um dialogismo entre os enunciadores e o contexto que constituem as condições para a produção de sentido. Segundo Charaudeau (2008, p. 24):

A finalidade do ato de linguagem (tanto para o sujeito enunciador quanto para o sujeito interpretante) não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas no jogo que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação dos protagonistas entre si e da relação dos mesmos com as circunstâncias de discurso que os reúnem.

O sujeito é formado e assujeitado pela ideologia e pelas condições pré-construídas, como visões de mundo cristalizadas dos sujeitos que servem de base para a relação de reciprocidade entre os sujeitos, pois o enunciador, ao expressar sua subjetividade propondo-se como sujeito do seu discurso, expressa uma posição que está em constante relação com a posição do outro.

Os enunciados estão repletos das palavras de outros sujeitos. No ato da enunciação, não se diz algo que seja realmente inédito, que tenha partido do próprio sujeito, mas sim enunciados que são assimilados no decorrer da vida; uma polifonia que é incorporada como se fosse dele. O que se tem de autêntico não é o dito, mas sim a maneira de dizer.

Um aspecto a se considerar é o dialogismo, que pressupõe a existência de outro sujeito, ou seja, um discurso não se constrói sobre si mesmo, mas considera a interação que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário. Bakhtin (2003, p.115) explica que:

O ato de linguagem não deve ser concebido como um ato de comunicação resultante da simples produção de uma mensagem que um Emissor envia a um Receptor. Tal ato deve ser visto como um encontro dialético (encontro esse que fundamenta a atividade metalinguística de elucidação dos sujeitos da linguagem) entre dois processos:

- processo de *Produção*, criado por um EU e dirigido a um TU'-destinatário;
- processo de *Interpretação*, criado por um TU – interpretante, que constrói uma imagem EU' do locutor.

O discurso, como efeito de sentido entre locutores, considera que, na produção de sentido o sujeito da enunciação perde a autoridade plena sobre os efeitos de sentido que venha a produzir, pois essa produção depende das inferências que o outro possa fazer com base em seu conhecimento prévio. O discurso é como se fosse uma leitura das partes envolvidas no processo enunciativo, pois o sujeito enunciador tenta dialogar com as perspectivas da plateia e o sujeito, integrante desse público, observa as relações da enunciação desse orador com as suas questões cotidianas.

A produção de sentido coloca em relação as posições ideológicas que se manifestam por meio de uma configuração verbal, mas que se estabelecem nos sentidos atribuídos à palavra. Ele não é desprovido de intencionalidade, pois a linguagem como expressão da ideologia não se resume na expressão da visão de uma única pessoa, mas de sujeitos heterogêneos que procuram fazer sua visão de mundo prevalecer sobre a do outro.

Ao referir-se ao discurso como uma questão de sobreposições, tem-se o objetivo de ilustrar a importância da relação entre o linguístico e o extralinguístico na formação do sujeito em interação nas mais diversas situações sociais que colocam em jogo valores por meio do uso da linguagem que, segundo Brandão (2004, p. 17), “não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.”

O discurso não é neutro, pois tem em si a intenção de produzir sentido e, conseqüentemente, as adesões, mas para tanto é preciso colocar em destaque o sujeito, o que se fará no próximo capítulo, de modo que se mostre a articulação entre os sujeitos situados ideologicamente.

2.1 A formação do sujeito

Ao se revelar o sujeito como centro do discurso, faz-se necessário pontuar que o que o constitui como tal é a sua historicidade, ou seja, a maneira como interage com a sociedade, reproduzindo em seu discurso, o discurso do outro, utilizando-se da língua para evidenciar a sua visão de mundo em diálogo com a visão de mundo do outro. Na perspectiva de Foucault (2007, p.58), as posições do sujeito:

[...] se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos: ele é sujeito que questiona, segundo uma certa grade de interrogações explícitas ou não, e que ouve, segundo um certo programa de informação; é sujeito que observa, segundo um quadro de traços característicos, e que anota, segundo um tipo descritivo; está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação, deslocam o sujeito em relação ao perceptivo médio ou imediato, asseguram sua passagem de um nível superficial a um nível profundo, [...]

O enunciador, ao expressar sua subjetividade propondo-se como sujeito do seu discurso, expressa sua posição e nessa apresentação acaba fazendo com que seu discurso dialogue com o de seu enunciatário.

Fiorin (2006) revela que o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por esse motivo, ele é sempre persuasivo. Nesse jogo persuasivo, o enunciatário tem grande importância, pois o enunciador formula seu discurso com um objetivo, com um propósito harmonioso entre as relações de persuasão, que se centra no objetivo do orador e de interpretação, que se alicerça na visão do público em relação ao discurso. De acordo com Barros e Fiorin (2003), a persuasão e a interpretação envolvem sistemas de valores, do enunciador e do enunciatário, que participam da construção dialógica do sentido.

A interação dialógica no discurso refere-se à interação que há entre a voz do sujeito que enuncia e as vozes sociais. Quando o sujeito enuncia, ele não age só, pois o enunciador leva em consideração a possível visão que o enunciatário terá dele no processo de enunciação. Maingueneau (2006, p.115) afirma que:

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O ethos é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única.

Na interação verbal, os sujeitos procuram demonstrar seus conhecimentos adquiridos e, lembrando que os seres são subjetivos, percebe-se que ocorre a intersubjetividade, no momento em que um pode exercer influência sobre a subjetividade do outro.

Ao referir-se à construção do sujeito, é necessário pontuar que quando o enunciador discursa, ele representa, em um mesmo contexto, o seu enunciado como pessoa e seu enunciado como um personagem que se utiliza de outros discursos. Outro aspecto que deve ser considerado é a existência da polifonia, ou seja, as vozes sociais que formam o sujeito e que dão a ele condições de reelaboração.

A enunciação projeta-se numa pluralidade de vozes que realizam diferentes atos ilocucionais, como promessa, juramento, ordem ou pedido.

As palavras deixam um espaço para o outro no sujeito, de maneira sutil, é o sujeito de consciência. Pêcheux (1988, p.161, 162) assinala que “todo sujeito se ‘reconhece’ a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não o efeito) do famoso ‘consenso’ intersubjetivo.”

O sujeito é formado polifonicamente, pois quando enuncia, em si mesmo, apresenta conflito de vozes. Assim, pode-se caracterizar o discurso como arena de lutas onde se pegam

as definições sobre determinados assuntos e opiniões que recebem e ambas podem se chocar, porque podem se direcionar para posições conflitantes.

Bakhtin (2006, p. 66) postula que:

Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória.

Com base no exposto, considera-se o dialogismo como responsável pela interação que ocorre entre os objetivos do enunciador e as perspectivas do auditório, considerando o que esses envolvidos têm de interesse e a polifonia, que são as diferentes vozes que formam o sujeito, sendo uma ou mais delas escolhidas para a concretização da interação no jogo enunciativo. Tanto o dialogismo quanto a polifonia são constituintes do sujeito, pois não há sujeito desprovido de vozes sociais que o formam e nem a inexistência de interação com pelo menos uma delas.

2.2 Condições de produção do discurso

As condições de produção do discurso relacionam-se aos sujeitos como protagonistas envolvidos na enunciação e a situação em que se enquadram na estrutura social, estabelecendo uma relação de interação entre o enunciador, o enunciatário e o contexto. Brandão, em seu artigo intitulado *Analisando o Discurso* (2009, p. 7), postula que “o discurso é o espaço em que saber e poder se unem, articulam-se, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente.”

A condição de produção do discurso faz com que se reconheça o conhecimento individual de mundo e o compartilhado. A função do sujeito enunciador é legitimada pela interação entre a sua formação ideológica e discursiva com as formações de seu interlocutor.

A interdiscursividade não depende somente da posição social que os sujeitos ocupam, mas é preciso considerar que o espaço da condição de produção do discurso é social e por isso é o espaço privilegiado para a interação. Nesse espaço, regula-se a interação que constrói o espaço para a construção de uma posição de poder entre os enunciatários que se evidenciam devido ao reconhecimento das posições de parte a parte.

Outro fator a considerar é que a condição de produção do discurso remete os sujeitos envolvidos para as suas memórias discursivas, fazendo-os retomar os conhecimentos prévios a respeito do assunto abordado, retomando os conceitos e preconceitos presentes em sua formação que estão em constante relação entre os interdiscursos. De acordo com Orlandi (2007, p.32):

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite, no exemplo, remeter o dizer da faixa a toda a uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos.

O contexto da condição de produção do discurso tem a capacidade de inserir, na relação existente entre os participantes, uma imagem que pode ser atribuída tanto para o enunciador quanto para o enunciatário.

A imagem do sujeito está ligada ao ato da enunciação, ou cena englobante, em que considera que o público se posiciona de acordo com o tipo e o foco do discurso. Maingueneau (2006, p. 111) afirma que:

A cena englobante é aquela que corresponde ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático. Quando recebemos um panfleto na rua, devemos ser capazes de determinar se trata de algo que remete ao discurso religioso, político, publicitário, etc.; ou seja, devemos ser capazes de determinar em que cena englobante devemos nos colocar para interpretá-lo, para saber de que modo ele interpela seu leitor.

O espaço da condição de produção do discurso também pode ser considerado como a cenografia que é o espaço da sedução construído pelas marcas de sujeito, lugar e tempo, pois o enunciador pretende fazer seus enunciatários aceitarem determinada posição é o local em que aparece o *ethos* do sujeito enunciador. Segundo o autor (2006, p. 113):

A escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima. O discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de um outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar essa cenografia que ele impõe. Para isso, é necessário que ele faça seus leitores aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia e de modo mais amplo, no universo de sentido do qual ela participa. Toda tomada de palavra é, com efeito, em diversos graus, incursão em um risco, sobretudo quando se trata de gêneros ou de tipos de discurso que têm necessidade de impor contra outros pontos de vista e de provocar uma adesão que está longe de ser já dada. (MAINGUENEAU, 2006, p. 113)

A condição de produção do discurso considera a posição que se enuncia e o contexto, e ambas estão direcionadas ao posicionamento ideológico, maneira de ver o mundo, dos envolvidos e a formação discursiva, maneira de dizer o mundo, e está relacionada ao jogo de imagens entre enunciador e enunciatário.

As condições de produção do discurso ou a cena enunciativa de que os participantes do processo de interação fazem parte é como se fosse um cenário que é utilizado para o sujeito enunciador firmar um contrato de confiança com o público.

Até o momento, traçaram-se as condições de produção discursiva mostrando a importância do sujeito em uma cenografia e a seguir coloca-se em cena a noção de

interdiscursividade de modo a mostrar que os sujeitos colocam-se de maneira ideológica em seus processos discursivos.

2.3 As relações interdiscursivas no discurso

A análise do discurso preocupa-se com a produção discursiva, interessando-se por sua forma de expressão ideológica como um todo e pela descrição das interações sociais, procurando delinear a identidade dos sujeitos.

Nesse aspecto, define-se como relevante a preocupação do discurso centra-se na relação interdiscursiva. Maingueneau (2008, p. 20) clarifica que “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.”

No espaço de troca, regulam-se as intenções, pois o discurso não é desprovido da vontade de agir sobre a produção de sentido do outro e, nesse momento, o discurso político¹³ surge como mais intencional, pois, ao querer a adesão do outro de maneira mais evidente, pode ser caracterizado como um jogo de sedução em que o que o legitima é o parecer ser, ou seja, aparecer como necessário aos olhos dos outros em um determinado momento. O interdiscurso é responsável pela construção das identidades. Segundo o autor; “em termos de gênese, isso significa que esses últimos não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas que eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso.”

Com base nessas relações interdiscursivas, retoma-se o discurso político para assinalar que nele o sujeito enunciativo visa a finalidades pragmáticas¹⁴. A construção enunciativa do

¹³ Toma-se como gênero de análise o discurso político por compreender-se que seu padrão de composição apresenta mais clara a intenção de agir persuasivamente sobre a opinião pública.

¹⁴ Pragmática pode ser definida como a parte da teoria do uso linguístico que estuda os princípios de cooperação que atuam no relacionamento linguístico entre o falante e o ouvinte, permitindo que o ouvinte interprete o

sujeito que enuncia está direcionada aos processos que conduzem as atitudes, respostas e ações do auditório diante da intervenção discursiva que visa à adesão e engajamento do enunciatário diante de um tema polêmico. Maingueneau (2008, p. 21) chama a atenção para o fato de que:

O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz a interação semântica entre os discursos parecer um processo de tradução, de *interincompreensão* regulada. Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre em forma do ‘simulacro’ que dele constrói.

Com base na presente citação, avalia-se que o objetivo da análise do discurso é analisar como são produzidos e direcionados os sentidos por meio do discurso. Orlandi (2007, p.15) afirma que “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.”

Pode-se definir o discurso político como sedução pelo fato de expressar não somente o pensamento do sujeito que fala, mas também de um grupo determinado.

Três são os momentos do discurso político que o enquadram como sedução. Em um primeiro momento, o discurso político é como um sistema de pensamento que procura fundar um ideal político em função de certos princípios que devem servir de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos. Charaudeau (2006, p.187) assinala que:

Em todo ato de discurso, o propósito é aquilo de que se fala, o projeto que se tem em mente ao tomar a palavra; o que é, afinal, proposto. Ele corresponde, de certa forma, ao tema do discurso, como quando falamos do tema (ou do assunto) de uma discussão. Por mais que se fale (ou escreva) com a finalidade essencial de estabelecer uma relação entre si e o outro e de influenciá-lo, tentando persuadi-lo ou seduzi-lo, essa relação seria vazia de sentido se não tivesse por objeto certa visão que trazemos do mundo, isto é, o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que dela se fazem.

enunciado do seu interlocutor, levando em conta, além do significado literal, elementos da situação e a intenção que o locutor teve ao proferi-lo. (Houaiss, 2001).

O homem é tomado tanto por um desejo de inteligibilidade do mundo quanto de troca com o outro.

O segundo momento refere-se ao discurso político como ato de comunicação relacionado aos sujeitos participantes da cena de comunicação política, em que o foco se enquadra com mais clareza na vontade de influenciar a opinião do outro, projetando a imagem do caráter pessoal como um padrão a ser seguido como a moral, o contato afetivo, o comportamento e o intelecto de quem discursa.

O terceiro momento refere-se ao discurso político como comentário que não se volta para um fim político, mas sim para o político que profere o discurso, não envolvendo a parte social da política, mas sim a projeção de uma imagem. Segundo Orlandi (2007, p.15):

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Ratifica-se que, ao se tomar o discurso político como objeto de análise, deve-se ater ao duplo fundamento que está presente nele: um dialogismo relacionado tanto à construção da opinião pública quanto ao posicionamento do enunciador que se representa em sua ação argumentativa. Esses fundamentos são responsáveis pelos contratos firmados entre o enunciador e o enunciatário de modo a mostrar a relação entre os sujeitos interagentes. Fiorin (2006, p. 21) indica que:

[...] o enunciado é a réplica de um diálogo, pois cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos. O que delimita, pois, sua dimensão é a alternância dos falantes. Um enunciado está acabado quando permite uma resposta de outro. Portanto, o que é constitutivo do enunciado é que ele não existe fora das relações dialógicas. Nele estão sempre presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante.

Ao colocar em evidência essa relação entre os sujeitos interpretantes, observa-se que o que legitima o discurso do enunciador político é a autoridade atribuída a ele pela instância cidadã que credita suas expectativas no orador, nesse jogo de representações. Segundo Charaudeau (2006, p. 58):

A instância cidadã [...] se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo. É o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhe são propostos ou as ações que lhe são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes. Se a instância cidadã dispõe de um poder evidente, isso sempre acontece por via indireta, a de um questionamento da legitimidade e da credibilidade da instância política.

A instância política se enquadra no campo da decisão e da ação e leva a fazer pensar com o propósito de persuadir em busca da ratificação de seus atos. Osakabe (1999, p. 82) pontua que:

[...] a melhor forma de saber qual a imagem que o locutor pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar saber a quais imagens, enquanto candidato, o locutor insiste em atender. Isso porque é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem.

O sujeito enunciador promove-se nessa reciprocidade do discurso político, procurando estabelecer uma relação de identificação entre a sua posição e o que o auditório apresenta como necessidade. No caso dessa análise, o espaço da reciprocidade é o construído entre os interlocutores no campo da opinião, como que se considerasse a realidade e a projeção das perspectivas.

Em suma, a análise do discurso político parte de uma cena enunciativa que expressa, em um determinado momento, o discurso como representação do pensamento do sujeito

enunciador e o da sociedade, dialogando para a construção da persuasão desse público que acaba mostrando o enunciador como digno de credibilidade.

O orador deve encontrar e usar estratégias que auxiliem a agir sobre a ideologia do outro, mais propriamente na construção de um cenário icônico e, conseqüentemente, componha o sentido e a resposta desejada pelo orador.

2.4 Discurso: a intencionalidade em construção

Ao referir-se aos sujeitos como produtores de sentido com base na materialidade discursiva, ou seja, no enunciado, não se considera discurso somente como construção, mas como suporte e meio para a manifestação ideológica dos enunciadores e, por esse motivo, pode-se definir o discurso como intencionalidade em construção. A intencionalidade é o jogo de sentidos em diálogo que rumam para a construção de um sentido em comum, isso porque as ideologias dos sujeitos estão em constante interação.

Essa relação intersubjetiva se concretiza pela palavra, pois ela tem a capacidade de construir as cenas enunciativas pelo uso da linguagem, que expressa a ideologia dos sujeitos envolvidos no processo enunciativo. O orador direciona a sua formação discursiva para o outro, visando a levá-lo a aderir ao seu posicionamento, mas para que isso ocorra é preciso considerar o jogo de construção do discurso.

A palavra é um alicerce da construção do sentido. Nesse aspecto, manipular a palavra é uma tentativa de manipular o outro, pois no jogo discursivo são consideradas as imagens que se constroem de sujeito para sujeito. E nesse processo de construção de uma imagem que procure atender aos objetivos do enunciador são consideradas as relações entre o contexto e a interlocução.

É necessário pontuar que o enunciatário não é um sujeito passivo e, por esse motivo, o discurso é um jogo de manipulação que visa a um objetivo que vai se desenvolvendo na

interação dialógica e por meio de uma expressão que contemple os anseios desse co-enunciador.

Os enunciados estão repletos das palavras de outros indivíduos. Quando há o confronto entre consciência e o mundo exterior, o signo absorve toda a carga ideológica dos sujeitos envolvidos nesse processo, pois a palavra em si é neutra. São os sujeitos que atribuem o sentido a essas palavras.

Considerando que a palavra constitui o enunciado e que ele encontra sua finalidade nas relações dialógicas, o discurso como um campo intencional construído na interação entre os elementos linguísticos e extralinguísticos, é preciso pensar quais as estratégias argumentativas que podem auxiliar o sujeito enunciador a agir na construção da opinião do outro, pontuar que os sujeitos envolvidos na construção de sentido estão em constante relação por argumentos de natureza racional e por argumentos de natureza emocional que, quando bem utilizados, corroboram para alicerçar um discurso persuasivo.

Ao considerar a natureza racional do discurso, elencam-se as estratégias discursivas como um processo de recursos linguísticos em função dos objetivos do enunciador, pois surge com a função de responder às expectativas do auditório, de mostrar uma imagem do enunciador coerente com os anseios do público.

Ao elencar-se a imagem do orador como necessária para fazer com que o interlocutor lhe atribua a sua confiança, faz-se necessário pontuar que esse *ethos* constrói-se no imbricamento do racional com o emocional que pode se evidenciar na análise linguística que seja harmoniosa com as necessidades do auditório.

Deve-se considerar que a identidade do sujeito, como um *ethos*, constrói-se na representação social e por isso o enunciatário dialoga com as representações do enunciador que procura ser solidário às perspectivas da sociedade. Nesse aspecto da língua como suporte

de construção de sentido e de uma imagem, recorremos à Amossy (2005, p. 09), que assinala que:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa.

No entanto, a imagem do sujeito enunciador no processo de construção discursiva não deve ser definida como algo demarcado, pois ela se redefine de acordo com a dinâmica presente no processo de enunciação como a visão de mundo, a visão do que se tem como correto e como necessário. De acordo com Charaudeau (2006, p. 137):

Toda construção do ethos se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência. No discurso político, as figuras do ethos são ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência.

Com base nessa citação, mostra-se relevante esclarecer que se toma como objeto de análise a dêixis de pessoa, tempo e lugar por entender-se que essas categorias são responsáveis pela construção do sentido que ocorre pela orientação dos focos de atenção dos interlocutores.

2.5 A dêixis¹⁵ discursiva

O discurso, ao colocar em cena o jogo de interação entre os sujeitos, evidencia também os sentidos que vão se (re)definindo. Um aspecto a ser considerado é que o discurso como manifestação ideológica se consolida na enunciação, mas para que isso ocorra, é necessário que as pessoas do discurso estejam presentes nele. É preciso que os sujeitos estejam em cena.

A dêixis é um processo de referenciação que, pela palavra, localiza e remete à situação da enunciação; são as marcas linguísticas que identificam os sujeitos, o espaço e o lugar da enunciação. Os dêiticos são responsáveis pela construção da cenografia.

Segundo Maingueneau (1997, p.33), postular uma análise do discurso significa formular as instâncias em termos de lugares, ou seja, determinar qual a posição que cada indivíduo pode e deve ocupar para se instituir como sujeito do discurso.

A representação dos sujeitos consolida-se pelas marcas dêiticas, que definem as pessoas implicadas na enunciação e constroem uma cenografia a partir de coordenadas de espaço e tempo¹⁶, em que os sujeitos se inserem e se posicionam.

A dêixis aponta para o contexto situacional e se responsabiliza pela identificação dos papéis dos sujeitos e do sentido na enunciação, ou seja, são expressões que constroem e fazem compreender um mundo determinado.

Os dêiticos orientam o foco de atenção e pressupõe o posicionamento do enunciador na construção de uma situação real. Segundo Maingueneau (1997, 42):

¹⁵ Maingueneau (1997, p. 41) assinala que “na língua, a ‘dêixis’ define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo. Eu – Tu – Aqui – Agora.”

¹⁶ O tempo analisado não é o cronológico, mas sim o tempo da língua que é definido no momento da enunciação e por esse motivo é analisado a partir de um aqui e de um agora e é responsável pelas marcações cronológicas referidas no discurso (FIORIN, 2010).

Se existe dêixis discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se a cena que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar.

O sujeito da enunciação é o ponto central da cena enunciativa, pois a partir dele se estabelecem todas as coordenadas do contexto, ou seja, o sujeito produz o tempo e o espaço da enunciação.

2.5.1 A demonstração de pessoa, espaço e tempo

A modalização responsável pela marcação de pessoa e estruturação dos modos de existência e presença dos sujeitos no discurso são os indicadores de pessoa que vinculam ao sujeito enunciador uma imagem, um posicionamento que o enunciador demonstra. Segundo Maingueneau (1997, p. 41) “todo enunciado implica um enunciador em relação ao qual é definido o você, constituído como tal pelo enunciador.”

A citação apresentada considera relevante localizar em cena a dêixis discursiva fundada nos estudos de Benveniste (1989), que afirma que os pronomes pessoais constituem um ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem. Para se compreender essas representações construídas no enunciado, faz-se necessário analisar a categoria de pessoa, na qual se podem incluir os pronomes, os verbos e as classes de palavras que têm o poder de expressar a subjetividade do sujeito que se determina pela manifestação de pessoa.

A linguagem se transforma em discurso pela categoria de sujeitos, pois eles só existem em interação. Fiorin (2010) assinala que o *eu* existe porque existe um *tu*. O eu no discurso não é simplesmente uma categoria linguística, uma vez que na enunciação ele não instaura somente uma classificação, mas também designa o tipo de sujeito.

A análise da pessoa formada historicamente e que se revela na sociedade é analisada não somente pelo o que ela diz, mas também pelas máscaras que se constroem no discurso.

O sujeito deixa de ser o foco na análise discursiva e centraliza-se nas vozes que se dão a conhecer no processo dialógico. O enunciador, formado polifonicamente, como todos os sujeitos, escolhe uma das vozes que o formam para dialogar com o outro, mas não cala as outras vozes presentes.

Para ratificar essa visão dos modalizadores como recursos que objetivam influenciar a opinião pública, considera-se a citação de Charaudeau (2006, p.119), ao afirmar que a opinião pública é um revelador social de determinado contexto e reativa ao posicionamento do enunciador naquilo que ele profere e define credibilidade não como uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. Ao mesmo tempo em que objetiva ter a opinião pública a seu favor em seu discurso, o enunciador também se mostra nele, evidenciando que ele é digno dessa credibilidade.

Fiorin (2010, p. 42) pontua que:

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do 'sujeito', tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o presente é o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. A partir desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais.

O eu da enunciação é o alicerce da cena enunciativa, que depende de um tempo e de um espaço. O aqui e o agora são respectivamente o espaço e o tempo da enunciação.

Ao colocar em evidência a dêixis de espaço, faz-se necessário pontuar que eles assinalam os elementos tendo como ponto de referência o "aqui" e mostra a relação de maior

ou menor proximidade, ela coloca em relevo a posição do sujeito diante de um tema em questão.

O sujeito enunciador se posiciona a partir de um aqui e isso se evidencia pelos advérbios, pelas locuções adverbiais de lugar e verbos que indicam movimento. A respeito desses elementos dêiticos Fiorin (2010, p. 263) postula:

O aqui é o fundamento das oposições espaciais da língua. Esse aqui, que se desloca ao longo do discurso, permanecendo sempre aqui, constitui os espaços do não-aqui. Chega-se, assim, à constatação de que o único espaço inerente à linguagem é o espaço axial do discurso, que é sempre implícito. Ele é que determina os outros.

O espaço lingüístico é o do eu, mas, quando falo, meu interlocutor aceita-o como seu. Quando ele se transforma em enunciado, sua espacialidade converte-se na minha. Isso é condição de inteligibilidade da linguagem.

Ao pontuar o espaço do discurso, o sujeito enunciador constrói a referência de valor, ou seja, representa o grau de relevância e procura agir no subjetivo do interpretante, por tentar determinar o foco que o público deve seguir.

A determinação do foco do sujeito interpretante mostra como necessário observar o momento da enunciação, ou seja, colocar em cena o “agora” enunciativo.

A dêixis de tempo mostra o momento da enunciação, ela localiza os fatos e toma como ponto de referência o “agora” da enunciação, que é a base para situar o passado e o futuro.

Uma das categorias gramaticais que podem servir como elemento de análise da constituição do tempo são os advérbios. Eles podem exercer diversas funções dentro da cena enunciativa construída pelo enunciador, mas, nesse momento, o que se evidencia é essa categoria gramatical como responsável por apontar para o tempo da enunciação, construindo uma linha de análise entre um momento determinado e uma possível projeção de uma realidade verossímil.

A respeito das categorias de pessoa, lugar e tempo, analisa-se que elas se colocam como estratégias argumentativas que acrescentam ao discurso um contexto particular que intensifica a construção da realidade proposta pelo enunciador.

Ao considerar que o discurso político se mostra com o objetivo de influenciar o interlocutor, é necessário que se construa um cenário no qual se interpretem essas intenções. Os dêiticos são as categorias que procuram exercer essa função de construir uma base interpretativa, um espaço da construção do sentido. O enunciador, ao fazer uso dessas marcas de pessoa, tempo e espaço, acaba se colocando como o ator político em uma cena e projeta suas posições no discurso.

Após apresentar-se o alicerce teórico, elenca-se como relevante apontar a biografia de Getúlio Vargas para ter-se um conhecimento do contexto de sua vida.

3. Getúlio Vargas, o chefe provisório¹⁷

O presente capítulo tem por objetivo explorar a biografia política de Vargas em sua relação com a nação e estará fundamentado no auxílio de Braick (2010), Bourne (2012), Fausto (2006; 2012) e Neto (2013).

O Brasil se preparava para escolher o presidente que governaria entre 1930 e 1934. Segundo o esquema café com leite, em que as lideranças dos estados apoiavam ora um presidente de origem paulista, ora de origem mineira, inesperadamente, Washington Luís, do PRP, que deveria indicar, para seu sucessor, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que era presidente de Minas Gerais, ou o vice-presidente da República, que era o mineiro Fernando de Melo Viana, decidiu apoiar para seu sucessor o paulista Júlio Prestes, descartando os possíveis candidatos de Minas Gerais.

Descontentes, as elites mineiras romperam com o governo e articularam uma candidatura de oposição ao candidato oficial, aliando-se aos políticos do Rio Grande do Sul, da Paraíba e a grupos de oposição de outros estados. Assim se formou a Aliança Liberal em agosto de 1929, que indicou Getúlio Dornelles Vargas para a presidência e o paraibano João Pessoa para a vice-presidência.

Bourne (2012) assinala que o programa da Aliança Liberal alicerçava-se sobre a realidade brasileira, expressando uma tentativa de renovação de hábitos políticos e de restauração das práticas realmente democráticas.

Em 2 de Janeiro de 1930, em um comício na Esplanada do Castelo, Getúlio lia o texto da plataforma. Segundo Bourne (2011), Vargas lia de maneira impassível, sem evidenciar nenhuma perda de serenidade, sem omissão de letras, sem alteração de sons e fazendo pausas que evidenciavam a pontuação.

¹⁷ No que tange o aspecto histórico, o presente capítulo apresenta como referência norteadora Braick, 2010.

O povo, num primeiro momento, o achou um tanto quanto massante pela entonação e pouco vibrante, mas o aplaudiu de maneira incessante. Esse fato se deveu ao fato de os tópicos do programa se relacionarem à realidade brasileira. Neto (2012, p. 395) assinala que:

A maioria dos tópicos relacionados no programa tinha endereço certo. O texto, dividido em 22 capítulos, fora escrito com a finalidade deliberada de seduzir a opinião pública. Destacava, logo de início, a anistia, o fim das leis de exceção e a reforma eleitoral, bandeiras que desfrutavam de inegável apelo popular. [...] logo nas primeiras linhas, o texto reconhecia: ‘O programa é mais do povo que do candidato.’

Tudo indicava para a vitória de Vargas, mas Júlio Prestes acabou vencendo em uma eleição marcada por dúvidas quanto ao critério de apuração.

O líder gaúcho Borges de Medeiros reconheceu a vitória de Júlio Prestes, alegando que houve fraude de ambos os lados.

Políticos que compunham a Aliança Liberal buscavam apoio em outros estados para iniciar uma revolta armada, defendida pelos tenentes. O início da revolução acabou se desencadeando após o assassinato de João Pessoa por João Dantas, um adversário na política paraibana. O crime foi atribuído a um complô que envolveria o presidente Washington Luís e serviu como estopim para o início da Revolução de 1930. O presidente da República não se defendia das acusações. Washington Luís foi avisado, várias vezes pelos seus assessores, que havia um movimento que pretendia retirá-lo do poder, mas mesmo com essas informações não tomou nenhuma medida para impedir o princípio de revolta.

A revolução estourava em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Nordeste. A revolução estava a cada vez mais forte, os revoltosos ocupavam prédios federais e depósitos de armas.

O controle do sul do país era claro e as tropas formadas por grupos do Exército, brigada militar e voluntários preparavam-se para invadir o Estado de São Paulo. Getúlio Vargas planejava um ataque geral às forças militares que apoiavam Washington Luís, a partir

de Itararé, já em território paulista. A batalha não ocorreu, pois o generais Tasso Fragoso, Mema Barreto e Leite de Castro, pelo Exército, e o almirante Isaías Noronha, Pela Marinha, depuseram o presidente da República no Rio de Janeiro, constituindo uma junta provisória de governo.

Segundo Fausto (2006, p. 325):

A junta tentou permanecer no poder mas recuou, diante das manifestações populares e da pressão dos revolucionários vindos do Sul. Getúlio Vargas deslocou-se de trem a São Paulo e daí seguiu para o Rio, onde chegou precedido por 3 mil soldados gaúchos. O homem que, no comando da nação, iria insistir no tema a unidade nacional, fez questão de fazer transparecer, naquele momento, seus traços regionais. Desembarcou na capital da República em uniforme militar, ostentando um grande chapéu dos pampas. O simbolismo do triunfo regional se completou quando os gaúchos foram amarrar seus cavalos em um obelisco existente na Avenida Rio Branco. A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou a fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos.

Getúlio Dornelles Vargas, um dos personagens mais expressivos da história política brasileira no século XX, chegava ao poder em 1930, como chefe de um governo provisório após uma vitória militar em decorrência de divergências que ocorreram no pleito.

3.1 O governo provisório

Segundo Braick (2013), recebendo o poder na condição de chefe do Governo Provisório, pois os revolucionários não aceitavam o título de presidente da república, Vargas procurava atender às reivindicações das forças políticas que lhe deram sustentação. Mas logo ficaram evidentes as divergências entre os grupos que subiram ao poder: civis da classe média urbana, banqueiros, industriais e latifundiários, que desejavam a democratização do país por meio de eleições livres, um governo constitucional e plena liberdade civil; e os

tenentes, que propunham um governo forte e centralizado, capaz de desenvolver a economia e a reestruturação do Estado.

A partir de 1931, como reflexo da crise de 1929 nos Estados Unidos, os preços do café caíram aproximadamente a um quarto do seu valor. Retomando a política de valorização do café, Vargas comprou e queimou milhares de sacas do produto. Por meio de decreto, o governo proibiu novas plantações de café. Milhares de camponeses que trabalhavam nas fazendas de café foram para as cidades paulistas, agravando os problemas sociais já existentes.

De acordo com Neto (2013), uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi o Decreto nº 19.398, que dissolveu o Legislativo nas instâncias federal, estadual e municipal até que fosse eleita a Assembleia Constituinte. Vargas acumulou os poderes Executivo e Legislativo e passou a governar por meio de decretos-leis. Ele também substituiu os antigos presidentes de estado pelos interventores federais. Muitos dos que ocuparam esses cargos eram militares.

A ascensão dos militares enfrentou a resistência, principalmente de São Paulo, que defendia a volta da normalidade constitucional e exigia a imediata convocação de uma Assembleia Constituinte, o que iniciou o movimento constitucionalista de 1932, em São Paulo, que representou a maior demonstração estadual de repúdio ao governo Vargas.

A situação política estadual também era tensa. A nomeação do tenente João Alberto Lins de Barros, veterano da Coluna Prestes, frustrou o Partido Democrático de São Paulo, que havia apoiado o movimento de 1930 e esperava alcançar o governo do Estado. O partido Democrático aliou-se ao partido Republicano Paulista e, juntos, passaram a exigir o fim do Governo Provisório, a convocação imediata de uma Assembleia Nacional Constituinte e eleições gerais no país.

Os paulistas consideravam que São Paulo estava sendo tratado como terra conquistada, a cidade estava sendo governada por tenentes de outros estados, como o pernambucano João Alberto Lins de Barros.

Diante das crises, Vargas anunciou eleições para a Assembleia Constituinte a ser realizada em 1933. No entanto, o anúncio não deteve a conspiração paulista. E, de acordo com Fausto (2006), nos dias 22 e 23 de maio de 1932, confrontos de rua resultaram na morte de quatro estudantes de Direito: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Suas iniciais batizariam o movimento MMDC, que preparou a rebelião.

Fausto (2006, p. 351, 352) declara que:

A 'guerra paulista' teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe conseqüências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central.

Em agosto de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista, no pleno sentido da expressão: Armando de Salles Oliveira, com vínculos no PD e cunhado de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal o Estado de São Paulo. Naquele mesmo ano, em agosto, baixou o decreto chamado Reajustamento Econômico, reduzindo o débito dos agricultores atingidos pela crise. Por sua vez, a elite política de São Paulo adotou uma atitude mais cautelosa daí para a frente.

O movimento rebelde teve início em 9 de julho. Os paulistas esperavam receber o apoio de mineiros e gaúchos, o que não ocorreu. Em outubro, após três meses de lutas os paulista se renderam. Eles não passavam de 8500 homens e os federais contavam com munição e artilharia que contrastava com a precariedade dos meios que estavam à disposição dos revolucionários.

O movimento contou com o apoio de Borges de Medeiros, Raul Pilla, Batista Luzardo, Artur Bernardes e João Neves da Fontoura, que foram presos e exilados. Estes políticos haviam apoiado a Revolução de 1930, mas posteriormente romperam com Vargas.

A revolução constitucionalista se estendeu até 2 de outubro de 1932, quando foi derrotada militarmente. Terminada a Revolução de 1932, Getúlio Vargas se reconciliou com São Paulo e, depois de várias negociações políticas, nomeou um paulista civil que apoiara a Revolução de 1930 para interventor em São Paulo, Armando de Sales Oliveira.

Em 1938, Getúlio Vargas participou pessoalmente da inauguração da Avenida 9 de Julho, São Paulo, e nomeou um ex-combatente de 1932 para interventor federal em São Paulo: o médico Ademar Pereira de Barros, que pertenceu ao Partido Republicano Paulista.

Para Vargas, a Revolução de 1932 não era necessária, pois as eleições já teriam data marcada para ocorrer.

3.2 A constituição de 1934

Segundo Fausto (2012), o término da revolução constitucionalista marcava o início do período de democratização.

As eleições de 1933 obedeceram aos dispositivos do novo Código Eleitoral, elaborado no governo Vargas no ano anterior. Na legislação estavam reivindicações dos constitucionalistas, como o voto direto, secreto e facultativo a todos os brasileiros maiores de 18 anos, incluindo as mulheres. Também foi criada a Justiça eleitoral com o objetivo de organizar e combater a fraude nas eleições. Tais medidas representaram um grande avanço no sistema político.

Os constituintes formavam dois grupos distintos: os deputados eleitos pela representação dos Estados e os deputados eleitos pelos sindicatos profissionais, chamados

deputados classistas. Em 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição, contando com 187 artigos. Quatro dias depois, Getúlio Vargas foi empossado como presidente constitucional, eleito pelo Congresso Nacional. Seu mandato iria até 1938 e seu sucessor seria escolhido por eleição direta.

Bourne (2012) assinala que a nova Carta Magna mesclava características jurídicas liberais, autoritárias e corporativas. Dentre alguns pontos destacavam-se: a manutenção da separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a preservação do federalismo e do sistema presidencialista de governo; a inclusão dos capítulos dedicados ao trabalho, à educação, à saúde pública e à família.

Ficou estabelecido que a primeira eleição presidencial seria feita de forma indireta, pelos membros da Assembleia Constituinte; as eleições posteriores seriam realizadas pelo voto direto. Desse modo, Getúlio foi eleito em 15 de julho de 1934, devendo exercer seu mandato até maio de 1938.

Para impulsionar e aperfeiçoar as técnicas de produção e ampliar a variedade de produtos agrícolas da paulista de exportação, o governo criou organismos especializados, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (1931) e o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934).

A educação também mereceu cuidados do governo. Em suas metas educacionais, o Estado privilegiou os ensinos superior e secundário. Ideologicamente, defendeu o ensino religioso nas escolas privadas e públicas, bem como a diferenciação do ensino para meninos e meninas – para o governo, eles desempenhariam papéis diferentes na sociedade. O novo governo estabeleceu ainda o ensino primário público, gratuito e de frequência obrigatória.

Mas a grande novidade da nova Constituição era a preocupação com a ordem social, explicitada nas conquistas brasileiras.

3.2.1 A legislação sindical e o estado corporativista

Após a Primeira Guerra Mundial, muitos países estavam desestruturados. Fome, desemprego, miséria, adaptação à vida civil de milhares de soldados faziam parte dos problemas da sociedade europeia.

Diante dessas condições, algumas sociedades buscaram uma alternativa política que representasse o fim dos problemas sociais e econômicos.

Na Itália, em presença da desordem política e na tentativa de encontrar uma melhor forma de o governo relacionar Estado e sociedade civil, o governo fascista implementou o corporativismo, ou seja, o controle do Estado nas negociações entre patrões e empregados. Nesse tipo de relação, trabalhadores e patrões se unem ao Estado, que passa a promover a colaboração entre eles. Para isso, o Estado necessitava controlar tanto os sindicatos patronais quanto os de empregados. Esse modelo inspirou a política de Vargas.

A primeira iniciativa do governo Vargas no sentido de atender a algumas reivindicações dos trabalhadores – e ao mesmo tempo controlá-los – foi a criação do Ministério do Trabalho, em novembro de 1930. No ano seguinte, foram regulamentados direitos e deveres de todas as classes patronais e operárias que exercessem profissões idênticas e que se organizassem em sindicatos.

O governo estabeleceu que, em cada região, poderia existir um único sindicato por categoria profissional, desde que fosse reconhecido pelo governo. Essa medida impedia o funcionamento de sindicatos independentes.

Na constituição promulgada em 1934, foi permitida a volta da pluralidade sindical. Contudo, mantinha-se a exigência do reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho.

Braick (2010) assinala que um decreto determinou que a jornada diária de trabalho seria de 8 horas e que, a cada seis dias de trabalho, o trabalhador teria direito a um dia de folga. Desse modo, foi instituída a semana de 48 horas. No caso de prolongamento das jornadas de trabalho para até 10 ou 12 horas, caberia o pagamento de hora extra ao empregado. Também foi instituído o salário mínimo, o repouso semanal remunerado e as férias anuais remuneradas.

Coube às mulheres salários iguais aos dos homens, quando exercessem o mesmo trabalho. Às mulheres grávidas, garantia no emprego e licença-maternidade. Após a volta ao emprego, elas deveriam desfrutar de descansos para amamentação.

O trabalho de menores nas indústrias também foi regulamentado, com determinadas exigências como: idade mínima de 14 anos, autorização dos pais, atestados de saúde e escolas para que os menores soubessem ler.

Foi criado o imposto sindical e regulamentado o salário mínimo; havia a Justiça do Trabalho, cuja função era auxiliar nos conflitos entre patrões e empregados. Em 1943, foi sistematizada a legislação trabalhista pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Essas medidas ofereceram benefícios aos trabalhadores e meios para o Estado combater o movimento operário organizado, quando achasse necessário.

3.2.2 Comunistas versus integralistas

Segundo Fausto (2012), o governo constitucional de Vargas foi marcado por forte instabilidade, com manifestações vindas tanto da direita quanto da esquerda. Na direita, o governo viu-se pressionado pela Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado e com características fascistas. Na esquerda, Getúlio enfrentou a Aliança Nacional

Libertadora (ANL), composta de comunistas e simpatizantes, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A ANL reunia socialistas e a ala esquerda dos tenentes, e seu presidente de honra era Luís Carlos Prestes. Ela condenava o imperialismo, o fascismo e a divisão fundiária do país, que concentrava muitas terras nas mãos de poucos. Defendia um programa democrático baseado na realização de reformas estruturais, que contestavam a ordem econômica e social que se apresentava. Propunha a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a constituição de um governo popular.

De acordo com Bourne (2012), em poucos meses, a ANL conseguiu o apoio das mais diferentes classes sociais, como operários, militares e outros setores das camadas médias.

No início de 1935, o governo federal, apoiado pela lei de Segurança nacional¹⁸, colocou a ANL na ilegalidade e fechou diversos sindicatos de orientação comunista.

Mesmo assim, a ANL estimulou seus quadros militares, ligados basicamente ao PCB, a programar um levante armado em novembro de 1935 estimulado pela Internacional Comunista de Moscou. Seus membros planejaram tomar o poder a partir dos quartéis e apoiar as ações militares com greves e manifestações de massa.

O levante da ANL – conhecido pejorativamente como Intentona Comunista – teve início no Rio Grande do Norte e contou com o apoio popular. Os rebeldes derrotaram as forças policiais e chegaram a assumir o controle da cidade por poucos dias. Em seguida, outros levantes ocorreram em Recife e no Rio de Janeiro. O governo federal reprimiu violentamente o movimento.

Os aliancistas foram presos ou deportados e a perseguição estendeu-se a todos os setores da esquerda. O levante de 1935 abriu o caminho para o autoritarismo que tomaria

¹⁸ Promulgada em abril de 1935, a Lei de Segurança Nacional definia os crimes que ameaçavam a segurança do Estado. Para os autores dessas atividades, seria estabelecido um processo mais rigoroso que aquele que investigava as contravenções convencionais.

conta do Brasil entre 1937 e 1945. Num primeiro momento, porém, com o fracasso da ANL, o caminho parecia livre para que o fascismo brasileiro chegasse ao poder.

A AIB nasceu logo após o movimento Constitucionalista de 1932. Seus membros defendiam o corporativismo e o fortalecimento do Estado, representado pelo chefe da Nação, e diziam combater o socialismo, o liberalismo e o capitalismo financeiro.

3.3 A construção do Estado Autoritário

A campanha presidencial para as eleições de janeiro de 1938 iniciou-se sob forte tensão, pois o governo relembra o movimento militar de 1935 e insistia na possibilidade de uma nova ameaça comunista no país foram lançados três candidatos: Armando de Sales Oliveira, representante da oligarquia paulista; Plínio Salgado, Líder da AIB, e José Américo de Almeida, candidato da situação apoiado pela maioria dos governadores do Nordeste, de Minas Gerais e de alguns setores de São Paulo e Rio Grande do Sul. Durante a Campanha, Vargas agiu com aparente neutralidade, pois nada fez para promover o candidato oficial nem se mostrou simpático às demais candidaturas. Ele preparava o golpe de Estado que asseguraria sua permanência no poder.

De acordo com Bourne (2012), o pretexto veio por meio da invenção de um suposto plano de insurreição comunista, em setembro de 1937. Um documento forjado que se tornou conhecido como plano Cohen, de acordo com as fontes oficiais, trazia a assinatura de um certo Cohen - militante comunista e judeu - que pretendia tomar o poder, com o apoio soviético, às vésperas das eleições de 1938. O plano foi divulgado nos principais jornais do país. Como consequência, o Congresso aprovou a decretação do estado de guerra.

Dessa forma, apoiado pela cúpula das Forças Armadas, por intelectuais e pelos integralistas, Vargas deu um golpe de Estado em novembro de 1937. Ao estabelecer o Estado

Novo, o presidente suspendeu a Constituição e aboliu os partidos políticos, iniciando uma era de autoritarismo que duraria até 1945. Os integralistas, que haviam apoiado o golpe, tiveram a desagradável surpresa de ver a AIB colocada na ilegalidade em dezembro, com os demais grupamentos políticos. Alguns integralistas chegaram a tentar um levante contra o governo em maio de 1938, no Rio de Janeiro, mas foram rapidamente derrotados.

3.3.1 O Estado Novo: a ditadura varguista (1937-1945)

Imediatamente após o golpe, Vargas dissolveu o governo e instituiu uma Constituição centralizadora, que concentrava amplos poderes nas mãos do Executivo. Sua proposta de organização do Estado tinha pontos em comum com os modelos fascistas europeus que vigoravam nesse período. Foi instituída a pena de morte, que seria aplicada em casos de crimes contra a ordem pública e a organização do Estado; os direitos individuais foram suspensos; os estados perderam sua autonomia e os poderes Legislativo e Judiciário ficaram subordinados ao Executivo. As greves e a paralisação da produção por iniciativa do empregador foram proibidos.

Segundo Fausto (2006), no decorrer do Estado Novo, teve prosseguimento a construção do aparelho de Estado que caracterizou toda a Era Vargas. Uma iniciativa importante foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) com o objetivo de melhorar a eficiência dos serviços públicos, formando quadros somente com funcionários concursados.

Na política econômica, o Estado passou a realizar investimentos diretos, assumindo papéis de interventor e empresário. O governo adotou uma política que visava às importações pela produção interna e estabelecia indústrias de base no país. Nesse período, foram instaladas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a companhia Hidrelétrica do São Francisco, além de investir no setor de transportes e

acompanhar de perto e interferir no mercado e no setor financeiro. Surgiram depois o Instituto Nacional do Mate, o Instituto Nacional do Pinho e o Conselho Nacional do Petróleo (1938).

Foi criado ainda, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que cuidava da propaganda oficial do governo e da censura aos meios de comunicação, como a imprensa escrita, o cinema e o rádio. O DIP desempenhou papel importante durante o Estado Novo.

Apesar do forte controle dos órgãos governamentais, o Brasil conheceu uma intensa vida cultural nos anos 1930 e 1940. O rádio, com seus programas de auditório, musicais e novelas, tornou-se um dos divertimentos preferidos da população. O repórter Esso e o programa oficial, Hora do Brasil, eram responsáveis pelas notícias do país e do mundo. O segundo foi usado insistentemente na propaganda e na veiculação das ideias do regime. Além disso, o rádio representou um importante veículo para a divulgação da música popular brasileira.

Na política externa, Vargas optou por uma linha de neutralidade e pragmatismo, negociando com quem oferecesse melhores condições. Dessa forma, assinou acordos comerciais tanto com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos quanto com a Alemanha. Mas o ataque japonês a Pearl Harbor, base naval dos EUA, pressionou o Brasil a se posicionar em algum lado.

A contribuição brasileira na luta contra o nazifascismo deu-se por meio de fornecimento de matérias-primas como borracha e minério de ferro; logística, com a concessão de bases militares em Belém, Natal e Recife, Salvador e outros núcleos e pela participação direta da Força Expedicionária Brasileira e da Força Aérea Brasileira nos combates contra os alemães na Itália e na Holanda. O governo Vargas recebia créditos para a recuperação das jazidas de ferro de Minas e da ferrovia do Vale do Rio Doce e para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

3.3.2 O fim do Estado Novo

O envolvimento brasileiro na luta contra o nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial impulsionou as mobilizações democráticas no país.

Fausto (2012) assinala que o Estado Novo desestruturou-se após a vitória aliada por uma questão de lógica: o Brasil lutava na guerra em favor das democracias; logo, não fazia sentido manter-se como ditadura. A oposição questionava: Se a liberdade fora defendida lá fora, que fosse respeitada aqui dentro. A pressão crescente levou o governo a marcar para 2 de dezembro de 1945 a realização de eleições gerais.

Nesse mesmo momento, foram autorizadas a formação de partidos políticos e a organização de campanhas publicitárias dos candidatos ao governo. Entre os partidos políticos de maior expressão estavam a União Democrática Nacional (UDN), partido composto de adversários do regime, que apresentou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República; o Partido Social Democrático (PSD), composto de políticos ligados a Vargas e ao Estado Novo, que lançou a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nascido sob a cobertura política de Vargas, teve como base eleitoral as camadas populares urbanas beneficiadas pela obra social e trabalhista do Estado Novo e apoiou o candidato do PSD; e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), novamente legalizado e com milhares de adeptos no país, que lançou como candidato à presidência Iedo Fiúza.

A posição indefinida de Vargas dava margem a especulações sobre uma possível candidatura sua nas eleições iminentes. Nesse contexto, surgiu o *queremismo*, movimento apoiado pelo PCB, que defendeu a convocação de uma Constituinte com Vargas no governo. O próprio presidente manifestou publicamente seu desejo de continuar no cargo, a ponto de ser alvo de uma anedota que circulou em 1945: *“Meu candidato é Eurico; mas se houver oportunidade, eu mudo uma letra: Eufico.”* (BOURNE, 2012, p. 161)

A situação agravou-se quando Vargas nomeou seu irmão, Benjamin Vargas, para o cargo de chefe da polícia do Distrito Federal, tradicionalmente ocupado por militares.

A oposição pressionou até que, em 30 de outubro de 1945, Vargas foi intimado a renunciar por um movimento militar liderado por militares que compunham o próprio ministério e que participaram da Revolução de 30 como Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Newton de Andrade Cavalcanti e Ernesto Geisel. Getúlio renunciou ao cargo de presidente. A presidência da República passou interinamente ao ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

As eleições realizaram-se na data prevista, com a vitória do candidato da coligação PSD-PTB, Eurico Gaspar Dutra. O ex ditador, beneficiado pela lei eleitoral, disputou ao mesmo tempo um cargo ao Senado e outro a deputado. Eleito, escolheu ser senador pelo PSD gaúcho. Em sua propriedade em São Borja, no Rio Grande do Sul, Vargas aguardaria o momento para retornar ao governo federal em 1951, dessa vez eleito pelo voto popular.

3.4 O governo Vargas (1951-1954)

Tão logo assumiu a presidência da República, Getúlio Vargas encaminhou ao Congresso Nacional um programa de governo que apresentava a expansão da indústria como prioridade. Para atingir essa meta, o governo dedicou atenção especial a quatro pontos essenciais: 1) investimento na relação entre Estado e empresários; 2) priorização da empresa pública para os investimentos industriais, visando a estimular o ainda frágil capital nacional; 3) fundação de um banco de investimento – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, (BNDE), que controlaria o Fundo de Reaparelhamento Econômico destinado a financiar o Plano Lafer; 4) elaboração de um projeto de desenvolvimento que integrasse a agricultura, a indústria pesada e a emergência política das massas.

A gestão da economia no governo Vargas foi enredada por uma contradição. De um lado, Getúlio assumiu o compromisso de dar continuidade ao projeto industrial brasileiro. De outro, enfrentou a necessidade de conter a inflação, que aniquilava o poder de compra dos salários e gerava tensões sociais. Restou ao presidente tentar estabelecer uma política inflacionária combinada com o desenvolvimentismo.

Para a execução de seu Plano de Governo, Vargas precisou fazer empréstimos externos. Um dos maiores parceiros econômicos do Brasil, os Estados Unidos decidiu, porém, suspender os empréstimos a partir de 1953, abandonando a política assistencial promovida em anos anteriores. Outro mecanismo utilizado por Vargas foi um aumento de 15% sobre o Imposto de Renda.

3.4.1 O nacionalismo de Vargas

Em 1952, o governo Vargas inaugurou o BNDE para incentivar a diversificação da indústria e propôs a criação da Eletrobrás. No ano seguinte, criou a Petrobrás, estabelecendo o monopólio estatal da exploração do petróleo brasileiro, instituiu também a Comissão de Desenvolvimento Industrial, de onde saiu a subcomissão de fabricação de jipes, tratores, caminhões e automóveis, estratégias para a implantação da indústria automobilística no país.

Segundo Bourne (2012), com a criação do Petrobrás, ficou evidenciado o caráter nacionalista de Getúlio Vargas. E nesse momento tornou-se explícito o confronto entre os grupos que defendiam os mesmos interesses que o governo, conhecidos por nacionalistas, e os que se distanciavam dessas propostas, chamados pejorativamente de ‘entreguistas’. Essa divisão se dava, sobretudo, no âmbito do Exército brasileiro. Os nacionalistas propunham um desenvolvimento baseado na industrialização, tendo o Estado como regulador da economia, além do distanciamento dos Estados Unidos. Já os entreguistas não priorizavam a expansão da atividade industrial, queriam menor intervenção do Estado na economia e defendiam o

alinhamento com as políticas vinculadas aos Estados Unidos. Paralelamente, a União Nacional dos Estudantes (UNE) organizou debates visando a mobilizar a opinião pública em torno da palavra de ordem ‘O petróleo é nosso’.

Em 1953, foi sancionada a Lei nº 2.004, estabelecendo a Petrobrás como empresa totalmente nacional, com participação majoritária do Estado, que passou a controlar todas as etapas da indústria petrolífera, exceto a da distribuição dos derivados de petróleo.

A disputa entre a burguesia, dependente do capital internacional, e o Estado nacionalista levou a um clima tenso, que progressivamente se tornou insuportável. O papel da imprensa foi importante no processo de agravamento das questões políticas no Brasil. O jornal Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, contrapunha-se a Última Hora, fundado pelo jornalista Samuel Wainer, porta-voz do governo federal.

3.4.2 A crise do governo Vargas

A vitória de Getúlio Vargas em 1950 dividiu a nação. O centro da oposição nacional ficou nas mãos da UDN e dos militares de direita. Vargas contava com algum apoio entre os militares nacionalistas e tentou se valer de táticas antigas, procurando atrair os adversários para seu lado, mas fracassou.

A animosidade entre os dois grupos militares e as acusações formuladas por parte da diretoria de que o ministro da Guerra, Estillac Leal, teria ligações com os comunistas resultaram na renúncia do ministro, em março de 1952.

No ano de 1953, foi decretada uma lei que previa punições para aqueles que cometessem crimes contra o Estado, o que incluía a organização de comícios, greves e manifestações sem a autorização da polícia. Indiferentes à proibição, cerca de 500 mil pessoas

participaram de uma manifestação que ficou conhecida como Panela Vazia, campanha que criticava o aumento abusivo do custo de vida no país.

Braick (2010) assinala que, no mesmo ano, as lideranças do Partido Comunista do Brasil, na ilegalidade, organizaram em São Paulo um movimento grevista reivindicando aumento salarial e controle da inflação. A greve, que durou cerca de um mês, reuniu aproximadamente 300 mil trabalhadores de diferentes categorias, tais como construção civil, metalúrgicos, carpinteiros, vidreiros e gráficos. Um dos resultados da greve foi o enfraquecimento do governo Vargas, acusado pelos empresários de ter fomentado o movimento. Diante de tais dificuldades, o Presidente optou pela reforma ministerial como instrumento para reorientar sua política.

Entre os novos ministros estavam Oswaldo Aranha, indicado para a pasta da Fazenda, e João Goulart, para o Ministério do Trabalho. Goulart era muito mal visto pela oposição em geral, por conta da sua ligação com os sindicatos e com o PTB, do qual era presidente nacional. Ele foi um dos responsáveis pela organização dos sindicalistas, que atuavam nos sindicatos com o objetivo de facilitar a ação do governo com os trabalhadores. Também auxiliou na formação dos sindicatos rurais e garantiu a participação desse grupo nas discussões acerca do salário mínimo.

Dois importantes acontecimentos contribuíram para abalar ainda mais a situação política do presidente Vargas: o aumento do salário mínimo em 100%, em 1954, e o crime da rua Toneleros.

O aumento do salário mínimo foi decretado pelo próprio Vargas, durante as comemorações do Dia do Trabalhador (Primeiro de Maio). Empresários e parte da imprensa reagiram. A oposição chegou a pedir o *impeachment* do presidente.

Um documento assinado por 82 coronéis foi publicado. Nele, as medidas de Getúlio Vargas eram criticadas, principalmente o aumento do salário mínimo, que quase colocava o

salário dos trabalhadores em pé de igualdade com o dos oficiais do Exército. Esse episódio agravou ainda mais a situação política nacional.

Devido à repercussão negativa do fato, Vargas optou por substituir o ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e o do Trabalho, João Goulart, que formalmente renunciou.

No dia 5 de agosto, Carlos Lacerda, acompanhado de seu segurança, o major-aviador Rubens Florentino Vaz, sofreu um atentado na rua Toneleros, no Rio de Janeiro. O major foi morto e Carlos Lacerda foi baleado no pé. O episódio logo se tornou conhecido como o Atentado da Toneleros. As constantes denúncias de Lacerda contra Vargas contribuíram para que fosse interpretado como um crime político. O presidente foi acusado de ser o mandante, e o chefe de sua segurança pessoal, Gregório Fortunato (o Anjo Negro), apontado como o articulador do atentado.

Lacerda organizou uma campanha contra Vargas, exigindo o apoio das Forças Armadas na retirada do presidente.

A investigação do atentado levou à prisão de Climério Euribes de Almeida, que confessou ter contratado o pistoleiro de nome Alcino a mando de Gregório Fortunato.

A oposição organizou um documento que sugeria o afastamento do presidente. No dia 24 de agosto de 1954 Getúlio Vargas, que se recusava a deixar o cargo, reuniu-se com seus ministros na intenção de encontrar um consenso entre eles. Ao verificar a impossibilidade de contornar a situação, suicidou-se com um tiro no coração. Deixou uma carta-testamento dirigida à sociedade brasileira.

Após a apresentação da fundamentação teórica e da biografia de Getúlio Vargas, a atenção neste momento estará voltada para a construção da análise proposta inicialmente.

4. Considerações a respeito da análise

Os *corpora* deste trabalho, objeto da análise, são os discursos produzidos pelo enunciador, resultados dos questionamentos referentes à imagem pública construída retoricamente por Getúlio Vargas e como pode vir a evidenciar a realização de um contrato de reciprocidade em que o maior beneficiado é o próprio enunciador, pois ele almeja a aceitação do outro pela persuasão, levando-o à mudança de atitude.

A intenção da presente análise centra-se em se observar o discurso no aspecto da construção do sentido e a retórica na perspectiva persuasiva por meio de estratégias que se encontram no discurso, para se responder as questões abaixo:

- Como se constrói o entrelaçamento entre os objetivos do discurso e da retórica?
- Quais são os recursos argumentativos que auxiliaram na construção da imagem de um líder necessário para a nação?
- A credibilidade estaria alicerçada na sobreposição de discursos que se integram, formando um todo coeso para o auditório, de modo a mostrar a imagem dessa credibilidade por meio de uma adequação do orador diante do auditório?

Frente a essas questões, apresenta-se o corpus selecionado a seguir:

- Plataforma da Aliança Liberal na campanha para as eleições presidenciais de 1º de março de 1930;
- Manifesto de Getúlio à nação proferido no dia 10 de novembro de 1937, explicando as razões do golpe de Estado e da nova Constituição;

- O discurso pronunciado no Palácio Tiradentes, logo após tomar posse como presidente eleito da República, a 31 de janeiro de 1951;
- Carta Testamento, a 24 de agosto de 1954.

Para a concretização da análise, recorrem-se aos objetivos específicos que foram apresentados na introdução e que aqui são retomados:

1. Analisar os recursos argumentativos que fundamentam a estrutura do real (exemplo, modelo e antimodelo) por acreditar-se que, como elementos retóricos, podem ser utilizados para desconstrução e reconstrução da opinião pública diante de uma produção de sentido instável;
2. Analisar os procedimentos linguísticos na construção e na confirmação de uma imagem retórica como possíveis estratégias discursivas que organizam a linha de raciocínio do orador como a dêixis eu-tu-aqui-agora.

Ao considerar esses objetivos, elenca-se como categorias de análise, no que se refere à retórica, o exemplo, o modelo e o antimodelo e ao que se refere ao discurso os dêiticos linguísticos de pessoa, espaço e tempo (eu, aqui e agora).

O procedimento metodológico, com base em um critério teórico-analítico, consiste em, a partir da escolha dos recortes para análise, considerar as categorias selecionadas.

Reitera-se que as categorias de análise que serão utilizadas para alicerçar a presente análise são o exemplo, o modelo e o antimodelo, na perspectiva retórica e na construção discursiva pela dêixis os elementos linguísticos que denotam a pessoa, o tempo e o lugar.

Essas categorias serão utilizadas, nessa sequência e, quando necessário, de forma imbricada, apresentando, primeiramente, os recortes e em seguida a análise dos textos a seguir: o discurso pronunciado a 2 de janeiro de 1930, período das campanhas eleitorais para

a presidência em que Vargas externou a realidade dos problemas da nação e expunha a plataforma da Aliança Liberal em relação à realidade política do período da República do Café com Leite; o discurso do Estado Novo, no qual o sujeito enunciador explica as razões do golpe de Estado e da nova constituição; o início do segundo governo em que, logo após tomar posse como presidente eleito, o sujeito se coloca como candidato do povo e a Carta Testamento na qual o sujeito enunciador justifica as razões de seu suicídio

Tomam-se como ponto de partida para a análise, primeiramente, os argumentos que fundamentam a estrutura do real à luz das da nova retórica e posteriormente a dêixis discursiva.

4.1 Aliança Liberal, 1930

Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, onde o candidato à presidência Getúlio Vargas expôs a plataforma da Aliança Liberal na campanha para as eleições de 1º de março de 1930.

1º recorte

Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica. A “realidade brasileira”, tão exaltada pelos louvaminheiros do atual estado de coisas, reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios. Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido da valorização do homem pela educação e pela higiene. Burlam-se, pela falta de garantia, os mais mezinhos direitos assegurados na Constituição.

De acordo com os valores que regem a sociedade, o orador, no que tange à construção de relações entre os argumentos e esses princípios, parte de uma exemplificação, de um campo genérico que permite a interpretação do auditório.

Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica.

O enunciador apresenta uma linha discursiva que visa a influenciar a razão do auditório e, conseqüentemente, desenvolve uma intenção persuasiva, como um mosaico que pretende ter uma adesão para a mudança de atitude. O sujeito enunciador, candidato ao posto de presidente da república, procura, por meio da exemplificação, intensificar o efeito retórico de sua posição argumentativa que será evidenciado no momento em que apresenta o modelo que deve ser seguido.

No exemplo, ao mostrar o porquê de a população viver em um regime de insinceridade, atrai a atenção do auditório. Ao mostrar que a população está sendo deixada à margem das vontades de quem está à frente das decisões políticas, o sujeito candidato faz com que a nação reflita sobre a importância da campanha eleitoral que se iniciou.

Para ratificar a importância daquele momento eleitoral para a realidade da nação, o enunciador, logo a seguir, procura contextualizar os eleitores ao indicar, logo após a exemplificação, o ponto de partida para o desenvolvimento de sua argumentação, o antimodelo, que remete o auditório ao que não está em sintonia com o que se espera dos que estão à frente do país governando-o.

A “realidade brasileira”, tão exaltada pelos louvaminheiros do atual estado de coisas, reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios.

A “realidade brasileira” colocada entre aspas mostra que o cenário está em desacordo com o que realmente se tem como realidade, as aspas indicam uma inversão de valores por parte dos que estavam à frente da nação. O sujeito evidencia isso ao realçar a sua posição de desrespeito ao colocar logo após *a realidade brasileira*, a exaltação dos *louvaminheiros* (bajuladores) *do atual estado de coisas*.

O candidato, ao apresentar o antimodelo, procura estimular a mudança em razão de fazer a nação observar que seus direitos estão sendo desrespeitados. Ele constrói uma cena enunciativa¹⁹ que mostra os pontos negativos até aquele momento

A 'realidade brasileira'(...) reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios.

Após ter apresentado uma realidade que não estava de acordo com o que se esperava, é preciso que exista um referencial que sirva de modelo, que desempenhe a função de um contraste.

Por meio do modelo, ao indicar a conduta a ser seguida, constituirá a ideia a partir da qual se procura tirar uma conclusão.

Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido da valorização do homem pela educação e pela higiene. Burlam-se, pela falta de garantia, os mais comezinhos direitos assegurados na Constituição.

O modelo está construído num vínculo de realidade e perspectiva que se manifesta na construção do modelo de maneira que esse seja evidenciado pela retomada do antimodelo para fazer uma contraposição entre a realidade e o que se espera.

Enquanto os responsáveis pelo progresso do país estavam preocupados com as questões materialistas, o candidato evidencia que deveriam se preocupar com os problemas cívicos e morais. O sujeito mostra, em seu enunciado, que, embora a valorização do homem pela educação e pela higiene devesse ser a temática, ela não se concretizava por desrespeito aos direitos mais triviais. O sujeito candidato, ao colocar o modelo em relação com o antimodelo, procura fazer com que a nação tenha bem clara a necessidade de mudança para a construção de uma política adequada para o desenvolvimento da nação.

¹⁹ Entende-se por cena enunciativa a construção do contexto que permite, à medida que se enuncia, o espaço enunciativo, a cena que legitima o discurso como digno de credibilidade.

Outro aspecto a ser considerado na consolidação satisfatória da retórica no discurso vincula-se à dêixis discursiva que mostra a relação do orador com aquilo que ele diz.

Partindo do pressuposto de que o enunciador se coloca naquilo que diz, toma-se como ponto de partida a desinência número pessoal “_mos” do verbo viver como responsável pela demarcação da presença do sujeito não apenas como candidato, mas também como um sujeito da população, como um cidadão que também sofria as agruras daquela realidade que se apresentava. Ao transparecer a voz do cidadão, o sujeito adquire a adesão do auditório ao se mostrar como um igual, como um sujeito que se preocupa com a realidade por sofrer com os descasos que se apresentavam até aquele momento.

Concernente à dêixis temporal, o enunciador não se refere ao tempo como um momento passado ou futuro, mas como um agora (*vivemos*), é o que acontece no momento da enunciação, ou seja, ocorre no momento do discurso. Além da desinência desse verbo, pode-se observar o verbo fazer conjugado na terceira pessoa do indicativo faz e o verbo burlar também conjugado na terceira pessoa do plural no presente do modo indicativo, que ratificam o agora como o momento do enunciado.

Quanto à dêixis de lugar, o excerto evidencia que o sujeito representa o lugar do candidato, o que pode ser observado no momento em que o sujeito enuncia na terceira pessoa, distanciando-se do auditório para apresentar o contexto em que estavam inseridos.

Há uma estratégia discursiva que coloca em cena os sujeitos interagentes com visões ideológicas, perspectivas e posicionamentos em um jogo de construção de sentido cuja intenção do sujeito candidato é fazer com que o auditório venha a aderir ao seu posicionamento.

2º recorte

Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano. Por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.

No presente recorte, observa-se o sujeito candidato procurando construir uma linha de governo que se propõe como responsável pela mudança da postura política adotada até aquele momento.

O enunciador evidencia um antimodelo que venha a servir como base para a Aliança Liberal apresentar a posição do partido como modelo digno de credibilidade.

Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam.

Ao apresentar a realidade da nação brasileira, observa-se que milhares de brasileiros não estavam tendo suas necessidades atendidas e isso não estava de acordo com a imagem de uma nação justa, laica e que atendesse às necessidades de todos. Fica latente que a realidade política daquele momento não estava de acordo com o que a população esperava. Para mostrar que era possível a mudança daquela realidade, o sujeito enunciador apresenta, logo a seguir, o que era necessário para que ocorresse uma mudança politicamente satisfatória, tentando direcionar a perspectiva do público para a plataforma da Aliança Liberal.

Ao colocar o modelo em diálogo com um antimodelo, o sujeito procura moldar na mente do auditório uma perspectiva de futuro, como que em um jogo de realidade e possibilidade, fazendo com que esse auditório venha a atribuir a ele, como representante do partido e muito mais dos anseios da nação, a sua fé, a sua confiança.

É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano.

O sujeito enunciador elenca uma série de ações necessárias para alinhar a política com as necessidades da população menos favorecida como instituir colônias agrícolas e auxiliar no desenvolvimento, mas, acima de tudo, valorizar a capacidade do ser humano.

Esse modelo mostra um partido que se preocupa com o desenvolvimento da nação de uma maneira integral e apresenta exemplos para que isso ocorra. O modelo mostra o partido como responsável pela mudança política necessária.

Para ratificar essa posição da Aliança Liberal como modelo a ser seguido, o enunciador faz uso do exemplo.

Por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.

O exemplo fundamenta o modelo, dando-lhe força, pois a persuasão apela para a emoção para conseguir a adesão, objetivo da adesão.

Após se observarem os argumentos que fundamentam a estrutura do real, toma-se a dêixis de pessoa como categoria de análise que apresenta o responsável pela construção discursiva.

Evidencia-se que não há uma preocupação em se mostrar o enunciador, como sujeito, mas os compromissos que a Aliança Liberal, partido do enunciador, apresenta como necessários à nação. Há o apagamento do sujeito enquanto pessoa. O propósito do partido é mostrar que há uma saída para os problemas políticos apresentados até aquele momento. Percebe-se essa afirmativa pela manifestação da ideia. Isso fica mais claro, quando se percebe que a enunciação está na terceira pessoa. “*é necessário atender à sorte (...), É preciso grupá-los (...), a medida da utilidade social (...)*”.

Quanto à dêixis temporal, observa-se o substantivo *necessário* posposto ao verbo ser no presente do indicativo (é); que denota o momento presente; o mesmo verbo surge ao lado do substantivo *preciso*; (*é preciso*) o que também denota o tempo presente, além desses verbos, observa-se o verbo *fornecer* no gerúndio (*fornecendo-lhes*) que só poderia ocorrer com base no agora que é o momento em que se constrói a relação entre o passado e o futuro, outro verbo que mostra o momento do enunciado como agora é o verbo *cumprir* no presente do indicativo (*cumpre*).

Referente à dêixis responsável pela representação do lugar discursivo, atenta-se ao aqui como o momento da representação do partido.

Considerando que a plataforma da Aliança Liberal tem por objetivo apresentar a imagem de um partido cuja conduta é vista como a adequada para o desenvolvimento de um país justo, o enunciador objetiva fazer com que o auditório se veja enquadrado em um contexto, o que resulta em um discurso válido para a nação.

3º recorte

Não desejei a indicação do meu nome à Presidência da República. Nenhum gesto fiz, nenhuma palavra pronunciei nesse sentido. Minha candidatura surgiu espontaneamente, apresentada por várias correntes de opinião que se solidarizaram em torno de um conjunto harmônico de ideias, de métodos administrativos, de normas governamentais. A esse apelo submeti-me, não

sem relutância, como a um imperativo cívico do instante histórico brasileiro. Trata-se, pois, de uma candidatura popular, candidatura do povo brasileiro, sem eiva alguma de oficialismo.

O sujeito candidato coloca-se como representante do partido, como um exemplo a ser seguido e para isso utiliza a demonstração de sua conduta como um modelo.

Não desejei a indicação do meu nome à Presidência da República. Nenhum gesto fiz, nenhuma palavra pronunciei nesse sentido. Minha candidatura surgiu espontaneamente, apresentada por várias correntes de opinião que se solidarizaram em torno de um conjunto harmônico de ideias, de métodos administrativos, de normas governamentais. A esse apelo submeti-me, não sem relutância, como a um imperativo cívico do instante histórico brasileiro.

A intenção do enunciador é de envolver o enunciatário ao tentar estabelecer uma interação entre as perspectivas do povo e a sua posição de responsável em colocar em ação as promessas do partido, até mesmo pelo momento em que ele estava sendo apresentado, em um momento de reflexão e esperança para o futuro.

O candidato interage com a memória discursiva do povo em relação aos problemas da nação.

A esse apelo submeti-me, não sem relutância, como a um imperativo cívico do instante histórico brasileiro.

Para dar força ao argumento, o enunciador apresenta o exemplo que fundamenta a sua posição de representante do partido, de um sujeito que age pelo bem da nação, observando-a acima de suas vontades pessoais.

Referente ao antimodelo, não há a apresentação clara de uma conduta a ser evitada, isso ocorre pois a ênfase do discurso centra-se na apresentação do candidato como um sujeito irrepreensível.

No que se refere à dêixis de pessoa, o candidato deixa clara a sua posição pela desinência do verbo *desejar*, conjugado na primeira pessoa do pretérito do indicativo, assim

como o verbo fazer (*fiz*), o verbo pronunciar (*pronunciei*). Outra marca de pessoa presente no recorte é o pronome possessivo “*minha*”. O verbo submeter conjugado na primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo também evidencia a primeira pessoa do singular como o sujeito do enunciado. Essas marcas linguísticas indicam que o sujeito enunciador está presente como candidato, como possível representante da nação no recorte determinado.

No que tange à dêixis de tempo, as mesmas marcas que indicam a presença do sujeito enunciador colocam em cena o momento em que ele se encontra. Ao pontuar que não desejava ser indicado, ele apresenta uma visão do desenvolvimento da escolha do nome para que chegasse até aquele momento. O momento da enunciação é o agora. Ao revelar que se submeteu ao apelo das correntes de opinião, ele esclarece que naquele momento está como candidato por um imperativo cívico.

Quanto à dêixis de lugar, o sujeito enunciador apresenta a sua posição como o cidadão que se tornou candidato para suprir as necessidades do povo. A construção do modelo e o uso do exemplo constrói um relevo entre a realidade e as perspectivas do auditório.

O fazer retórico alicerça-se na união entre a racionalidade do momento vivido e a perspectiva, o anseio da possibilidade de mudança. Por esse motivo, a construção discursiva gira em torno do que deveria ser, e como é realmente a realidade política do Brasil.

Selecionou-se o presente discurso como uma parte responsável pela construção da imagem de um candidato, representante de um partido político, como um líder e representante do bem querer social que coloca em cena as perspectivas da nação. A construção discursiva surge como responsável pela concretização desses anseios da nação com objetivos retóricos claros que se evidenciam na disposição do sistema retórico construído na estrutura do real em harmonia com os recursos linguísticos que mostram o posicionamento do enunciador e que se mostram mais evidentes quando o auditório não observa a intenção de persuadir, mas o sujeito que se evidencia como resposta para os problemas apresentados.

Com base no exposto, faz-se necessário analisar os outros discursos de maneira a mostrar o lado retórico dos discursos de Vargas e conseqüentemente sua imagem discursiva.

4.2 O golpe de estado e a nova constituição, 1937

Proclamação lida no palácio Guanabara e transmitida pelo rádio na noite de 10 de novembro de 1937. As razões do golpe de Estado e da Nova Constituição são explicadas por Vargas. O Presidente destaca, entre as disputas eleitorais e partidárias, as falhas da Constituição de 1934 e a inoperância do Congresso.

1º recorte

À nação

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

Nesse recorte, a disposição dos elementos que constituem o sentido como a inter-relação entre modelo e exemplo deixa implícito que não é necessário apresentar um antimito de maneira tão evidente, mas somente colocá-lo em cena. “O líder não deve fugir ao dever de tomar as decisões necessárias quando preciso”. Isso ocorre pois o sujeito, Presidente da Nação, procura explicar que as atitudes por ele tomadas se pautam nas necessidades da nação.

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la (...)

Essa posição de que *o homem de Estado* se pauta pelo bem maior, assinala que as circunstâncias exigem uma atitude que resulte em efeitos profundos na realidade do Brasil e mostra uma imagem de credibilidade, de um modelo de liderança que não está pautado nos princípios particulares, mas sim no bem maior, o desenvolvimento do país. com esse modelo, o sujeito mostra para o seu interlocutor uma imagem a ser creditada da confiança da população para permanecer fazendo o que deve ser feito para o desenvolvimento real da política para o povo.

Outro aspecto a ser observado para corroborar na afirmativa de que a intenção do sujeito presidente é a de adquirir a aprovação do auditório refere-se ao título, *à nação*, isso evidencia que a temática discursiva está direcionada ao posicionamento do interlocutor.

Após explicitar o modelo a ser seguido, o sujeito presidente busca ratificar essa sua posição por meio de um exemplo que clarifica o que o leva a se posicionar.

(...) perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

O exemplo, enquanto prova, possui a função de fazer com que o auditório comprove o modelo. Nesse caso em particular, a necessidade de uma decisão excepcional, ou seja, centralizar a liderança da nação em suas mãos por falhas na constituição de 1934, a inoperância do Congresso e disputas eleitorais e partidárias que não estavam de acordo com as necessidades do país.

O sujeito, ao pontuar que as responsabilidades, delegadas pela confiança da nação o obrigam, pelo conhecimento de seus deveres e conhecimento dos cidadãos de que ele estava naquela posição para ser representante, ser a voz e principalmente o sujeito responsável pelas decisões que refletiriam no país. O exemplo pontuado particulariza o sujeito e procura

evidenciar que a atitude de centralizar a liderança em suas mãos foi feita em nome da nação que delegara a sua voz ao sujeito presidente.

Referente ao aspecto linguístico, mais propriamente à dêixis de pessoa, observa-se que não há uma marca que denuncie o sujeito como o “eu” da enunciação. O objetivo do sujeito não é o de evidenciar quem enuncia, mas sim mostrar de quem se fala, da posição ocupada, o que pode ser observado pela marcação da terceira pessoa. “*o homem de Estado*”. O sujeito na terceira pessoa projeta o enunciado para as ações que devem ser tomadas e não para quem enuncia.

Quanto à dêixis de tempo, observa-se que ele se apresenta como o agora. Isso fica evidente pela marcação do verbo poder, conjugado na terceira pessoa do presente do indicativo (*pode*), assim como o verbo tomar, também conjugado na terceira pessoa do indicativo (*tomá-la*). Outra categoria linguística que evidencia o agora como o momento discursivo é o verbo assumir no gerúndio que indica o momento presente.

Após a evidenciação da pessoa e do tempo discursivo, toma-se como categoria de análise a dêixis indicativa de lugar que apresenta o local de representação como o sujeito presidente que é demarcado, primeiramente pela apresentação a quem se dirige a argumentação, à nação, isso denota que o lugar ocupado pelo sujeito enunciator não se enquadra nesse espaço, mas de quem está em uma posição de liderança. E em um segundo momento, a afirmativa de que o homem de Estado não pode fugir ao dever imposto pela sua função. O sujeito enunciator proclama seu discurso no palácio Guanabara que era a sede do governo brasileiro.

2º recorte

A verdadeira Função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom

funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da nação.

A superfície retórica do recorte apresentado transparece o modelo que deveria ser seguido pelos partidos políticos reduzir as aspirações e necessidades coletivas da nação.

A verdadeira Função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião,(...)

Há a apresentação de um caso particular que é observado como valorizado e está alicerçado no que é visto como verdadeira função dos partidos políticos, ou seja, em sua essência, que clarifica na mente do interlocutor uma conduta considerada como padrão.

Para evidenciar o modelo a ser seguido, o sujeito que discursa faz uma articulação entre o modelo e o antimodelo para ratificar o que deveria ser contemplado como correto.

(...) Essa, de há muito não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. (...)

O pronome demonstrativo *essa* retoma a função que deveria ser observada, mas logo após acrescenta que há muito tempo não vem sendo exercida; logo, há a apresentação de um antimodelo, o que não deve ser seguido. O sujeito usa o termo *agrupamentos partidários tradicionais* no lugar de partidos políticos para mostrar que o que ocorria era a união de pseudos políticos preocupados pelas questões de interesse particular e não em função de um projeto de governo para o povo.

Logo após a apresentação do antimodelo, o sujeito enunciador procura evidenciar o exemplo para que o antimodelo seja confirmado como uma conduta digna de repulsa.

O fato é sobretudo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Ao apresentar o fato como revelador de uma verdade, o sujeito enunciador procura mostrar a postura inadequada por parte dos agrupamentos e o que corrobora para essa posição é a utilização do verbo comprovar como forma de examinar a pobreza e desorganização. Além desses elementos, ele apresenta outro antimodelo, *aí está* como forma de apresentar os problemas que deixam a verdadeira política de lado, a sucessão presidencial ser transformada em irrisória competição de grupos que utilizam de meios ilícitos para alcançar seus objetivos.

O objetivo do sujeito do enunciado é fazer por meio do modelo, antimodelo e exemplo que a população observe a realidade e veja que é necessário mudar para o rumo da política para que ela se pautem nas necessidades coletivas do povo e não sirva de subterfúgio para o individualismo.

Referente aos recursos dêiticos de pessoa, o sujeito enunciador se apresenta no discurso como um cidadão, o que pode ser evidenciado pelo uso do pronome possessivo *nossos* referindo-se aos *agrupamentos partidários* do país. O sujeito se coloca como um eu, pois os pronomes possessivos *nossos e nossa* pressupõem o meu e o seu. Outro elemento linguístico a ser considerado para a demarcação do “eu” do enunciado refere-se à desinência número pessoal “_mos” do verbo *lembrarmos* que também indica a presença do sujeito naquilo que profere.

Ao focar a atenção aos dêiticos temporais, observa-se que o verbo consistir, no presente do indicativo, *consiste*, mostra o agora como o momento do enunciado. Além desse primeiro verbo, há outro elemento linguístico que corrobora para afirmar que o agora é o

momento do enunciado é o verbo *exercer* conjugado na 3ª pessoa do plural no presente do indicativo que indica que o enunciado só pode ocorrer no agora, a desinência “_mos” do verbo lembrar que também indica o agora como o momento do enunciado e o verbo vir na 3ª pessoa do singular no presente do indicativo.

Quanto às marcas que denunciam o lugar, observa-se o sujeito enunciator evidenciando a sua posição de cidadão, o que pode ser visto no momento em que ele faz uso do pronome possessivo nosso, referindo-se à política atual. *Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política nos moldes em que se vem processando.*

Ainda referente à posição do enunciator, observa-se que ele também se coloca como líder do poder executivo, pois ao apresentar as funções dos partidos políticos relacionadas à realidade da nação, ele mostra uma imagem de quem avalia o que ocorre na política e que, conseqüentemente, atinge a nação.

3º recorte

Restauramos a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e seu destino.

O que chama a atenção no recorte determinado é o verbo restaurar que denota que algo que deveria ser respeitado não estava mais sendo. Ao apresentar o modelo que é *a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade.* Esse modelo apresenta ao interlocutor um referencial do que se deve esperar de uma política adequada às necessidades da nação, que valorize os objetivos essenciais da política, agir para o desenvolvimento da nação.

Ao usar o verbo restaurar, o sujeito enunciatador tem por objetivo mostrar que todos os valores estão deturpados. A necessidade de sobrepor-se indica que os problemas estão sobrepujando o modelo, o antimodelo tem por objetivo mostrar a necessidade da mudança de atitude dos agrupamentos partidários, ou do reconhecimento da nação que o líder age em nome da população por saber que ela não compactua com o que é tido como incorreto.

O exemplo do modelo a ser reconstruído é a ação de deixar a própria nação reconstruir *a sua história e seu destino*. O exemplo é genérico, ele procura fazer com que a população tenha evidente a realidade e o modelo que deveria ser seguido e apresenta como o modelo pode ser retomado.

No tocante às categorias linguísticas indicadoras de pessoas pode-se observar na desinência número pessoal “_mos” do verbo restaurar a indicação do eu na enunciação colocando-se como cidadão, mas também como o responsável pelas decisões por ser representante da nação.

Referente à dêixis temporal, a mesma desinência “_mos” indica que o enunciado ocorre no agora, assim como o verbo deixar no gerúndio.

Quanto à dêixis de lugar, observa-se que o sujeito enunciatador se coloca na posição de líder da nação, pois ao apresentar as ações necessárias para restaurar a nação é dada a voz a um sujeito que, por estar situado em uma posição superior na hierarquia do poder executivo, sabe quais ações podem direcionar para uma reestruturação verdadeira. Isso fica em evidencia ao se ver as afirmativas que apresentam o modo como essa restauração pode ocorrer.[...] *dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e seu destino.*

A intenção do sujeito da enunciação é evidenciar o contexto como o mais importante clarificando que a sua posição de líder age a favor da nação. Os verbos dar no gerúndio, bem

como o verbo abrir na mesma forma nominal colocam em evidência as atitudes que privilegiam o desenvolvimento de uma nação forte e que deve ser respeitada.

Para o sujeito enunciador não estava ocorrendo um golpe, mas sim um posicionamento que primava pelo bem de seus representados, a nação.

4.3 Discurso de posse do segundo governo, 1951

Discurso Pronunciado no Palácio Tiradentes, logo após tomar posse como presidente eleito. Vargas definiu-se como candidato do povo e não dos partidos; ele elogia a calma e a confiança do povo durante a campanha e o pleito, a despeito dos “profissionais da desordem”, e declara-se pronto para um governo de recuperação do país.

1º recorte

O povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição. Não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção. Não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana.

Observa-se no recorte determinado que o sujeito enunciador inicia a sua argumentação com a identificação de um exemplo que se caracteriza pela exaltação de valores que direcionam a adesão do auditório.

Ao evidenciar que “*O povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo*”, o sujeito enunciador, na posição de presidente eleito, procura remeter o auditório ao contexto em que a nação está inserida. O objetivo do exemplo

é estabelecer uma conexão entre a intenção do enunciador e a atenção do auditório, visto que essa focalização por parte do público é o ponto de partida para a construção e a manutenção de um acordo prévio.

O termo “*exemplo vivo*” é a certeza de uma conduta orientada pelas crenças e valores que formam a opinião pública. Outra expressão que mostra o exemplo como a manifestação de um significado representativo no que tange ao pleito é o “*aprimoramento coletivo*” que explicita uma nação consciente de sua função representativa na eleição para presidente da nação.

O exemplo reforça a tese do orador, o modelo a ser apreciado como digno de credibilidade. O sujeito enunciador convoca o auditório a se posicionar ao sinalizar a conduta a ser valorizada pelo modelo.

Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição. Não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção. Não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado.

O modelo mostra uma conduta que deve ser apreciada, mantida, pois é a representação de uma conduta íntegra: *Não se deixar vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção.*

O enunciador, ao pontuar que a nação não se deixa enganar pelas falsas promessas, evidencia que o povo estava consciente de sua função e, ao usar o verbo *vencer*, o enunciador eleito deixa transparecer uma batalha entre as perspectivas da nação e os laços de promessas que muitas vezes surgem como respostas ao que se tem como esperança. Ao explicar que a nação não se deixou vencer pelas promessas e pelas tentações da corrupção é evidenciado um modelo de conduta, uma descrição do que é certo aos olhos dos sujeitos que formam a nação.

O modelo também pode ser observado no momento em que se coloca em evidência que “*o povo não reagiu às provocações (...), não perdeu a calma (...) a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado.*” Observa-se a ênfase no prestígio da conduta, no modelo que serve de referência.

Para que o discurso venha a adquirir a adesão do auditório, o sujeito eleito aproxima o modelo que é reforçado pelo exemplo, e o antimodelo, conduta a ser evitada para apresentar à análise da nação para a concretização da persuasão.

Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana.

Ao fazer isso, o sujeito enunciador estabelece uma ordem de valores e apela para argumentos que influenciam o auditório a julgar o momento de acordo os valores apreciados que são colocados em evidência na contraposição do modelo e do antimodelo.

Depois de se analisarem os argumentos que fundamentam a estrutura do real, como o exemplo, o modelo e o antimodelo, no aspecto retórico, toma-se como categoria a ser analisada no aspecto discursivo as marcas linguísticas que mostram a dêixis de pessoa, de tempo e de lugar.

Ao voltar-se a atenção para a representação do sujeito nas marcações linguísticas, observa-se que o sujeito enunciador não se coloca diretamente em seu enunciado, o que pode ser validado na análise da apresentação dos sujeitos na 3ª pessoa. *O povo brasileiro ofereceu (...); não reagiu às provocações (...); não se deixou vencer (...) não perdeu por um só momento a calma (...); não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam.*

Ao escolher a terceira pessoa para dialogar com a nação, o sujeito enunciador coloca-se como o sujeito eleito, representante desse povo que o elegera, há uma intenção de mostrar a posição ocupada e não o sujeito cidadão.

No entanto, ao se observar o pronome possessivo “*nossa*” na primeira pessoa do plural em *como a mais livre e honesta da nossa história republicana*, vê-se a presença do sujeito enunciador o “eu”.

Quanto ao dêitico de lugar, observa-se, pela análise desses mesmos elementos linguísticos, que o sujeito enunciador discursa do lugar de presidente eleito.

Quanto ao aspecto linguístico responsável por demonstrar a localização temporal observam-se os verbos conjugados no pretérito perfeito do indicativo como os verbos *ofereceu (...)*, *reagiu (...)*, *deixou (...)*, *perdeu (...)*, *seria (...)*, e *andaram tentando (...)*, e o futuro do pretérito *valeriam (...)*, *prevaleceriam* considerando que tanto as relações de passado quanto de futuro ocorrem pela determinação do agora, define-se o agora como o momento do enunciado.

2º recorte

Não venho semear ilusões nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres dum messianismo retardatário. Não vos aceno com a idade da plenitude e da abundância como um fabricante de sortilégios. Não vos quero enganar com projetos ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis. Tendes direito a uma vida melhor e a uma participação gradual e equitativa nos produtos do trabalho, na comunhão da riqueza e nos frutos e benefícios do progresso, do conforto e das amenidades da existência.

O sujeito eleito inicia o presente excerto oferecendo um exemplo a ser ponderado pela nação. A generalização, própria do exemplo, resume a posição do enunciador diante da realidade apresentada até aquele momento.

Não venho semear ilusões nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres dum messianismo retardatário.

Ao pontuar que o seu objetivo não é o de semear ilusões nem ser responsável por soluções excepcionais e milagres como se fosse um líder iluminado pela graça divina, o sujeito enunciador quer mostrar que ele é sujeito que trabalhará pela nação, mas que reconhece suas limitações.

O exemplo tem por objetivo mostrar para a população que o enunciador não pautará seu governo sobre ilusões, não se aproveitará da esperança da nação para maquiagem a realidade, apresentando subterfúgios para enganá-la. Ele confirma isso ao fazer uso do verbo dever no presente do indicativo “*deveis*” que deixa o pronome vós, povo, membros da nação cientes de sua responsabilidade naquele momento.

Logo após apresentar o exemplo, que serve como prova para julgamento do auditório, o sujeito enunciador fornece uma premissa fundamentada em um antimodelo para que o auditório venha a observar as referências de valores tidos como corretos pela sociedade.

Não vos aceno com a idade da plenitude e da abundância como um fabricante de sortilégios. Não vos quero enganar com projetos ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis.

Segundo o sujeito enunciador, o governo da nação não pode se pautar sobre artimanhas e por esse motivo ele pontua que não acena com essa possibilidade.

No desenvolvimento do antimodelo, o sujeito enunciador retoma o exemplo, que foi desenvolvido de maneira genérica e desenvolve sua argumentação de modo a destacar o desvio do que se esperava da política até aquele momento: verdade, sinceridade, afirmação do que se tem como correto, mas o que se apresentava era a falsidade, a mentira.

O sujeito enunciador procura delinear uma posição a ser seguida, pontuando o contraste entre o que ocorre normalmente e sua posição alicerçada em valores éticos.

Isso é ratificado progressivamente no momento em que o enunciador assinala que pretende enganar com projetos ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis. O sujeito eleito sugere ao auditório o modo como se vê e como deveria ser visto o sujeito político. Esse jogo retórico entre o exemplo e o antimodelo tem por objetivo criar uma relação de aproximação e distanciamento entre o antimodelo e o modelo que alicerça ato a ser valorizado e seguido como digno para a nação.

O modelo apresentado logo após o antimodelo convida o auditório a aderir ao posicionamento do orador. Isso pode ser visto no momento em que se observa o verbo ter conjugado no imperativo coloca em evidencia o pronome vós no discurso e, conseqüentemente, a população. O princípio argumentativo partindo do pré-concebido direciona o olhar da população para o foco do enunciador.

Tendes direito a uma vida melhor e a uma participação gradual e equitativa nos produtos do trabalho, na comunhão da riqueza e nos frutos e benefícios do progresso, do conforto e das amenidades da existência.

O sujeito enunciador, ao colocar em cena que a nação tem direito a uma vida melhor, tem por objetivo motivá-la a refletir sobre a realidade em que está inserida e as perspectivas que se tem sobre o que se espera de um governo para mudar a sua vida.

Após apresentar o argumento que serve de modelo, o sujeito enunciador procura desenvolver a sua argumentação, de modo a mostrar como a vida da população pode ter uma vida melhor que se desenvolve pela conjunção aditiva “e.”

Tendes direito a uma vida melhor “e” a uma participação gradual “e” equitativa (...) na comunhão da riqueza “e” nos frutos “e” benefícios do progresso, “e” das amenidades da existência.

O sujeito enunciador recorre à memória discursiva dos enunciatários, fazendo com que eles observem e vejam a realidade dos problemas, considerando o modelo valorizado e o

antimodelo que estimula a mudança de pensamento, para que sintam a necessidade de mudar a sua posição diante da ação dos governantes de um país.

Após se analisarem os argumentos que fundamentam a estrutura do real, a atenção volta-se para as categorias dêiticas.

Em um primeiro momento, ao se tomarem as marcas linguísticas de pessoa como objeto de análise, percebe-se que o sujeito se coloca como o “eu” da enunciação, o que pode ser confirmado pelo uso dos verbos na primeira pessoa do indicativo *não venho (...), não vos aceno (...), Não vos quero (...)*; esses verbos apontam para a primeira pessoa do singular presente no enunciado.

Quanto à categoria de tempo, os mesmos verbos que mostram a pessoa que se apresenta no discurso, também evidenciam o momento em que ocorre o enunciado, no tempo presente, visto que os verbos estão conjugados no presente do indicativo.

Tomando por objeto de análise o dêitico indicador de lugar, observa-se que o sujeito enuncia da posição de presidente eleito, pois ele não compartilha a voz com a instância cidadã, mas centra o enunciado na primeira pessoa do singular, *não venho (...), não vos aceno (...), Não vos quero (...)*

Na posição de presidente, o enunciador põe em destaque a sua responsabilidade de liderar o Brasil rumo às mudanças necessárias para o desenvolvimento de uma nação para todos.

3º recorte

O governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades e lealdades. É a emanção do povo e, como tal, o servo da sua vontade, o provedor das suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

No aspecto retórico, o recorte determinado compõe-se, em um primeiro momento, pela apresentação do exemplo.

O governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional.

O exemplo manifesta como objetivo oferecer razões a favor de argumentos que o sujeito enunciador apresenta como digno de valor e que auxiliam na construção de uma conclusão a favor dos objetivos do sujeito que enuncia.

Quando o sujeito enunciador assinala que o governo não é uma entidade intangível, instrumento de repressão exterior à nação, de uma forma genérica, mostra como estavam sendo construídas as relações entre o governo e a nação.

No momento em que se constrói a combinação entre o advérbio de negação “*não*” e o verbo ser no presente do indicativo “*é*”, deixa-se evidente que o governo podia estar em uma trajetória que não estava de acordo com a sua função. O enunciador procura esclarecer que a instância máxima da administração executiva por um momento transitório que dependia dos líderes que estavam à frente para mudar a perspectiva que se apresentava.

Logo após expor o exemplo, o sujeito enunciador fornece o antimodelo, que incentiva o repúdio a uma conduta que não está de acordo com os princípios tidos como corretos pela sociedade.

O governo (...) “Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses.

Ao pontuar que o governo *não é um gestor de partidos*, imprime-se a necessidade de reafirmar as funções essenciais do governo, que não se aproximam das necessidades de um partido, grupos, classes ou interesses, mas visam ao desenvolvimento da nação de maneira integral.

O antimodelo posiciona o auditório para o que não deve ser contemplado como digno de ser seguido por fugir das referências que a sociedade tem como correto.

A terceira categoria que fundamenta o aspecto retórico é o modelo que direciona para o que é valorizado.

É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades e lealdades. É a emanção do povo e, como tal, o servo da sua vontade, o provedor das suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

Ao fazer uso do verbo ser no presente do indicativo “é”, o sujeito enunciatador mostra o que deveria ser a essência do governo, *a imagem refletida da pátria*, ou seja, ele não se forma nas vontades individuais, mas se forma pela vontade do povo, pelas necessidades da nação.

Essa posição pode ser ratificada no momento em que se evidencia que o governo surge do povo e, por esse motivo, ele deve servir às necessidades de quem o formou.

O objetivo do sujeito enunciatador é de mostrar que o direcionamento da forma de governo depende das escolhas da população, pois sendo a nação responsável pela formação do governo ela é a chefe, a responsável pela harmonia das classes e interesses, mas para isso é preciso que reconheçam a função do governo.

Referente às evidências linguísticas de pessoa, espaço e lugar, observa-se que a dêixis de pessoa, primeira categoria a ser analisada, não apresenta, de modo claro, o sujeito responsável pelo enunciado, o sujeito se coloca como que se estivesse ausente, para mostrar o fato em si e não quem enuncia.

No tocante à dêixis de tempo, ao se analisarem os verbos ser no presente do indicativo “é”, o verbo presidir, também conjugado no presente do indicativo “*preside*” indicam o tempo presente, o agora como o momento do enunciado.

Quanto à demarcação de lugar, o excerto mostra que a posição ocupada pelo sujeito enunciador é a de presidente, essa posição pode ser analisada pela maneira como se constrói a estrutura argumentativa, o presidente distancia-se da instância cidadã que o ouve, isso se observa pela maneira como ele enuncia, na terceira pessoa, “*o governo*”. Outro aspecto a ser considerado para ao marcar a posição do sujeito enunciador é a apresentação do discurso: discurso de posse do presidente eleito em 1951. Nesse momento, ele evidencia a voz do sujeito eleito pelo povo e para a nação, ou seja, eleito pela confiança do povo para trabalhar a favor do desenvolvimento do Brasil.

4.4 Carta Testamento

A carta testamento apresenta-se como um documento endereçado ao povo no qual Vargas apresenta os motivos que o fizeram tirar a própria vida, as perseguições e o desrespeito à nação brasileira.

1º recorte

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

O presente recorte inicia-se pelo exemplo. O sujeito enunciador, presidente da nação, apresenta-se como perseguido de maneira metódica, pois apresenta passo a passo os momentos em que foi praticamente cassado e dá ênfase a cada um dos momentos em sofreu por estar ao lado do povo, procurando assim criar uma imagem de quem esteve ao lado da nação.

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim

O sujeito enunciador apresenta um enunciado direcionado para a nação que o elegera e coloca como intenção convocar o auditório a se posicionar diante do exemplo que compartilha.

Ao direcionar a sua argumentação para o auditório, o sujeito objetiva revelar que ele tem sofrido as agruras de uma perseguição por se colocar ao lado do povo. No momento em que ele assinala “*mais uma vez*”, ele deixa claro que essa perseguição já ocorrera e agora estava se repetindo. A intenção do exemplo é trazer o auditório para interpretar o enunciado e fundamentar um posicionamento ao lado do enunciador. Para que isso ocorra de maneira integral, o sujeito explica *os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim*. Esse excerto objetiva recorrer à memória discursiva do auditório para que ele pondere sobre a injustiça que ele tem atravessado.

Logo após a apresentação do exemplo que apresenta de modo geral a perseguição pela qual passou, o sujeito enunciador procura mostra o modelo, em contraposição com o antimodelo, de modo a construir tanto a sua posição quanto fazer com que o auditório fique ao lado dele. A intenção é de mostrar que muitos políticos não estavam de acordo com os princípios que regem a sociedade.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

A intenção do enunciador é colocar em relevo as discrepâncias entre o que se esperava em confrontos que envolviam a política e o que realmente acontecia.

Não me acusam, insultam (...)

Acusar não se coloca como modelo, mas por imputar uma falta, permite uma defesa, o que com o insulto não acontece, pois ele não indica uma falha, mas foca suas ações na reputação.

Outros verbos que evidenciam o modelo e o antimodelo respectivamente são os verbos combater e caluniar.

(...) *não me combatem, caluniam* (...)

Combater é esforçar-se para vencer, de maneira íntegra, respeitando o direito de defesa de quem está sendo combatido, mas caluniar é usar de acusações falsas que enfraquecem a credibilidade do sujeito caluniado.

O direito de defesa evidencia-se como a base nas mais variadas divergências, e por esse motivo, coloca-se como modelo, por evidenciar uma conduta digna de valor, mas negar esse direito é desrespeitar os princípios sociais e estimula a repulsa pelo desrespeito às regras que regem um conflito.

Outros aspectos que realçam o antimodelo são as ações de sufocar a voz e impedir a ação do sujeito que enuncia, essas manifestações de conduta inadequada evidenciam-se ainda mais como antimodelo ao ser relacionadas à finalidade desses atos de sufocar a voz e impedir a ação de quem quer continuar a *defender a nação como sempre defendeu, o povo e principalmente os humildes*.

Após se analisarem as categorias retóricas elencadas como objeto de análise como o exemplo, o modelo e o antimodelo, o foco centra-se, no que tange ao discurso, nos elementos linguísticos que evidenciam a pessoa, o espaço e o lugar.

Ao tomar a identificação da pessoa como primeiro elemento a ser analisado, observa-se, pelo uso do pronome pessoal oblíquo tônico da primeira pessoa “*mim*”, que o sujeito da enunciação é o “eu”. Outros elementos linguísticos que corroboram para essa afirmativa são os pronomes oblíquo “*me*”, o pronome possessivo “*minha*” e o verbo defender conjugado no pretérito perfeito do modo indicativo, “*defendi*.”

No tocante ao aspecto temporal, os verbos desencadear, acusar, insultar, combater, caluniar, dar e precisar, conjugados na terceira pessoa do plural, no presente do indicativo, *desencadeiam; acusam; insultam; combatem e caluniam, dão e precisam* evidenciam o agora

como o momento do enunciado que pode ser confirmado também ao se analisar o verbo continuar conjugado na primeira pessoa do subjuntivo.

Referente à dêixis de lugar, o sujeito enunciador coloca-se na posição de presidente da nação. Nesse recorte, o sujeito enunciador não divide com o povo nenhuma responsabilidade, mas mostra os problemas por que está passando; ele tem, por objetivo, compartilhar com a nação que passa por essas dificuldades por estar ao lado do povo que o elegera como representante que aceitou ser, quando venceu as eleições de 1951.

2º recorte

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

O recorte inicia-se pela apresentação de um modelo que evidencia uma conduta digna de credibilidade, de confiança atribuída pela nação.

A imagem de honestidade aos princípios que regem os ideais políticos do sujeito enunciador diante do povo que o elegera mostra uma conduta valorizada pela nação, uma vez que evidenciam que o sujeito tem se colocado realmente como representante da nação.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado.(...)

Observa-se que o sujeito surge como um guerreiro que resiste às pressões para manter o povo seguro em seus direitos. *Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante (...)* para defender o povo (...). Ao fazer uso do modelo, o enunciador procura construir o cenário de sua realidade para a população; um cidadão eleito pelo povo,

que sofre as mais diversas perseguições, que fica no centro dos conflitos para não permitir que a nação sofra com as articulações que não visam ao desenvolvimento integral da pátria, mas somente as questões particulares de agrupamentos.

Ao expor a sua realidade frente à liderança do poder executivo, o sujeito procura fazer com que a nação se posicione ao seu lado, reconhecendo a sua luta.

No momento em que o enunciador assinala que agora o povo estará desamparado, mostra-se como objetivo mostrar que, apesar de ter usado todas as suas forças, ele não conseguiu manter-se firme em sua posição devido à coordenação das forças que sobrepujaram suas intenções de proteger o povo, mesmo tendo feito tudo o que podia.

Após a apresentação do modelo, o sujeito enunciador fornece o exemplo que serve como uma âncora, como um alicerce que resume a luta do representante da nação. (...). *Nada mais vos posso dar, a não ser o meu sangue.*

O exemplo surge como uma confirmação das atitudes do sujeito Presidente que visava ao bem da nação e atribuem ao modelo estatuto de verdade, de credibilidade.

Desenvolvendo a sua argumentação que evidencia um sujeito perseguido por lutar pela nação, o sujeito apresenta o antimodelo.

Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Ao utilizar o termo “aves de rapina”, o sujeito mostra as características dos que se articulam para desestruturar a nação em pró dos objetivos pessoais, esperando à espreita, como um gavião, o momento de atacar a sua presa indefesa.

A conjunção adverbial condicional “se” coloca como provável a possibilidade das *aves de rapina* sugarem o sangue, o sangue da nação, mas, diante dessa possibilidade que causa repulsa, o sujeito, na posição de Presidente da República, oferece a própria vida como

holocausto, como uma oferta para os que insaciáveis corruptos que atrapalham o desenvolvimento da nação deixem o povo em paz.

Há a apresentação de duas perspectivas. A primeira, que mostra a atitude dos corruptos e a segunda, que clarifica o enunciador como o ser messiânico que oferece a sua própria vida como sacrifício para a salvação do povo brasileiro que o elegera.

Após se analisarem os argumentos que fundamentam a estrutura do real, no aspecto retórico, toma-se como objeto de análise as categorias linguísticas que denunciam a o sujeito, o tempo e o espaço no que tange ao discurso.

No tocante à presença da pessoa, observa-se pela conjugação do verbo *ter* na primeira pessoa do indicativo “*tenho*” e a colocação do “*eu*”, primeira pessoa do caso reto no discurso, “*eu ofereço*” que o sujeito do enunciado se coloca na primeira pessoa do singular como o sujeito “*eu*”.

Quanto aos elementos linguísticos que evidenciam o momento do enunciado, o verbo *ter*, conjugado no presente do indicativo, assim como o verbo *oferecer* “*tenho*” e “*ofereço*” clarificam o agora como o momento do discurso.

Ao colocar em cena a demonstração de lugar, observa-se que o sujeito está situado na posição de Presidente da nação. Essa afirmativa pode ser ratificada ao analisar-se que o sujeito faz uso da voz da primeira pessoa do singular, *tenho lutado (...) nada mais vos posso dar (...) eu ofereço (...)*. Com essa estratégia argumentativa, o sujeito distancia-se do povo que o ouve. Ao expor essa diferenciação entre líder e liderados, apresenta como objetivo fazer com que reconheçam que quem discursa é portador de uma legitimidade dada pela própria nação.

Ele mostra que passa por isso, porque foi eleito para ser a voz do cidadão, para ser o seu representante e por esse motivo ele recebe o ônus de sua missão sem compartilhar as responsabilidades próprias de seu cargo.

3º recorte

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

O sujeito enunciator inicia o presente recorte apontando para o exemplo de uma vida que se encerrou em vitória, mesmo que as circunstâncias não evidenciassem isso.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória.

O enunciator faz um contraponto ao se referir à intenção dos seus contrários de derrotá-lo, que teria ficado somente no plano, na perspectiva, mas o verbo responder tem por objetivo mostrar que na realidade ele vencera.

Essa afirmativa pode ser ratificada no momento em que se faz a análise da disposição do enunciado em que se observa logo após a introdução do exemplo a relação entre modelo e antimodelo que objetiva clarificar para o enunciatário uma posição digna de um sujeito que se propôs a permanecer fiel à função que fora delegada a ele, representante de uma nação, cujas necessidades deveriam prevalecer sobre qualquer objetivo partidário.

O sujeito enunciator pontua que *Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna*, apresenta como objetivo redefinir a visão do enunciatário sobre o que seria o antimodelo, um escravo que não tem liberdade, transformando-se em modelo de um líder, uma vez que, por vontade própria, abriu mão de sua própria liberdade para suprir as necessidades da nação, como uma missão que se encerraria somente com a morte.

Essa apresentação do sujeito como representação de um modelo é colocada progressivamente.

Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém.

Ao usar a conjunção adversativa referindo-se ao povo como escravo, é colocado em cena que o povo pode ter sido escravo nas mãos dos corruptos, mas naquele momento deixaria de ser. O sujeito apresenta a afirmativa e assinala o motivo dela.

Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

O sangue dele surge como um sangue salvador que liberta o povo da escravidão, pois ele se deu como sacrifício para salvar a nação.

Logo após apresentar uma imagem digna de crédito, o sujeito enunciador coloca em relevo o modelo e antimodelo de modo a imprimir na mente do auditório a contraposição entre a sua luta para o povo e os contrários que viam somente interesses próprios.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo.

A espoliação do Brasil e do povo surge como o antimodelo. Logo após, o sujeito enunciador apresenta a maneira com que lutou, de peito aberto, um modelo de quem lutou de maneira digna e justa contra seus adversários.

O enunciador mostra um modelo de dignidade e fidelidade à confiança que foi atribuída a ele ao pontuar a sua trajetória política diante das adversidades impostas pela deturpação do que seria realmente a democracia para o povo, e que acabaram resultando em seu suicídio.

O sujeito enunciador finaliza o recorte atribuindo ao povo tanto a essência de sua vida quanto o motivo de sua morte.

Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

O sujeito enunciador evidencia ao povo que sai da vida, mas entra na história como um político que agiu para o desenvolvimento da nação de maneira integral. Essa afirmativa de apresentação de uma conduta ilibada fica clara no momento em que se observa que ele, por

meio da apresentação do outro, pelo uso do pronome vós “*eu vos dei a minha vida*” procura mostrar que não deixou que seus princípios fossem abalados pela conduta de seus adversários e ao se colocar como modelo a ser seguido afirma que entraria na História.

Após ter-se apegado às categorias retóricas de exemplo, modelo, e antimodelo, cujo objetivo se apresenta como uma modalização voltada para a construção de sentido do outro, volta-se a atenção para as categorias discursivas responsáveis pelas demarcações de pessoa, tempo e lugar, de modo a evidenciar a construção de sentido persuasivo.

No que tange aos dêiticos de pessoa, o excerto evidencia o “eu” como o sujeito do enunciado. Isso pode ser observado pelas marcas linguísticas como o pronome oblíquo *me*, os verbos “responder, lutar e ter” conjugados na primeira pessoa do singular do modo indicativo *respondo, lutei e tenho*, o pronome possessivo da primeira pessoa do singular *minha, meu*, a presença do sujeito *eu* expressa no enunciado, o verbo dar conjugado no pretérito perfeito do modo indicativo na primeira pessoa do singular *dei*, os verbos “oferecer, receber, dar e sair” conjugados na primeira pessoa do singular no presente do indicativo *ofereço e receio, dou e saio*.

Essas evidências linguísticas corroboram para a afirmativa de que o enunciado está alicerçado no eu como o sujeito do enunciado.

Quanto ao aspecto temporal, o verbo pensar, flexionado no presente do indicativo, bem como o verbo responder, ter, oferecer e sair, *respondo, tenho, ofereço e saio* mostram o agora como o momento da enunciação.

Além desses verbos indicadores de tempo, há a determinação temporal pelo advérbio *hoje* que ratifica o agora como o momento do enunciado, assim como os verbos ser e ficar conjugados no futuro do indicativo, *será e ficará*. Os verbos abater e lutar conjugados no pretérito perfeito do indicativo *abateram e lutei*, assim como os verbos conjugados no futuro do indicativo, os verbos conjugados no pretérito indicam o agora como o momento do

enunciado, uma vez que tanto a determinação de passado quanto a de futuro se dão com base no agora.

Colocando em cena a demonstração de lugar, observa-se que o sujeito enunciator se posiciona como mártir da nação, isso pode ser observado pela maneira como ele se situa em seu enunciado, em primeira pessoa do singular, além dessa prova linguística, ele apresenta para a interpretação do auditório as consequências das atividades do cargo. Outro aspecto relevante para considerar essa afirmativa está alicerçado no fato do enunciator delinear a sua trajetória política à frente do poder executivo, o próprio título apresenta esse fato, Carta Testamento.

Com base nos discursos analisados, o exemplo, o modelo e o antimodelo, categorias da retórica em diálogo com os elementos discursivos como as categorias dêiticas de sujeito, tempo e lugar, mostram uma construção intencional do sujeito enunciator que permite a ação no cognitivo do auditório e que aponta para uma conclusão que se apresenta a seguir.

Conclusão

A presente tese, alicerçada nas formulações da nova retórica, cujo caráter é centrado em uma perspectiva individual de adquirir a adesão do auditório, articulada à perspectiva discursiva, voltada para a construção de sentido entre sujeitos que se constituem pela ideologia, procurou responder às questões relacionadas à construção da imagem política e carismática de Getúlio Vargas. Um presidente visto como um ditador, mas que tinha o apoio da população.

Coloca-se em evidência que, na perspectiva retórica, as categorias analisadas estiveram fundamentadas nos argumentos que fundamentam a estrutura do real como o exemplo, o modelo e o antimodelo, e na perspectiva discursiva, nos dêiticos de pessoa, espaço e tempo por entender-se que as duas se coadunam no momento em que se reconhece a intenção de influenciar a posição ideológica do auditório. A retórica é colocada numa perspectiva dialética, ao considerar o discurso como um processo intersubjetivo.

Verificou-se, nos discursos selecionados, a manifestação de um sujeito enunciatário que procurou direcionar a perspectiva da nação ao observar o contexto, as expectativas do auditório e apresentar-se como possível solução para os problemas que surgiam nos mais diversos momentos da história política.

Partindo-se dessa constatação, o procedimento metodológico, em um primeiro momento, voltou-se para a análise de como o orador construía uma relação de credibilidade com o auditório; e em um segundo momento de que maneira ele se colocava naquilo que pronunciava pela análise dos dêiticos de pessoa, tempo e espaço.

Colocando-se em evidência o objetivo geral de se analisar a constituição e a posição dos sujeitos na produção de sentido por parte do enunciatário nos discursos selecionados e os específicos de: 1) analisar os recursos argumentativos que fundamentam a estrutura do real (exemplo, modelo e antimodelo) por acreditar-se que, como elementos retóricos, podem ser

utilizados para desconstrução e reconstrução da opinião pública, diante de uma produção de sentido instável; e 2) de analisar os procedimentos linguísticos na construção e na confirmação de uma imagem retórica como possíveis estratégias discursivas que organizam a linha de raciocínio do orador como a dêixis eu-tu-aqui-agora, observou-se a interação entre o mundo real e a perspectiva sendo construída de maneira intencional na memória do auditório pelo enunciador que fez uso dessas categorias elencadas, de modo a construir a cena enunciativa a ser interpretada.

O enunciador, em cada uma de suas proposições, apresentou como objetivo envolver o auditório estabelecendo uma interação que não abrisse espaço para uma contrapalavra ao enunciado, até mesmo pelos momentos em que os discursos estavam sendo apresentados, em momentos de reflexão e de esperança para o futuro.

Nos discursos analisados, ocorreram relações interdiscursivas que colocaram em relação um jogo de representações, de construção dos sujeitos e, conseqüentemente, as crenças e valores assumidos por eles.

Ao colocar os recursos argumentativos que fundamentam a estrutura do real, o sujeito enunciador procurou clarificar a relação entre a demonstração da realidade e a sua análise sobre ela pelo uso do exemplo, do modelo, e do antimodelo.

A preocupação foi em se mostrar no cenário como o possível responsável pelas mudanças do rumo da política nacional, a intenção do sujeito enunciador era de evidenciar-se como o responsável pela construção de uma política para o povo e não centrada em objetivos individuais.

Observou-se que os sujeitos estavam em um espaço representacional que hipoteticamente projetava as perspectivas tanto do sujeito enunciador quanto do auditório e os exemplos, modelos e antimodelos tinham por objetivo apresentar um cenário para que a nação pudesse avaliar.

Essas categorias retóricas articularam três pontos. O primeiro fundamentou-se na apresentação de um ideal, ao colocar em cena as referências para o posicionamento do auditório, o segundo centrou-se no ato comunicativo ao mostrar as relações entre a visão do sujeito enunciador em diálogo com a posição do interpretante e o terceiro foi alicerçado no comentário que evidenciou a posição do enunciador.

O exemplo, o modelo e antimodelo evidenciam a realidade pela percepção do orador e tem por objetivo fazer com que o auditório a observasse como digna de crédito. O enunciador não impôs uma construção do momento, mas procurou compartilhar a realidade que já podia ser vista pela nação. O que o enunciador fez foi mostrar uma posição que levasse o auditório a não negligenciar a realidade, a não se moldar ao que acontecia.

A retórica apresentada pelo sujeito enunciador, evidenciou a intenção de interferir na produção de sentido da nação. O enunciador procurou redirecionar a visão do auditório para uma perspectiva de realidade que observe as necessidades do povo como o centro da política.

Os exemplos, modelos e antimodelos foram usados pelo sujeito enunciador de maneira a colocar em relevo as suas intenções de modo a construir uma base para que a nação pudesse se posicionar e colocou em cena a focalização da vontade do orador de influenciar esse posicionamento.

Para fixar a sua posição em diálogo com o auditório, o sujeito procurou evidenciar seus argumentos como ligações de verossimilhança, objetivando mostrar seus discursos, em relação com os fatos e perspectivas, de maneira que imprimisse um caráter de autoridade às interpretações do auditório.

Para que isso ocorra, é necessário colocar em evidência o aspecto linguístico, uma vez que as estratégias retóricas se dão a conhecer pela palavra, pois ela é a responsável pelas construções das representações e demarcações das posições assumidas pelos sujeitos, no decorrer do discurso, uma vez que manifestam a ideologia.

As marcas linguísticas, como as referências das dêixis de pessoa, tempo e espaço construíram a cenografia, o espaço comum entre os sujeitos, para que ocorressem as interpretações de parte a parte, ao determinar as posições de suas representações.

O contexto compartilhado mostrou-se situacional, pois o orador procurou colocar em cena a sua posição, de acordo as nuances apresentadas nos momentos dos discursos escolhidos.

A dêixis, como responsável pelas construções dos sentidos entre os sujeitos no discurso clarificam uma relação de ênfase do sujeito enunciador, ao mostrar que quem enuncia está em um lugar de hierarquia mediante autorização do próprio povo em um espaço que foi construído no e pelo enunciado.

Nesse processo, o orador incorporou os valores aceitos pela comunidade, de modo a mostrar o seu consenso, visando, assim, à adesão do auditório. Essa estratégia visa a fazer com que a nação observe os argumentos em seus efeitos práticos para a vida do povo e, conseqüentemente, o orador, ao agir nos efeitos cognitivos do outro, forma um discurso persuasivo.

Com base no observado, pode-se pontuar que Getúlio Vargas colocou como foco em seus discursos a representação das vozes que se davam a conhecer no processo dialógico. O enunciador formado polifonicamente, como todos os sujeitos, escolhia uma das vozes que o formavam adaptando-as ao momento discursivo e às expectativas do outro.

O dialogismo evidenciou-se no espaço interdiscursivo, no qual houve a interação entre a retórica e o discurso, uma vez que esse espaço é o espaço em que se constroem os sentidos e os objetivos discursivos. No caso do orador, de persuadir e no do auditório de observar as possibilidades que se apresentavam, é o espaço da representação como perspectiva.

Essas categorias retóricas e discursivas colocadas em diálogo foram responsáveis pela construção da imagem do enunciador nos mais diversos momentos em que ele discursava

como um sujeito que visava o bem da nação, pois a articulação mostrou-se como a construção da imagem de um sujeito eleito pelo povo que era realmente o representante da nação.

As imagens construídas no decorrer dos discursos instaurou uma relação de coparticipação do enunciatário na liderança do Brasil, mas a imagem que ele deixa mais evidente foi a de um líder populista, que procurava o bem da nação.

Os elementos analisados na retórica procuraram dar o aval da nação ao sujeito enunciador, visto que o seu enunciatário é a nação. Considera-se a citação de Charaudeau (2006, p.119), ao afirmar que a opinião pública é um revelador social de determinado contexto e reativa ao posicionamento do enunciador naquilo que ele profere e define credibilidade, não como uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. Ao mesmo tempo em que objetiva ter a opinião pública a seu favor em seu discurso, o enunciador também se mostra nele, evidenciando que ele é portador da imagem que se apresenta no modelo.

No momento em que o sujeito discursava, ele apresenta uma posição de um cidadão que se coloca à frente das necessidades da sociedade, e passou a ser representante e responsável por ela, seu enunciado mostra não somente a sua perspectiva, mas a da nação.

O enunciador sabe que seu enunciado recebe nova significação para o seu enunciatário, pois ele discursa de um espaço representacional. Sendo assim, o enunciador projeta em seu discurso a perspectiva da nação.

Quanto ao aspecto discursivo, os elementos dêiticos evidenciaram o discurso de maneira a produzir o sentido esperado pelo enunciador ao determinar às posições assumidas tanto por ele quanto pelo auditório.

No primeiro discurso, observou-se a preocupação do sujeito enunciator em demonstrar a realidade apresentada até aquele momento e em se colocar como o representante de um partido que tinha as condições necessárias para responder às expectativas da nação naquele momento em que vigorava a República do Café-Com-Leite e evidenciou sua imagem como necessária, por ser portador da voz do partido.

No segundo discurso, o sujeito enunciator procurava justificar o motivo de uma nova constituição, por meio do exemplo, modelo e antimodelo, construindo uma perspectiva na memória da nação, uma vez que a intenção era de repudiar a realidade política que se apresentava até aquele momento, cujas brechas da antiga constituição protegia. Assim, o enunciator procurou demonstrar a imagem de um sujeito preocupado com os valores da nação e não com as preocupações de qualquer outro grupo.

No terceiro discurso, no qual o sujeito voltava para a liderança do governo executivo pelo voto, observou-se a preocupação em se direcionar a sua imagem para a população, colocando-se como representante de um povo que reconheceu o seu trabalho à frente da nação e pontuou que sua liderança estava voltada para o desenvolvimento integral da nação.

Quanto ao quarto discurso, a Carta Testamento, na qual o sujeito enunciator expunha os motivos que o levaram ao suicídio, observou-se que ele procurou construir uma cenografia que contemplasse a sua história política à frente da nação, colocando em evidência as preocupações com a nação que o elegera.

O enunciator colocou-se como o sujeito perseguido por fazer o que a nação precisava.

Colocando em cena o objetivo da presente tese entre a articulação da retórica e do discurso, de modo a construir os objetivos do sujeito enunciator e conseqüentemente a persuasão do auditório. Conclui-se que ocorre o entrelaçamento entre as categorias elencadas ao observar-se a construção do discurso que visa à construção do sentido sendo direcionada pelos elementos da retórica como o exemplo, o modelo e o antimodelo, na tessitura dos

argumentos que se evidenciaram pelos elementos linguísticos de pessoa, espaço e lugar, uma vez que direcionaram o olhar da nação para um alvo determinado.

Após o suicídio do sujeito enunciator, observou-se que ele atingiu os objetivos de persuadir, ao fazer uso dos exemplos, modelos e antimodelos, ao considerar a sua carta testamento, resumo de sua trajetória política, observou-se como um objetivo político uma vez que a história pontua que após a sua morte os que eram contrários a ele ficaram muito tempo à margem do governo. Sendo assim, observa-se que Vargas articulou a retórica aos seus discursos.

Pode-se afirmar isso, ao observar a imagem de Getúlio Vargas nos dias atuais, que se afigura de modo emblemático, sendo visto ora como ditador ora como referência de quem agiu pela nação.

Os quatro discursos procuraram construir um *ethos* de político carismático, mesmo sendo um ditador, sendo assim observa-se que o fio condutor entre eles constituem-se pela adequação do orador ao auditório de maneira a adquirir a adesão desse aos seus objetivos.

Com base na observação dos elementos retóricos e dos elementos linguísticos presentes nos discursos analisados, pontua-se que elas interagem de modo a constituir a persuasão na constituição dos sentidos.

Cumpre salientar que a análise apresentada visava a atingir os objetivos já mencionados e, não se esgotando obviamente, procura abrir perspectivas a novos trabalhos.

Bibliografia

ABREU, Antonio Suárez. **A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção**. 13 ed. Cotia: Atelie Editorial, 2009.

AMOSSY, Ruth. (org). **Imagens de Si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARAÚJO, Ubirajara Inácio de. **Tessitura Textual: Coesão e Coerência como Fatores de Textualidade**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Portuguesa de Manuel Alexandre Júnior et al. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998.

BENVENISTE, E. **O aparelho formal da enunciação. In: Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

BARROS, Diana Luz Pessoa de e FIORIN, José Luiz (org.). **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: em Torno de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2003.

BOURNE, Richard. **Getúlio Vargas: A Esfinge dos Pampas**. Trad. Paulo Schmidt, Sonia Augusto. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das Cavernas ao Terceiro Milênio**. Vol 3. 2º ed. São Paulo: Moderna, 2010.

BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1997.

BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2 ed. ver. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **Analisando o Discurso**. Disponível em: <[HTTP: //www.estacao daluz.org.br/](http://www.estacao daluz.org.br/)>. Acesso em 05 de agosto de 2009.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A Força das Palavras: Dizer e Argumentar**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Linguagem e Discurso: Modos de Organização**. Trad. Angela M.S. Corrêa e Ida Lucia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do Discurso Político: As Derivas da Fala Pública**. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina.(org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; Castro, Gilberto de; BRAIT, Beth [et al]. **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; Castro, Gilberto de. (org). **Vinte Ensaios Sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e Persuasão: Princípios de Análise Retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 14. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Linguagem e Ideologia**. 8 ed. ver. Atualizada. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **As Astúcias da Enunciação. As Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **História Concisa do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GUIMARÃES, Elisa. (org). **Texto e Discurso: Confluências**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

_____. **Texto, Discurso e Ensino**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Vargas: para além da vida. A Carta-Testamento e o legado de Vargas**. Disponível em: <[HTTP: cpdoc.fg.br/produção/dossies/AEraVargas2/artigos/Alem da vida/CartaTestamento/](http://cpdoc.fg.br/produção/dossies/AEraVargas2/artigos/Alem%20david/CartaTestamento/)> Acesso em 10 de Fevereiro de 2013.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LARA, Cláudia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander. (org). **Análises do Discurso Hoje, Volume 1**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. São Paulo: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Cenas da Enunciação**. 1 ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador, (org). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 3 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanita, 2004.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (org). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo (1930 – 1945)** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ORLANDI, ENI Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 7 ed. São Paulo: Pontes, 2007.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e Discurso Político**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcineli Orlandi. ET al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PERELMAN, Chaim. **Retóricas**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERELMAN, Chaim; Tyteca, Lucie Olbrechts. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Guia para Alunos da universidade Presbiteriana Mackenzie**. 3 ed. São Paulo: Editora Mackenzie, 2005.

Anexos

1º Discurso

Aliança Liberal, Revolução de 30, governo provisório e governo constitucional: 1930-1937

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1930

Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, expondo a plataforma da Aliança Liberal na campanha para as eleições presidenciais de 1o de março de 1930.

Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica. A “realidade brasileira”, tão exaltada pelos louvaminheiros do atual estado de coisas, reduz-se aos fenômenos materiais da produção da riqueza, adstritos, as mais das vezes, a censuráveis privilégios e monopólios. Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes problemas cívicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido da valorização do homem pela educação e pela higiene. Burlam-se, pela falta de garantia, os mais comezinhos direitos assegurados na Constituição.

A campanha de reação liberal – não é demais insistir – exprime uma generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia, dentro da ordem e do regime. Seu êxito dependerá do voto popular e também, em parte, da cultura cívica e do patriotismo dos governantes, isto é, da compreensão que tenham dos seus altos deveres constitucionais. Não visamos pessoas. Estas recomendar-se-ão pela conduta que observarem e fizerem observar no pleito. Se as urnas forem conspurcadas pela lama da fraude, acabará de esfrangalhar-se a lei eleitoral vigente, que não poderá prevalecer sem aniquilar o próprio regime republicano.

Anistia

A convicção da imperiosa necessidade da decretação da anistia está hoje, mais do que nunca, arraigada na consciência nacional. Não é apenas esta ou aquela parcialidade partidária que a solicita. É o país que a reclama. Trata-se, com efeito, de uma aspiração que saturou todo o ambiente.

A Aliança Liberal, pelos seus líderes, pelos seus candidatos, pelos seus órgãos no Congresso e na imprensa, já se pronunciou, reiterada e solenemente, sobre esse relevante e inadiável problema, concretizando o seu pensamento em projeto que foi submetido à consideração do Senado.

A anistia constitui uma das suas mais veementes razões de ser. Queremo-la, por isso mesmo, plena, geral e absoluta, ressalvados tão somente os direitos adquiridos dos militares do quadro.

As leis compressoras

Pode-se asseverar, sem temor de contradita, que a anistia será de providência incompleta sem a revogação das leis compressoras da liberdade do pensamento. É que estas, tanto quanto a ausência daquela, concorrem também para manter nos espíritos a intranquilidade e o fermento revolucionário. Conjugam-se, assim, nos seus efeitos deploráveis.

Não contesto, é lógico, a conveniência e oportunidade das leis de defesa social. As que possuímos, entretanto, sob esse rótulo não se recomendam, nem pelo espírito nem pela letra.

Somos, pois, pela sua substituição por outras, que se inspirem nas necessidades reais do país e não se afastem dos princípios sadios de liberalismo e justiça. Se doutro modo procedêssemos, teria falhado ao seu destino, traído os seus compromissos o formidável movimento de opinião que suscitou e ampara os candidatos liberais.

Não são, aliás, as garantias individuais as únicas necessitadas de ampliação e fortalecimento. Cumpre tornar também mais eficientes as que asseguram a autonomia dos estados, sobretudo em matéria administrativa.

Legislação eleitoral

É uma dolorosa verdade, sabida de todos, que o voto, e portanto a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados, não passam de burla, geralmente, entre nós. Em grande parte do Brasil, as minorias políticas, por mais vigorosas que sejam, não conseguem eleger seus representantes nos conselhos municipais, nas câmaras legislativas estaduais nem no Congresso Federal.

Quando se trata deste último, para aparentar cumprimento do princípio da lista incompleta da lei eleitoral, algumas das situações dominantes nos estados destacam um ou mais nomes que fazem de oposição, mas, em realidade, tendo a mesma origem, são tão governistas como os demais. Noutros estados, a representação das minorias, em vez da conquista de um direito, é um ato da munificência dos governos, uma outorga, um favor humilhante.

Alega-se que as minorias políticas só não se fazem representar nas assembleias legislativas quando não constituem forças ponderáveis de opinião. Raramente é isso exato. Muito mais frequente é o caso de núcleos fortes de oposição com inegável capacidade de irradiação e proselitismo não conseguirem sequer pleitear seus direitos nas urnas porque são triturados pela máquina oficial, pela violência, pela compressão, pela ameaça, obrigados à submissão ou à fuga, quando impermeáveis à sedução ou ao suborno. Se, por milagre, chegam às vezes a escapar a todos esses fatores conjugados, acabam vencidos, afinal, pela fraude.

Não exagero nas tintas da paisagem política do país. Em muitos estados, excetuadas as capitais e algumas cidades mais importantes, não se fazem eleições. Dias antes dos pleitos, os livros eleitorais percorrem a circunscrição, recebendo as assinaturas dos eleitores “amigos”. De acordo com essa coleta, lavram-se as correspondentes atas, que são encaminhadas, após, com todas as exteriores formalidades oficiais. No dia do pleito, ao se apresentarem, os eleitores oposicionistas e os fiscais dos respectivos candidatos não encontram nem os mesários nem um oficial público, ao menos, para o efeito dos votos em cartório ou lavratura de protestos.

Quarenta anos de regime republicano radicaram, com efeito, em muitas localidades e não apenas nos sertões, a fraude sistematizada, em nome da qual falam os representantes da nação, que recebem do Centro a força e o apoio indispensáveis a sua permanência nas posições, ao mesmo passo em que, por sua vez, emprestam ao Centro a solidariedade absoluta de que o mesmo não pode prescindir.

A troca recíproca de favores, que constitui o caciquismo, o monopólio das posições políticas; a permuta de ardilosos auxílios, que calafetam todas as frestas por onde pode passar um sopro salutar de renovação – eis o regime vigorante, frondosamente, no Brasil. Existem, é certo, auspiciosas exceções, cuja enumeração se torna desnecessária, tão evidentes são elas.

O voto secreto, medida salutar, aconselhável para assegurar a independência do eleitor, não é bastante para evitar a prática das tranquiérbias políticas. É preciso que a presidência das mesas eleitorais seja entregue a magistrados, cujas funções se exerçam cercadas de completas garantias, de ordem moral e material, inacessíveis, assim, ao arbítrio dos mandões do momento.

Com o voto secreto, institua-se, pois, o alistamento compulsório de todo cidadão brasileiro alfabetizado e entregue-se a direção das mesas eleitorais à magistratura federal togada. É este o conjunto de providências que julgo indispensáveis à genuína representação popular. Impedir-se-á, por meio delas, a fraude no alistamento, na votação e no reconhecimento.

Só assim a opinião pública ficará tranquilizada quanto ao livre exercício do direito de voto. Só assim alcançaremos o saneamento das nossas praxes políticas e a restauração das normas da democracia.

Justiça federal

A ninguém escapa, hoje, a compreensão da necessidade de se reorganizar a Justiça Federal, cuja lentidão é consequência, geralmente, de dispositivos arcaicos, incompatíveis com a nossa extensão territorial e a nossa densidade demográfica.

Uma providência sobre cuja oportunidade há muito todos estão de acordo é a criação dos tribunais regionais. Não obstante, até agora nada se fez nesse sentido. Convém abreviar a decretação não só dessa medida, como de outras já apontadas por autoridades na matéria, tendentes a aperfeiçoar o mecanismo interno da Justiça da União.

Além disso, a reforma deve, igualmente, ter em vista os requisitos e condições que forem determinados pela alteração, nos termos que propus, da lei eleitoral, cuja aplicação ficará compreendida na órbita das atribuições dos juizes federais e seus suplentes, todos togados e de nomeação sujeita a exigências e garantias acauteladoras.

Ensino secundário e superior – liberdade didática e administrativa

Tanto o ensino secundário quanto o superior reclamam alterações que lhes arejem e atualizem os métodos e disciplinas. Essa reforma é das que não comportam adiamento.

Como bem assinalou o Manifesto da Convenção Liberal, referindo-se ao ensino superior, “os cursos de especialização praticamente não existem entre nós” e “as ciências econômicas, as disciplinas financeiras e administrativas, os cursos de literatura, de higiene, para só citarmos alguns, diluem-se, no nosso sistema universitário, em cursos gerais, pragmáticos e de alcance reduzido”.

É de lamentar-se, especialmente, que tão poucos tenhamos sido até agora no tocante à instituição de cursos técnico-profissionais, cujas vantagens ninguém mais contesta. Os excelentes resultados já obtidos nos poucos estados onde eles funcionam bem demonstram, iniludivelmente, a necessidade de os difundir.

A conveniência da emancipação do ensino superior é, hoje, também indiscutível. Reclama-se, e com razão, para os institutos onde é ministrado, a liberdade didática e a liberdade administrativa, sem prejuízo da unidade do ensino. Julgo recomendável, por exemplo, o regime das universidades autônomas, tal como se está ensaiando, com êxito, em Minas Gerais.

De qualquer forma, o que não parece lícito é persistirmos na atitude, entre receosa e displicente, ditada por um mal entendido conservantismo, diante do que se nos afigura novidade temerária e, no entanto, é já uma velha conquista noutros países.

Autonomia do Distrito Federal

A experiência, que diz sempre em todos os assuntos a última palavra, demonstrou já, e de sobejo, os inconvenientes do regime misto a que está subordinado o Distrito Federal.

Opinamos pela autonomia na capital da República. Seria tempo, aliás, de se lhe reconhecer a maioria política e administrativa, quando mais não fosse, pela imprestabilidade da curatela que se lhe deu. Outras razões, porém, que estão no conhecimento de todos, concorrem para tornar oportuna, agora, essa fundamental modificação.

Escolhendo, por iniciativa própria, os seus governadores, poderá o Distrito tomar-lhes contas diretamente, fiscalizá-los com eficiência, como é da essência das instituições republicanas. Não é justo nem é lógico, afinal, que se continue a deixar de reconhecer à maior e mais adiantada das capitais do Brasil a elementar capacidade administrativa atribuída, indiscutivelmente, a todos os componentes da Federação, ainda os menos prósperos e cultos.

Questão social

Não se pode negar a existência da questão social no Brasil como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos.

O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes, e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do Bureau Internacional do Trabalho, cujas convenções e conclusões não observamos.

Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice. A atividade das mulheres e dos menores nas fábricas e estabelecimentos comerciais está, em todas as nações cultas, subordinada a condições especiais que, entre nós, até agora, infelizmente, se desconhecem. Urge uma coordenação de esforços entre o governo central e os dos estados para o estudo e adoção de providências de conjunto, que constituirão o nosso Código do Trabalho.

Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o salário e até o recreio, como os desportos e cultura artística. É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo etc.

Quanto ao operariado das cidades, uma classe numerosa existe cuja situação é fácil de melhorar. Refiro-me aos que empregam suas atividades nas empresas telefônicas e nas de iluminação e viação urbanas. Bastará que se lhes estenda naturalmente, dada a similitude das ocupações, o benefício das caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, benefício de que já gozam, igualmente, os portuários.

Idêntica providência deverá abranger também os marítimos e os empregados do comércio, de conformidade com os respectivos projetos que se arrastam nas Casas do Congresso. Os poderes públicos não podem e não devem continuar indiferentes aos apelos dessas duas grandes classes e doutras com iguais direitos e necessidades, tanto mais quanto a sua melhoria nenhum ônus acarretará aos cofres do país.

Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso agrupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre

iniciar quanto antes – a valorização do capital humano. Por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.

Imigração

Essa política de valorização do homem, ao mesmo tempo que melhorará as condições dos atuais habitantes do país, facilitará o encaminhamento de correntes imigratórias selecionadas.

Nenhuma atração exercerá, realmente, o Brasil sobre bons operários rurais e urbanos do estrangeiro enquanto a situação do proletariado entre nós se mantiver no nível em que se encontra.

Durante muitos anos encaramos a imigração exclusivamente sob os seus aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade.

Exército e Armada

O instinto de conservação e defesa aguça-se nos povos à medida que se intensifica o seu desenvolvimento material. A acumulação de riquezas é que, por via de regra, os torna vigilantes e cautelosos, consoante a observação de James Bryce a propósito dos Estados Unidos. Só as nações pobres são imprevidentes; só se despreocupam da sua segurança os países que, economicamente, pouco têm a perder. É uma lei histórica inelutável, que dispensa exemplificação.

Não se explica, por isso mesmo, o nosso descaso, no tocante às forças armadas, já que é incontestável, sob muitos aspetos, o progresso material do Brasil. Devemos cogitar de pôr as instituições militares à altura da sua imensa responsabilidade, harmonizando-as com o crescimento da fortuna pública e privada, de que elas são a garantia natural.

Além disso, o sentimento do dever militar, que desse modo ainda mais se enraizará, é um fator imprescindível ao enrijamento da consciência cívica e do espírito de nacionalidade. O sorteio militar, como o praticamos, foi um grande passo nesse sentido, porém ainda deixa muito a desejar. Será oportuno reformar a lei do serviço obrigatório, para aperfeiçoá-la, no sentido de se dar inteira solução ao problema da conscrição militar. Atingida a maioria, todo brasileiro deve estar obrigado a justificar a sua posição em face do serviço militar, mediante provas de inscrição na reserva ou no alistamento. Essa situação constará de uma caderneta, a qual terá fé pública e servirá de prova de identidade da pessoa e de título de eleitor. A cidadania será, assim, uma consequência do serviço militar, à maneira do que acontece noutros países.

Um dos maiores males de que sofre o nosso Exército é o regime dos corpos sem efetivos ou com efetivos reduzidíssimos. Tal regime é prejudicial à instrução da tropa, além de enfraquecer o organismo das unidades e, portanto, a sua eficiência. Na medida dos recursos do erário, deve-se prover o Exército do material que lhe é indispensável, sobretudo no que se refere à artilharia e à aviação. Paralelamente, não devemos poupar esforços para desenvolver, entre nós, a indústria militar, com o aperfeiçoamento dos arsenais. Libertando-nos, tanto quanto possível, dos mercados estrangeiros na compra de material bélico, ao mesmo tempo fortaleceremos a nossa capacidade de resistência militar e deixaremos de drenar para o exterior o ouro que tais aquisições, agora, nos exigem.

A rigorosa justiça nos acessos de posto e nas comissões contribuirá com a dotação dos imprescindíveis recursos técnicos para estimular a oficialidade nas suas justas aspirações e no exercício de seus árduos deveres. Atualmente, falta ao Exército uma lei que regule as promoções, garantindo direitos e definindo o merecimento militar, de modo a cada oficial ter

conhecimento do seu número na relação geral para os acessos. Julgo também de salutar efeito o rodízio dos oficiais pelos diferentes estados, o que lhes permitirá obter conhecimento exato das condições gerais do país; a valorização dos serviços dentro dos regimentos, tomando-se em consideração as localidades onde aquartelarem; a construção de casas para residências, nas guarnições longínquas.

Carece de modificações a Justiça militar, e este é um ponto de inocultável delicadeza, tão profundamente interessa ele à disciplina das tropas.

Se o quadro que nos oferece o Exército está longe de ser satisfatório, menos ainda o é o da Marinha de Guerra, privada, como se acha, mais do que aquele, de eficiente aparelhagem material. A nossa esquadra é quase um anacronismo, tão afastada se encontra ela das condições atuais de técnica naval, em matéria de armamentos e unidades de combate. Não é passível de discussão ou dúvida a necessidade da aquisição de novos navios. Não menor é, também, a conveniência de iniciarmos a fabricação quer de munições, quer de vasos de guerra, embora de pequena tonelagem, como cruzadores ligeiros, contratorpedeiros etc. Presentemente, seria infantil esperar tudo isso da capacidade dos nossos estaleiros e arsenais. Devemos começar pela remodelação e ampliação desses estabelecimentos.

Convém organizar, desde logo, um programa naval, a que os governos devem ir dando paulatina execução, dentro dos recursos disponíveis. Reconstituiremos, assim, metodicamente, a nossa esquadra.

Desprezada a observância das linhas devidamente prefixadas deste programa, nada mais faremos do que perder tempo e dinheiro em iniciativas oscilantes e contraditórias, ao sabor das administrações que se sucedem, sem espírito de continuidade.

Hoje em dia, os nossos vasos de guerra não se movimentam, ou por falta de verba para o custeio das viagens de exercício ou porque não satisfazem aos requisitos de franca e segura navegabilidade. Essa é, sem subterfúgios ou inúteis eufemismos, a situação da Marinha de Guerra do Brasil.

A oficialidade adquire nas escolas conhecimentos que não pode aplicar, por falta de material. Burocratiza-se, desse modo, aos poucos, perdendo o estímulo e o gosto pela profissão.

Além da ausência de aparelhamento material, resente-se, ainda, a esquadra das deficiências das suas leis e regulamentos, sobretudo no tocante a promoção, rejuvenescimento dos quadros etc.

Nenhum brasileiro poderá deixar de reconhecer que urge reagir contra essas deploráveis condições. Tudo quanto a nação realizar para tornar eficientes as suas forças terrestres e marítimas encontrará nessa mesma eficiência a melhor compensação.

O papel do Exército e da Armada, em todos os acontecimentos culminantes da nossa história, tem sido sempre glorioso e decisivo. Até agora, não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes militares. O crédito destas sobre a gratidão nacional é largo e duradouro. Elas foram, invariavelmente, guardas da lei, defensoras do direito e da justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais, à função de simples autômato, como instrumento de opressão e de tirania, a serviço dos dominadores ocasionais.

Daí as hostilidades, surdas ou abertas, que contra elas têm sido desfechadas; daí, a situação material a que se acham reduzidas.

Mas, por isso mesmo, também é tempo de a nação afinal, num movimento irreprimível de justiça, corrigir as desconfiças e preterições que sobre ela pesam, absurda e clamorosamente.

Funcionalismo público

O recente acréscimo de vencimentos dos funcionários da União está longe de corresponder à difícil situação material em que os mesmos, na sua grande maioria, se debatem. O problema do funcionalismo, no Brasil, só terá solução quando se proceder à redução dos quadros excessivos, o que será fácil, deixando-se de preencher os cargos iniciais à medida que vagarem.

Providência indispensável também é a não decretação de novos postos burocráticos durante algum tempo, ainda mesmo que o crescimento natural dos serviços públicos exija a instituição de outros departamentos, nos quais poderão ser aproveitados os empregados em excesso nas repartições atuais.

Com a economia resultante quer dos cortes automáticos, que a ninguém prejudicarão, quer da impossibilidade de criação de cargos novos, poderá o governo ir melhorando, paulatinamente, a remuneração dos seus servidores, sem sacrifícios para o erário.

Majorando-lhes desse modo os vencimentos e cercando-os de garantias de estabilidade e de justiça nas promoções e na aplicação dos dispositivos regulamentares, terá o país o direito de exigir maior rendimento da atividade e aptidões dos respectivos funcionários, que, então, sim, não deixarão de se consagrar exclusivamente ao serviço público, desaparecida a necessidade de exercer outros mistérios fora das horas de expediente, como, agora, não raro, acontece, por força das dificuldades com que lutam.

A carestia da vida e o regime fiscal

A carestia da vida, entre nós, resulta em boa parte da desorganização da produção e dos serviços de transporte. O fenômeno mundial é, aqui, consideravelmente agravado por esses dois fatores.

Ao excessivo custo da produção e dos fretes, excesso que a imprevidência atual permite e estimula, entrelaçam-se as exigências ilógicas do fisco em taxações desordenadas. Efetivamente, ao passo que uns produtos gozam de inexplicáveis benefícios, esgueirando-se através das complexas redes fiscais, sobre outros, de consumo forçado, recaem múltiplas taxas e impostos.

Muitas dessas anomalias decorrem, por certo, da nossa política protecionista; outras devem, antes, ser atribuídas à lacunosa aplicação das leis. A origem de todas, em suma, é a desorientação governamental. O que se impõe é a cuidadosa revisão das nossas fontes de renda, algumas das quais já não podem dar o que delas inicialmente se exigiu, senão com o duplo sacrifício do produtor e do consumidor. Em compensação, outras suportam majorações graduais.

Onde a necessidade de revisão se faz sentir mais imperiosamente é nas tarifas aduaneiras. Urge atualizá-las, pô-las de acordo com as imposições da nossa vida econômica, classificá-las, tornando-as, pela sua simplicidade, acessíveis à compreensão do público.

Nossa legislação alfandegária é antiquada, contraditória, complicadíssima e extravagante. Há tarifas absurdas, quase proibitivas, gravando a entrada de certas mercadorias, sem vantagem alguma para a nossa produção, em detrimento da arrecadação fiscal e que só incitam à prática do contrabando.

Devemos manter o critério geral, protecionista, para as indústrias que aproveitam a matéria-prima nacional; não assim para o surto de indústrias artificiais, que manufaturam a matéria-prima importada, encarecendo o custo de vida em benefício de empresas privilegiadas. Sob o fundamento da existência de similar nacional, gravam-se vários artefatos indispensáveis ao desenvolvimento de serviços públicos e obras particulares, que ficam sobrecarregados de esdrúxulos tributos.

Toda a nossa legislação fiscal acusa os mesmos defeitos de que sofrem as tarifas alfandegárias. Um dos mais deploráveis, pela anarquia a que dá margem, é, sem dúvida, a

ausência de clareza nos textos das leis e regulamentos. Estes e aquelas são diversamente interpretados, com frequência, nas diferentes repartições. Dentro de cada uma destas, nem sempre é, também, uniforme a jurisprudência, que varia igualmente através de decisões das mais altas autoridades da Fazenda. Esta situação origina contínuos conflitos entre o fisco e os contribuintes. O comércio, sobretudo, é atingido por muitas e muitas vezes injustas. Para piorar, o pronunciamento final do respectivo ministério, nos recursos dos prejudicados, é difícil e vagaroso, precisamente pelo acúmulo de serviço que essa balbúrdia determina.

Ao mais leve exame do assunto, forma-se logo a convicção de que o fisco federal contribui para a carestia das subsistências não tanto pelo valor dos impostos em si, como pelos processos de arrecadação, pela defeituosa incidência de muitos deles, pela falta de critério econômico, em suma, na distribuição dos gravames.

Pode-se, pois, atenuar essa como causa do mal-estar das camadas populares sem diminuição dos recursos do Tesouro, indispensáveis aos compromissos e exigências da administração. Bastará que se proceda a uma taxação equitativa, de acordo com as possibilidades de cada produto e as necessidades do seu consumo.

Difícil será essa tarefa, não há dúvida, enquanto prevalecerem os métodos vigentes, o rudimentar empirismo legislativo que nos caracteriza. É preciso que o poder competente tenha contato com a realidade e não se deixe orientar, como em geral acontece, por interessados que mal se disfarçam quando se trata de criar, reduzir ou suprimir impostos.

Estou certo de que é chegado o momento de encararmos com serenidade, agudeza e patriotismo estes e outros problemas vitais da nacionalidade. As classes dirigentes, cada vez mais eficientemente fiscalizadas pela opinião pública, na capital e nos estados, já devem ter compreendido que é mister corresponder, em toda a amplitude e não apenas parcialmente, por exceção, às suas responsabilidades e à confiança do país.

O plano financeiro

Nada tenho a acrescentar às considerações que, não há muito, expendi acerca do plano financeiro. O êxito deste, em última análise, decorrerá da situação geral do país. É um truísmo esta afirmativa. Não me parece, entretanto, supérflua para assinalar a necessidade de enfrentar o problema com a visão de conjunto e não apenas unilateralmente.

A política do atual governo da República foi, logicamente, dada a época do seu lançamento, uma política de restauração financeira. Seu plano está ainda na primeira fase, aliás, a mais importante e de mais urgente necessidade: a estabilização do valor da moeda. Realizada esta, tornava-se necessário um compasso de espera, para que, em torno da nova taxa cambial, se processasse o reajustamento da nossa vida econômica. Após o decurso de um tempo que não pode ser fixado com precisão, porque depende do nosso desenvolvimento econômico, do aumento da nossa capacidade produtora e do estoque de ouro da Caixa de Estabilização, é que se poderá atingir a parte final do plano: o resgate do papel inconversível e a instituição da circulação metálica.

Entendo que o sucessor do eminente Sr. Washington Luís deve manter e consolidar esse plano, pois muito maiores seriam os prejuízos resultantes do seu abandono do que os benefícios, pouco prováveis, que pudessem ser colhidos com a adoção de outra diretriz. Só a prática, aliás, fornece a prova decisiva da eficiência de quaisquer planos e sistemas, ainda os de mais sólida e perfeita arquitetura. Por isso mesmo, quando opino, em princípio, pela manutenção e consolidação da política financeira em vigor, não excludo, é claro, a possibilidade de se lhe introduzirem as modificações e melhoramentos que a experiência aconselhar.

Desenvolvimento econômico

Nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico. Para a determinação do rumo a seguir, é mister o acurado exame do ambiente geral da nossa atividade, mediante o balanço das possibilidades nacionais e o cálculo dos obstáculos a transpor.

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários.

A agricultura, embora florescente em muitas zonas, resente-se por toda parte da falta de organização e de método. Possuímos excelentes condições de clima e de solo para a cultura do trigo; não nos faltam ricas jazidas de carvão. Entretanto, só no carvão e no trigo que importamos, anualmente, despense o Brasil mais de um milhão de contos. Se a nossa hulha negra não é das melhores, não é, tampouco, imprestável. Cumpre, portanto, aproveitá-la, adaptando as fornalhas à sua queima. É o que já se está fazendo, em larga escala, no Rio Grande, cuja viação férrea e cujas indústrias consomem, por ano, mais de 300.000 toneladas do carvão de pedra rio-grandense. Com a utilização sistemática do carvão nacional, com o aproveitamento gradual das quedas d'água e com o uso do álcool adicionado, em percentagens razoáveis, a óleos que nos faltam, fortalecer-se-á a economia do país, evitando-se, assim, a perda de grande parte do ouro que atualmente empregamos na compra de combustíveis estrangeiros.

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente para os seus possuidores e para a coletividade subdividir a terra, a fim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros como a nacionais a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes. Para o completo êxito de tal obra, contribuiriam os poderes públicos disseminando, em pontos convenientes, aprendizados agrícolas e facilitando os transportes.

Essa iniciativa parece-me bem mais útil e oportuna do que suscitar o aparecimento de indústrias artificiais. O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis.

Daí a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige: é também a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.

Convênios e tratados de comércio

Visando à maior expansão do nosso comércio exportador, é oportuno cogitar de lhe obter facilidades ou ampliar as de que já goza nos países para os quais se encaminhar ou nos quais possa encontrar probabilidades de boa aceitação.

Somos excelente mercado importador de numerosos produtos oriundos de diferentes nacionalidades. Por isso mesmo, creio, não nos será difícil, numa permuta racional de benefícios, conseguir, em muitas delas, melhor tratamento alfandegário para alguns dos nossos artigos, quer mediante a possível revisão dos tratados e convênios existentes, quer promovendo a lavratura de outros.

A diplomacia orienta-se, cada vez mais, no sentido dos problemas econômicos. Entre os serviços que dela exigem as nações, cresce dia a dia a parte referente à defesa e propaganda dos produtos do seu solo e das suas indústrias. É de justiça assinalar que os representantes do Brasil no exterior, principalmente sob a atual direção, têm dado brilhantes e reiteradas provas dessa compreensão prática dos seus deveres.

Instrução, educação e saneamento

Para atender às exigências destes três problemas imperiosos e conexos, reputo inadiável a criação de uma entidade oficial técnica e autônoma, com o seu raio de ação benéfica estendido ao Brasil todo. A atividade dessa repartição coordenadora exercer-se-á não só dentro da esfera das privativas atribuições constitucionais da União, como também junto às administrações dos estados, com os quais colaborará, mediante convênios, para a conjugação de esforços, provendo de recursos os governos regionais cuja situação financeira assim o reclamar.

Quanto ao desenvolvimento da instrução pública, é preciso generalizar cautelosamente algumas providências isoladas, que, nesse particular, já se praticam em circunscrições nacionais de mais densa população de origem estrangeira, nas quais a União subvenciona regular número de escolas, auxiliando, assim, os estados respectivos.

Não só o alienígena e seus descendentes, porém, necessitam de instrução efetiva e gratuita. Se a eles se deu preferência, com o intuito de mais rapidamente nacionalizá-los, a verdade é que os interesses da nacionalidade não são menos exigentes no tocante à alfabetização dos habitantes das zonas do interior do país, até onde ainda não chegaram quaisquer levadas imigratórias.

Pouco será, sempre, tudo quanto se fizer – e até agora quase nada se tem feito – no sentido de melhorar as condições dos habitantes do país, sob o tríplice aspecto moral, intelectual e econômico.

Creio mesmo que é chegada a oportunidade da instituição de um novo ministério que sistematize e aperfeiçoe os serviços federais, estaduais e municipais existentes com esse objetivo e cuja eficiência tanto deixa a desejar, por efeito, justamente, em grande parte, da sua desarticulação, isto é, da falta de contato real e entendimentos práticos.

As obras contra as secas

Uma das decorrências dessa medida fundamental será o imediato exame da situação atual das obras do Nordeste contra o flagelo periódico das secas.

Já o disse, em documento que teve larga divulgação, e agora repito, com a maior firmeza, que se torna inadiável retomar o plano humanitário de amparo à população e de valorização econômica dos territórios, de acordo com as ideias do eminente senador Epiácio Pessoa, que lhes deu execução quando na Presidência da República.

Os trabalhos devem obedecer a um plano rigorosamente técnico, abrangendo o estudo e levantamento do terreno, a cultura das terras, a abertura de estradas, a construção de obras de barragens e de irrigação, para a criação de centros produtores permanentes.

Se para a Aliança Liberal esta promessa representa um compromisso de honra, para o seu candidato será o mais grato dos deveres. Por isso mesmo que, como afirmei algures, tem raízes fundas na minha sensibilidade de brasileiro e no meu pensamento de homem público a preocupação pela sorte das populações do Nordeste, cuja fortaleza física é tão grande que lhes tem permitido resistir, sozinhas, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclassificável imprevidência.

Colonização da Amazônia

Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia.

Este é, sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista da nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica. Nos grandes países industriais, a borracha é, hoje, tão indispensável como o ferro, o carvão e o petróleo.

A mais impressionante demonstração dessa influência vital da borracha, quer na Europa, quer nos outros continentes, encontramos-na, sem dúvida, numa série de crônicas sensacionais de viagem do publicista francês Georges Le Fevre. Ao mesmo tempo que revela, através de abundantes dados estatísticos, a fome universal de *caoutchouc*, o escritor assinala o cuidado, o carinho, os requintes de precauções, enfim, mediante os quais se obtém da cultura da Hevea resultado compensador nas possessões britânicas e holandesas. O aparelhamento científico de que estas dispõem exige dispêndios formidáveis, com o custeio de laboratórios, sob a direção de verdadeiros sábios. Não obstante, o rendimento das culturas é ainda inferior às necessidades do consumo e sê-lo-á cada vez mais, pois diariamente surgem novas formas de utilização da borracha.

Ora, justamente porque, entre nós, a produção se verifica em condições especialíssimas, com inigualável facilidade, o Brasil pode e deve ser, dentro em breve, uma das vozes decisivas nos mercados da borracha, em vez de simples caudatário, como tem sido até hoje. Para isso, não lhe bastará o produzir na maior escala possível. A simples exportação da matéria-prima, por maior que seja a respectiva tonelagem, não nos dará, com efeito, a chave do problema. É necessária, também, a industrialização do produto dentro do país.

Não terá, porém, encarado o assunto sob os seus aspectos práticos quem julgar possível ao Brasil influir vigorosamente nas transações universais do *caoutchouc* antes de sanear e povoar as zonas produtoras. Uma das muitas dificuldades em que tropeçamos, agora, na Amazônia, é a escassez de braços. Urge encaminhar para ali correntes imigratórias. Mas, isso, afinal, será um crime, que comprometerá o êxito da obra e os nossos foros de povo civilizado, se, preliminarmente, não procedermos ao saneamento da região, se esta não for convenientemente preparada para receber o elemento alienígena. Por aí devemos começar, tanto mais quanto assim conseguiremos melhorar desde logo as condições de milhares de patrícios nossos, a cuja energia e espírito de sacrifícios tanto deve o país.

À medicina e à engenharia, sob a direção do novo ministério a que acima aludi, caberá função preliminar e decisiva, nesse vasto empreendimento que não pode ser adiado.

Vias de comunicação

No tocante a vias de comunicação, o que cumpre fazer inicialmente é organizar o plano de viação geral do país, de modo que as estradas de ferro, as rodovias e as linhas de navegação se conjuguem e completem.

Atualmente observa-se, nesse particular como em tantos outros, a mais lamentável desarticulação. É um mal que urge corrigir. Essa falta de correspondência, de entrosagem, agrava sobremaneira os efeitos da deficiência do nosso aparelho de circulação. Obtida a possível ligação entre si das diferentes redes de comunicação dos estados, ter-se-á aumentado de maneira considerável o rendimento delas em proveito das conveniências superiores da nação. Não me parece difícil atingir esse objetivo com a execução de algumas obras

suplementares e revisão de outros tantos traçados para abreviar os necessários entroncamentos.

Entre as grandes linhas férreas que a nação reclama, uma das de maior alcance é a chamada “Tocantins”. Refiro-me especialmente a esta porque é típica. Iniciadas no governo Epitácio Pessoa, as obras dessa estrada foram, pouco depois, suspensas. Com a construção de 560 quilômetros, ficará o porto de São Luís ligado ao Tocantins, cujos 800 quilômetros navegáveis seriam assim convenientemente aproveitados.

Como essa, outras vias férreas, já estudadas ou projetadas, estão a exigir a atenção dos governos, visto constituírem obras, por assim dizer, subsidiárias de rios navegáveis cuja utilização, sem elas, é precária, senão impossível.

Para que se possa intensificar, como convém, a cultura do algodão, capaz, por si só, de fazer a prosperidade e a riqueza do Norte do Brasil, impõe-se a ampliação, ali, das rodovias e linhas férreas. Esse problema, que se engranja no das obras contra as secas, encontrará em mim toda a simpatia para a sua oportuna solução.

A nossa legislação sobre portos é antiquada e deficiente. É preciso revê-la, sobretudo no sentido de dar maior amplitude à liberdade de comércio. Assunto igualmente de excepcional importância para a nossa prosperidade econômica e aumento da exportação é a questão dos fretes marítimos. A elevação destes entrava o desenvolvimento do comércio e, portanto, a expansão das nossas forças produtoras.

Nada mais justo do que o amparo da nossa legislação à marinha mercante nacional. As vantagens da existência de várias empresas de cabotagem, entretanto, são anuladas pelo truste oficial dos fretes, que torna impossível a livre concorrência. As companhias beneficiárias da exclusividade no serviço de cabotagem não procuram, infelizmente, melhorar, como é necessário, as condições técnicas de seus navios, de modo a torná-los menos dispendiosos e aumentar-lhes o rendimento. Daí, as dificuldades com que lutam e para cuja remoção só encontram, invariavelmente, aumento de subvenções ou majoração dos fretes.

A pecuária

Não se pode negar que a agricultura nacional já atingiu um grau notável de desenvolvimento, sobretudo nos estados para onde se encaminharam as correntes imigratórias. Relativamente à pecuária, entretanto, o que se tem feito é pouco, é quase nada.

Possuímos, sem dúvida, o maior rebanho bovino do mundo. Não obstante, a nossa situação no comércio de carnes é destituída de qualquer relevo. Os Estados Unidos e a maior parte dos países da Europa até agora vedam ou sujeitam a vexatórias restrições a entrada das carnes procedentes dos frigoríficos brasileiros sob o fundamento da existência da febre aftosa endêmica em nossos rebanhos. A subalternidade deprimente da nossa posição, num comércio em que podemos influir poderosamente, exige providências radicais. Não temos necessidade de inventar remédios. Aí está, para nos orientar, o exemplo de outros países de mais ou menos idênticos recursos pastoris.

Os fatos demonstram que, enquanto o consumo da carne aumenta, com o crescimento das populações, os estoques de gado ou diminuem ou não crescem na mesma proporção nos países que detêm o recorde do fornecimento mundial.

O mais rudimentar patriotismo indica, assim, aos dirigentes do Brasil, a conveniência da adoção de medidas apropriadas a ampliar, nos mercados universais, a nossa contribuição de produtos pecuários, como lãs, couros, banhas, conservas, carnes preparadas pelos processos do frio, gado em pé etc.

Trata-se de uma das nossas mais vigorosas fontes de riqueza, cuja exploração em larga escala viria contribuir para o equilíbrio da balança comercial da República.

Entre outras providências, seriam de preponderante alcance no desenvolvimento dessa exportação: convênios comerciais, ou entendimentos de consumo; a redução de fretes e o aperfeiçoamento do material e métodos administrativos das nossas empresas de navegação.

Reforma do Banco do Brasil

Na remodelação do Banco do Brasil, tal como a exigem as necessidades da economia nacional, convirá que ele deixe de ser um concorrente comercial dos outros institutos de crédito, a fim de poder sobre estes exercer função de controlador, como propulsor do desenvolvimento geral, auxiliando, nesse caráter, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, liderando, em suma, todo o nosso sistema bancário, no sentido do contínuo engrandecimento do país.

Atingir-se-á esse objetivo mediante a criação de carteiras especiais para o comércio, para a agricultura, para as indústrias etc.

Defesa da produção

Além do café, de que tratarei separadamente, outros produtos estão a reclamar proteção e defesa.

O que ocorre com o açúcar, por exemplo, é típico. O plano de defesa que agora se executa não corresponde nem aos verdadeiros interesses do país nem às necessidades reais da lavoura e das usinas. Não há muito, em entrevista ao Diário da Manhã, de Recife, tive oportunidade de me pronunciar a respeito. Os fatos posteriores não modificaram, antes confirmaram a minha opinião. Por isso, reproduzo-a na íntegra. O plano está falhando, sobretudo, por um erro de organização nos negócios de venda. A chamada quota de sacrifício permite que o açúcar seja vendido, nos mercados exteriores, a preço bastante inferior à taxa fixada para as vendas no interior. Mas esta medida não poderá dar resultados satisfatórios, positivos. Entendo que o problema só terá solução quando for criada no Banco do Brasil uma carteira agrícola. Esta deverá atender às necessidades do produtor, isto é, facilitar-lhe os recursos necessários tanto para o desenvolvimento da produção quanto para o aperfeiçoamento do produto. Resumindo, precisamos amparar o produtor, fornecendo-lhe numerário de acordo com as disponibilidades de seu crédito; melhorar os processos técnicos de cultura, para baratear o custo da produção. Assim, valorizaremos o produto em benefício do agricultor e do usineiro em vez de formar trustes para enriquecimento de intermediários e açambarcadores. A valorização será contida dentro de margem razoável de lucro, de modo a evitar o encarecimento do produto em prejuízo do consumidor e a injustificável anomalia de comprarmos o nosso açúcar, no país, por preço superior ao da sua venda no estrangeiro.

O que aí se preconiza, em relação ao açúcar, tem aplicação plena quanto ao algodão, aos cereais em geral, à erva-mate, ao cacau etc. É o que se tem feito, no meu estado, com o charque, com o arroz, a banha e o vinho, mediante a organização de sindicatos e cooperativas, que não elevaram, absolutamente, o custo desses artigos. No Rio Grande, o governo intervém junto aos produtores apenas com o adiantamento de numerário, garantido pela produção, e com a fiscalização, por intermédio de seus departamentos sanitários, a fim de firmar a excelência da mercadoria e regularizar a exportação. O controle assim exercido habilita o poder público a impedir explorações e abusos.

O café

A defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil; por isso que esse produto concorre com mais de dois terços do

ouro necessário ao equilíbrio da nossa balança comercial. Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda.

O plano que agora falhou, com estrépito, alarmando o país todo, visava menos à defesa propriamente dita da produção cafeeira do que a sua valorização imediata. Esta deve ser alcançada não de chofre, mas logicamente por etapas, em consequência daquela. Majorar o preço de determinada mercadoria nem sempre é defendê-la: pode ser prejudicá-la. Se isto ocorre mesmo quando se tem a exclusividade da sua produção, pois o custo alto restringe o consumo e suscita o aparecimento dos sucedâneos, com mais razão se verifica, é claro, quando, como no caso do nosso café, existem concorrentes, e concorrentes em especiais condições de êxito, pela sua maior proximidade do principal mercado receptor.

A valorização do café, como se fazia, teve esse tríplice efeito negativo: diminuiu o consumo, fez surgir sucedâneos e intensificou a concorrência, que, se era precária antes do plano brasileiro, este a converteu em opulenta fonte de ganho. Foram, com efeito, os produtores estrangeiros e não os nossos, paradoxalmente, os beneficiários da valorização que aqui se pôs em prática. Tal valorização, aliás, dava apenas aos interessa- dos entre nós a ilusão do lucro, pois eles se satisfaziam com o elevado preço de venda, sem atentar no custo, cada vez mais exigente, da produção. Pelo barateamento desta, entretanto, é que devia ter começado a política de defesa do café. Isto é que seria racional.

Obtidas a redução dos gastos de produção e transporte, a diminuição de impostos e a supressão, tanto quanto possível, dos intermediários, que são os que mais ganham e cuja interferência a ação tutelar do Estado, por meio do Instituto respectivo, tornaria dispensável, o café, embora a preços eliminadores de qualquer concorrente, proporcionaria aos lavradores lucro pelo menos tão compensador como os auferidos em virtude da valorização artificial e muito mais certo e sólido do que os desta.

Não se sabe o que levou os governos a optar pela providência oposta. O que ninguém ignora é que dessa experiência colheu o Brasil os piores e mais amargos frutos.

Do que se tem certeza, também, é que, quando se cogitou da adoção do plano atual, não faltaram contra ele vozes de grandes autoridades na matéria. A palavra do preclaro e saudoso conselheiro Antônio Prado, por exemplo, fez-se ouvir com ponderações impressionantes que, infelizmente, não foram dignas de acatamento nos conselhos deliberativos da administração nacional. Tratava-se, não obstante, de um dos nossos estadistas mais ilustres, de uma das individualidades mais úteis socialmente, com que já contou o Brasil e, além disso tudo, um dos maiores fazendeiros de café.

A carta do conselheiro Antônio Prado, dirigida em 1921 ao eminente brasileiro que foi Nilo Peçanha, adquiriu, agora, irrecusável oportunidade, depois do desastre determinado pela inobservância dos conselhos da sua capacidade e experiência. O que se contém nesse documento, em sua crítica ao projeto então apresentado e logo após convertido em lei, para valorização do café, resume admiravelmente tudo quanto hoje se pode indicar no sentido da solução racional, econômica e patriótica do formidável problema. A sua transcrição impõe-se aqui, como homenagem ao notável administrador cuja clarividência poderia ter poupado ao país os dias amargos que está vivendo; exprime também um apelo a todos os responsáveis pela situação em que nos encontramos, para que se decidam, afinal, a encarar de frente o assunto, sob os seus aspectos basilares.

“Compreende-se” – escreveu o conselheiro Antônio Prado na citada carta, que teve, então, larga publicidade e acaba de ser reproduzida pelos principais jornais do Rio e dos estados –

“Compreende-se que, dadas certas circunstâncias perturbadoras do regular funcionamento da lei da oferta e da procura, seja conveniente a intervenção do governo no mercado do produto, mais para auxiliar o

produtor do que para valorizar o produto, porque é o mesmo que produz esse efeito. A intervenção, nesses casos, é recomendável e pode ser vantajosa para o produtor; é o caso da recente intervenção; mas criar um órgão administrativo para regularizar permanentemente o negócio do café e manter o seu preço sem cuidar de diminuir os custos da produção, e desatender às condições dos mercados, é desconhecer por completo as leis econômicas que regulam a produção e distribuição.

O produtor está vendendo o café a 25\$ a arroba, mas faltam-lhe os braços necessários para o trabalho, assim como capital, crédito, transporte barato, ensino profissional, fertilizantes da terra, e geme ao peso de impostos elevados. Desta situação, resulta que o saldo apurado é insignificante, muitas vezes nulo, em vista dos gastos da produção. Se a política adotada, em vez de consistir em elevar o preço do produto, fosse diminuir o custo da produção, dando ao produtor braços para o trabalho, capital, crédito, ensino profissional, fertilizantes da terra, transporte barato e alívio do peso dos impostos, o café poderia ser vendido por metade, ou menos, daquele preço, deixando lucro ao produtor, e o comércio seguiria seu curso ordinário; o consumo aumentaria e cessaria o perigo da concorrência dos outros países produtores, que só podem competir conosco pela elevação de preços”.

Nem a distância no tempo que vai de 1921 a 1929, nem as alternativas registradas durante tal período, nem a derrocada final a que assistimos prejudicaram as linhas mestras, os pontos definitivos dessa lição. Pelo contrário, a falência do plano oficial, que dela se afastou comprometendo profundamente a maior riqueza agrícola do país, hoje ainda mais lhe aviva e amplia a salutar significação, visto como, agora, a ruínosa experiência lhe torna as conclusões também não só indiscutíveis, mas irrecusáveis.

Além do que na carta se prescreve, em síntese, afigura-se-me ainda indispensável, atenta a fundamental influência do café na economia geral do Brasil, tornar mais íntima e efetiva a colaboração da União na defesa do produto, para manter a unidade do serviço, velar pelo cumprimento dos convênios entre os estados interessados, promover as medidas da alçada federal e intervir com os seus recursos, em caso de necessidade.

Eis, senhores, em solene e definitiva reafirmação, pelo órgão do seu candidato, o pensamento da Aliança Liberal sobre a atualidade brasileira. A direção que recomenda, as providências que aconselha, as medidas que se propõe executar compreendem pontos fundamentais da economia, cultura e civismo da nacionalidade.

Passou a época dos subterfúgios e procrastinações. Politicamente, a impressão que nos dá o Brasil é de um arriéré, ainda que se restrinja o confronto apenas à América do Sul. Não nos iludamos. Têm sido repudiadas, para as nossas crises políticas, como para as administrativas, soluções específicas, portanto inevitáveis, insubstituíveis, que, se não forem agora postas em prática sinceramente, voluntariamente, não poderão deixar de o ser à força, mais hoje, mais amanhã. Daí a significação, que a ninguém escapa, do vigoroso e profundo movimento de opinião que empolga todas as forças vivas e permanentes do país.

A Aliança Liberal é, com efeito, em síntese, a mais expressiva oportunidade que já se ofereceu ao Brasil para realizar, sem abalos, sem sacrifícios, o plano de ação governamental exigido insistentemente não só pela maioria consciente da sua população e pelas suas tradições de cultura e patriotismo, como também pelo espírito do momento universal.

Não desejei a indicação de meu nome à Presidência da República. Nenhum gesto fiz, nenhuma palavra pronunciei nesse sentido. Minha candidatura surgiu espontaneamente, apresentada por várias correntes de opinião que se solidarizaram em torno de um conjunto harmônico de ideias, de métodos administrativos, de normas governamentais. A esse apelo submeti-me, não sem relutância, como a um imperativo cívico do instante histórico brasileiro. Trata-se, pois, de uma candidatura popular, candidatura do povo brasileiro, sem eiva alguma de oficialismo.

A mesma política do país acha-se nitidamente definida. Ao povo cabe decidir, na sua incontestável soberania. Todos os brasileiros têm não apenas o direito mas o dever de se pronunciar por esta ou aquela candidatura no terreno eleitoral, exigindo que o seu voto seja integralmente respeitado. A divergência momentânea, na eleição dos supremos mandatários, divergência que é sinal de vitalidade cívica, expressão de espírito democrático e de vigilante patriotismo, não pode e não deve ser motivo para que os elementos discordantes se tratem como inimigos.

Todos desejam a prosperidade, a felicidade da pátria; todos aspiram à implantação de um governo que bem compreenda as verdadeiras necessidades e conveniências do Brasil; todos, por isso mesmo, devem esforçar-se para que o pleito se realize serenamente, produzindo o menor abalo possível. Este é o pensamento dos liberais, que, aliás, não poderiam ter outro, visto como se batem pelo advento de uma fase de esquecimento de ódios e prevenções, pela fraternização, enfim, de todos os brasileiros.

2º Discurso

Estado Novo: 1937-1945

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937

Proclamação lida no Palácio Guanabara e transmitida pelo rádio na noite de 10 de novembro. Vargas explica as razões do golpe de Estado e da nova Constituição, destacando entre elas as disputas eleitorais e partidárias, as falhas da Constituição de 1934 e a inoperância do Congresso.

À nação O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

A investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo.

Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social. A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos,

estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências.

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da nação, o governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.

Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização.

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral.

Tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da nação. Chefes de governos locais, capitaneando desassossegos e oportunismos, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano.

Nos períodos de crise como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.

Acresce ainda notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar da vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora.

O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade.

Quando os partidos tinham objetivos de caráter meramente político, com a extensão de franquias constitucionais e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem

a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes.

Em tais circunstâncias, a capacidade de resistência do regime desaparece e a disputa pacífica das urnas é transportada para o campo da turbulência agressiva e dos choques armados.

É dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são fatores que levam, necessariamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social.

Os preparativos eleitorais foram substituídos, em alguns estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo a nação em consequência da incerteza e instabilidade criadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional.

Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder cultural. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.

A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.

Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios.

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e amenizar o poder público.

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais.

Não obstante o esforço feito para evitar os inconvenientes das assembleias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se irremediavelmente inoperante.

Transformada a Assembleia Nacional Constituinte em Câmara de Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares constantes da Mensagem do Chefe do Governo Provisório de 10 de abril de 1934, não se conseguira, até agora, que qualquer delas fosse ultimada, malgrado o funcionamento quase ininterrupto das respectivas sessões. Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional, como sejam: o Código do Ar, o Código das Águas, o Código de Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projetos da Justiça do Trabalho, da criação dos Institutos do Mate e do Trigo, etc. etc. Não deixaram, entretanto, de ter andamento e aprovação as medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas evidentemente contrárias aos interesses nacionais e que, por isso mesmo, receberam veto do Poder Executivo.

Por seu turno, o Senado Federal permanecia no período de definição das suas atribuições, que constituíam motivo de controvérsia e de contestação entre as duas Casas Legislativas.

A fase parlamentar da obra governamental se processava antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934.

Função elementar e ao mesmo tempo fundamental, a própria elaboração orçamentária nunca se ultimou nos prazos regimentais com o cuidado que era de exigir. Todos os esforços realizados pelo governo no sentido de estabelecer o equilíbrio orçamentário se tornavam inúteis, desde que os representantes da nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público.

Constitui ato de estrita justiça consignar que em ambas as Casas do Poder Legislativo existiam homens cultos, devotados e patriotas, capazes de prestar esclarecido concurso às mais delicadas funções públicas, tendo, entretanto, os seus esforços invalidados pelos próprios defeitos de estrutura do órgão a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais.

A manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável. Conservá-lo seria, evidentemente, obra de espírito acomodaticio e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos ombros do Legislativo os ônus e dificuldades que o Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa.

O governo atual herdou os erros acumulados em cerca de vinte anos de artificialismo econômico, que produziram o efeito catastrófico de reter estoques e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção noutros países, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria básica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciamos uma política de descongestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais. Para atingir esse objetivo, cumpria aliviar a mercadoria dos pesados ônus que a encareciam, o que será feito sem perda de tempo, resolvendo-se o problema da concorrência no mercado mundial e marchando decisivamente para a liberdade de comércio do produto.

No concernente à dívida externa, o serviço de amortização e juros constitui questão vital para a nossa economia. Enquanto foi possível o sacrifício da exportação de ouro, a fim de satisfazer as prestações estabelecidas, o Brasil não se recusou a fazê-lo. É claro, porém, que os pagamentos no exterior só podem ser realizados com o saldo da balança comercial.

Sob a aparência de moeda, que vela e disfarça a natureza do fenômeno de base nas relações econômicas, o que existe, em última análise, é a permuta de produtos. A transferência de valores destinados a atender a esses compromissos pressupõe, naturalmente, um movimento de mercadorias do país devedor para os seus clientes no exterior em volume suficiente para cobrir as responsabilidades contraídas. Nas circunstâncias atuais, dados os fatores que tendem a criar restrições à livre circulação das riquezas no mercado mundial, a aplicação de recursos em condições de compensar a diferença entre as nossas disponibilidades e as nossas obrigações só pode ser feita mediante o endividamento crescente do país e a debilitação da sua economia interna.

Não é demais repetir que os sistemas de quotas, contingenciamentos e compensações, limitando, dia a dia, o movimento e volume das trocas internacionais, têm exigido, mesmo nos países de maior rendimento agrícola e industrial, a revisão das obrigações externas. A situação impõe, no momento, a suspensão do pagamento de juros e amortizações até que seja possível reajustar os compromissos sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo econômico. Não podemos por mais tempo continuar a solver dívidas antigas pelo processo ruinoso de contrair outras mais vultosas, o que nos levaria, dentro de pouco, à dura contingência de adotar solução mais radical. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dos nossos compromissos externos, lançamos sobre a produção nacional o pesado tributo que consiste no confisco cambial expresso na cobrança de uma taxa oficial de 35%, redundando, em última análise, em reduzir de igual percentagem os preços, já tão aviltados, das mercadorias de exportação. É imperioso pôr um termo a esse confisco, restituindo o comércio de câmbio às suas condições normais. As nossas disponibilidades no estrangeiro, absorvidas, na sua totalidade, pelo serviço da dívida e não bastando, ainda assim, às suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento econômico, do qual depende todo o progresso nacional.

Precisamos equipar as vias férreas do país de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações, particularmente no que se refere à penetração do hinterland e à articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação.

Por outro lado, essas realizações exigem que se instale a grande siderurgia, aproveitando a abundância de minério, num vasto plano de colaboração do governo com os capitais estrangeiros que pretendam emprego remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defesa nacional.

É necessidade inadiável também dotar as forças armadas de aparelhamento eficiente que as habilite a assegurar a integridade e a independência do país, permitindo-lhes cooperar com as demais nações do continente na obra de preservação da paz.

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.

A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos estados dentro das linhas tradicionais da federação orgânica.

Circunstâncias de diversa natureza apressaram o desfecho deste movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado

pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o reclamam como imperativo da ordem e da segurança nacional.

Ainda ontem, culminando nos propósitos demagógicos, um dos candidatos presidenciais mandava ler da tribuna da Câmara dos Deputados documento francamente sedicioso e o fazia distribuir nos quartéis das corporações militares, que, num movimento de saudável reação às incursões facciosas, souberam repelir tão aleivosa exploração, discernindo, com admirável clareza, de que lado estavam, no momento, os legítimos reclamos da consciência brasileira.

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à nação.

As decepções que o regime derogado trouxe ao país não se limitaram ao campo moral e político.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao invés de pertencer a uma assembleia política em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas atividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam.

Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava apenas em sentido negativo.

Numa atmosfera privada de espírito público como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduzem às aparências e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicais sem a preparação prévia dos diversos fatores da vida social.

Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais.

Se queremos reformar, façamos desde logo a reforma política. Todas as outras serão conseqüências desta, e sem ela não passarão de inconsistentes documentos de teoria política.

Passando do governo propriamente dito ao processo da sua constituição, verificava-se ainda que os meios não correspondiam aos fins. A fase culminante do processo político sempre foi a da escolha de candidato à Presidência da República. Não existia mecanismo constitucional prescrito a esse processo. Como a função de escolher pertencia aos partidos e como estes se achavam reduzidos a uma expressão puramente nominal, encontrávamo-nos em face de uma solução impossível, por falta de instrumento adequado. Daí as crises periódicas do regime, pondo quadrienalmente em perigo a segurança das instituições. Era indispensável preencher a lacuna incluindo na própria Constituição o processo de escolha dos candidatos à

suprema investidura, de maneira a não se reproduzir o espetáculo de um corpo político desorganizado e perplexo, que não sabe, sequer, por onde começar o ato em virtude do qual se define e afirma o fato mesmo da sua existência.

A campanha presidencial de que tivemos apenas um tímido ensaio não podia assim encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos com o único fim de servir de bandeira a interesses transitoriamente agrupados para a conquista do poder.

A gravidade da situação que acabo de descrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo apenas como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauremos a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

3º Discurso

Segundo governo: 1951-1954

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1951

Discurso pronunciado no Palácio Tiradentes logo após tomar posse como presidente eleito da República. Definindo-se como candidato do povo, e não dos partidos, Vargas elogia a calma e a confiança do povo durante a campanha e o pleito, a despeito dos “profissionais da desordem”, e declara-se pronto para um governo de recuperação do país.

Brasileiros,

Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre vice-presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de campanha e de governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do povo, aspiro e espero governar como o presidente do povo.

Campanha presidencial

Ordenastes e eu obedeci. Deus é testemunha das minhas relutâncias íntimas em participar de uma campanha que pudesse agravar os vossos sofrimentos e fomentar discórdias e animosidades entre os brasileiros.

Não temia os riscos, os ônus e as vicissitudes da luta política nem me enfraqueciam o ânimo as ameaças e as provocações diretas ou veladas. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação. Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como falsos pastores, pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia.

Pleito de 3 de outubro

Os seus prognósticos lúgubres e as suas previsões funestas não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus presságios e também os argumentos engendrados que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao povo exprimir a escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permanecem nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. A nação não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. O governo federal, os órgãos da magistratura e as forças armadas merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranquilidade da propaganda e do pleito. Os profissionais da desordem, os conspiradores impenitentes e os inimigos da paz social não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. O povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição. Não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção. Não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana. Aos partidos, aliados ou adversários, e aos ilustres candidatos que disputaram comigo os sufrágios e as preferências do povo, quero deixar registrado o testemunho da minha admiração e respeito pela elevação, dignidade e cortesia com que se conduziram, honrando os padrões e as conquistas da nossa civilização política.

A eleição de 3 de outubro não representa para mim apenas a designação da estima pública ou o coroamento duma carreira devotada aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional e das populações ignoradas e esquecidas. Eu a recolhi como um julgamento e com a força dum veredito irrecorrível. Ao deixar o governo, o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. Malsinaram atos, intenções e propósitos e desfiguraram a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades. Nunca ditei uma palavra de amargor, e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam a fúria e a impiedade das suas setas envenenadas. As mensagens de solidariedade, as palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas de gente anônima e obscura e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum

bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram a crença nas virtudes do povo brasileiro e no dever que me competia de continuar pugnando pelos direitos e pelas suas causas.

A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus apelos e dos seus clamores. Por isso vos escolhi, intrépido e valoroso povo carioca, para serdes o intérprete de minha imensa gratidão. Serei fiel ao mandato, às responsabilidades e aos deveres que me impusestes numa alentadora renovação de apoio e confiança.

Sinceridade de propósitos

Não venho semear ilusões nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres dum messianismo retardatário. Não vos aceno com a idade da plenitude e da abundância como um fabricante de sortilégios. Não vos quero enganar com projetos ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis. Tendes direito a uma vida melhor e a uma participação gradual e equitativa nos produtos do trabalho, na comunhão da riqueza e nos frutos e benefícios do progresso, do conforto e das amenidades da existência. A todos, sem exceções odiosas e discriminações irritantes, devem ser assegurados a igualdade das oportunidades, o acesso das facilidades educacionais, a participação efetiva nos conselhos da administração pública, a remuneração compensadora do trabalho, os cuidados e os desvelos do Estado nas horas de infortúnio, a segurança econômica, o bem-estar coletivo e a justiça social.

A economia popular, fruto do trabalho, será defendida e protegida. É ao próprio povo, em primeiro lugar, que cabe a vigilância do mais sagrado dos direitos, que é o direito da necessidade. Os especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia ficam advertidos de que a lei não os cerca de imunidades nem a justiça popular reconhece os seus foros de impunidade.

Governo para servir o povo

O governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades e lealdades. É a emanção do povo e, como tal, o servo da sua vontade, o provedor das suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

Brasileiros, a jornada eleitoral foi encerrada e podeis estar orgulhosos da página de glória com que enriquecestes os anais da nossa vida política. Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar, e para ela, sem exclusões partidárias, convoco a boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros. Estou certo da vossa ajuda e conto com a vossa cooperação, porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da nação brasileira.

4º Discurso

Carta Testamento

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíra os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.